

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFSC -  
PPGH

**RENATO RAMOS MILIS**

**SOBRE O SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS  
EMPRESAS JUNIORES NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

FLORIANÓPOLIS  
2016



Renato Ramos Milis

**Sobre o significado da criação e expansão das Empresas Juniores na  
Universidade brasileira**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de mestre em História. Linha: “Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo” – Mestrado.  
Orientador: Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

FLORIANÓPOLIS  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Milis, Renato Ramos

Sobre o significado da criação e expansão das empresas  
juniores na Universidade Brasileira / Renato Ramos Milis  
; orientador, Prof. Dr. Waldir José Rampinelli -  
Florianópolis, SC, 2016.

187 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Empresa Junior. 3. Empreendedorismo. 4.  
Universidade. 5. CNI. I. Rampinelli, Prof. Dr. Waldir José  
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em História. III. Título.

# **SOBRE O SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS EMPRESAS JUNIORES NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

**RENATO RAMOS MILIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de mestre em História. Linha: “Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo” – Mestrado.

---

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (Orientador)  
Universidade Federal de Santa Catarina

## **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma (Membro)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marival Coan (Membro)  
Instituto Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (Membro)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Suplente)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, abril de 2016



À Maria (in memoriam).

E a todas as 329 pessoas que disseram não as empresas juniores no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC em 13 de novembro de 2013.



## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Renato e Rossana, por todo o carinho e suporte ao longo desses anos. Devo-lhes muito do que sou hoje, direta e indiretamente. Muito pelas condições que puderam prover, muitas vezes abnegando de seus próprios sonhos para poder “segurar as pontas” pra mim e meu irmão. Mas, principalmente, e só pude dimensionar isso recentemente pelas marcas de suas vidas na minha.

Minha mãe foi professora, enfrentava cotidianamente jornadas extensivas de trabalho em diferentes escolas, trabalhando muitas vezes em condições bastante precárias. Tenho vagas lembranças desses momentos, de algumas vezes acompanhá-la ao trabalho, ou de quando me levava à casa de minha avó antes de iniciar sua jornada. Frente a todos os *perrengues* ela se manteve firme, e a isto sou muito grato. Meu pai teve que conhecer o mundo do trabalho ainda muito cedo em sua vida. E desde sua infância até a minha, conseguiu se dividir entre seus trabalhos e os estudos. A despeito de todas as dificuldades, e as condições degradantes sempre impostas à vida da classe trabalhadora, ele não se deixou embrutecer e é até hoje a pessoa mais terna que conheço. Com ele aprendi a buscar sentido nos estudos, e a sempre valorizá-los.

Aos meus avós Amauri, Nelcina e Eunice. E em especial a Nelcina, a Ninita, que com toda sua doçura, me ensinou a ler quando criança. Durante os primeiros anos de minha infância, era ela quem mais constantemente cuidava de mim enquanto meus pais trabalhavam. Foi durante esses momentos que me alfabetizou.

Ao meu irmão Guilherme, pela parceria de todas as horas.

Ao Professor Waldir Rampinelli, por ter topado essa jornada comigo. Aos demais professores e colegas mestrandos e doutorandos da Linha pelo incentivo.

A Soraya Nór por toda força. Praticamente minha co-orientadora, suas revisões e apontamentos auxiliaram muito na escrita deste texto. Ao Tom, pela ajuda com os dados, sem sua ajuda não teria conseguido reunir todos eles.

À Professora Dr<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma e ao Professor Dr Marival Coan, pelas valiosas contribuições e orientações no momento de qualificação do trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, tanto na Pró-Reitoria de Graduação, quanto no Colégio de Aplicação pelo apoio. E aos companheiros da atual oposição de esquerda a direção do SINTUFSC,

nesse que é um novo terreno para mim, a luta sindical. A Brenda, ao Luciano, ao Hélio, ao Luiz e tantos outros.

Aos meus amigos: Camilla, Dina, Pedro, Ju, Hugo, Tomás, Belinha, Carol, André, Natan, Eduardo. E, também, ao Allan, o “Viét”, velho amigo e companheiro de todas as lutas, a quem também agradeço as contribuições e discussões para o trabalho!

Aos companheiros da Frente Anti-Prisional das Brigadas Populares, por tudo que passamos juntos naquele momento. Tivemos que nos ver com uma das faces mais duras do aparelho repressivo do Estado capitalista contemporâneo no Brasil, e fomos isolados e desrespeitados mesmo pela própria organização política que construíamos. Só podíamos encontrar força para seguir uns nos outros e na convicção que era necessário seguir na luta política e pacífica lado a lado com aquelas mulheres. Aliás, talvez o que nos desse mais convicção eram seus exemplos que, mesmo nos momentos mais desalentadores, encontravam forças para seguir lutando. Passados já alguns anos, ainda me é difícil falar deste momento e elaborar tudo que vivemos. Mas quero registrar que sou muito grato de ter estado ao seu lado.

Aos camaradas do Movimento Contra as EJs no CFH. Essa dissertação é em larga medida fruto da experiência que tivemos juntos. Vencemos, contra todas as expectativas! E provamos que é possível vencer sem rebaixar nossas posições! À Ana, Lizi, Bagé, Vicky, Caião, Rapha – *É nós!*

Aos camaradas do Comando Unificado de Greve UFSC 2015. Este foi um momento bastante significativo da história recente das lutas na UFSC, superando nossas fragmentações entre categorias e segmentos e travando uma unidade com um sentido profundo de defesa da Universidade Pública. Agradeço especialmente à Astrid, Adri, Otávio, Wagner.

Aos companheiros do UFSC à Esquerda, pelo entendimento de que é preciso manter viva a convicção na luta pela construção do socialismo. E por não se acanharem jamais em afirmar esta convicção!

Finalmente, agradeço especialmente a Mari – companheira da luta política e da luta da vida. Nosso relacionamento foi forjado em meio à luta contra as EJs e perpassou tantas outras. Por *tu risa*, amor.

O entendimento desta assembleia é de que as empresas juniores não são coerentes pedagogicamente com o papel da universidade pública. Portanto, a posição desta assembleia é de que não se credencie/autorize a criação de empresas juniores neste centro.

Resolução da Assembleia Consultiva do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC em 13 de novembro de 2013 (Notícias da UFSC, 2013)

[...] o enfrentamento dos desafios postos à educação pública pela sociedade de classes passa pela luta por uma escola pública que garanta aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais, entendida como um componente na luta mais ampla pela superação da própria sociedade de classes. Devemos, pois, empenhar-nos em ampliar diuturnamente o processo de conquista da escola pública pelos trabalhadores, considerada como um espaço vital para a apropriação crítica dos conhecimentos sistematizados, isto é da ciência como força produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas perfilhadas serão definitivamente asseguradas (SAVIANI, 2007)



## RESUMO

A presente pesquisa investiga o significado histórico político da criação e expansão das empresas juniores na Universidade Brasileira. De acordo com a Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Junior) as empresas juniores são uma espécie de instrumento de aprendizagem, composto e gerido por estudantes de graduação, que por meio da vivência empresarial têm a finalidade de formar futuros profissionais de acordo com os valores do empreendedorismo. Essas organizações, que têm origem francesa, foram trazidas às universidades no Brasil no fim da década de 1980, pela Câmara de Comércio Franco-Brasileira e, desde então, têm se expandido em larga escala, particularmente pelas instituições públicas. Objetivou-se, com a pesquisa, contribuir com a análise das determinações históricas que possibilitaram que tais organizações se desenvolvessem no país, que tipos de interesses expressam-se em sua criação e expansão e com base nesta análise traçar uma interpretação sobre seu significado histórico-político. Realizou-se um recorte mais específico nos anos 2000, considerando que foi nesta década que os estudantes que participam destas organizações fundaram sua Confederação Nacional, e que a partir da segunda metade dos anos de 1990 a Universidade Pública passou por um processo amplo de Reforma, de caráter mercantilizante. No processo de pesquisa optou-se pela aproximação com o problema a partir de um exame das convergências entre a proposta pedagógica das empresas juniores e o projeto educacional da burguesia industrial organizada na Confederação Nacional da Indústria (CNI), entendendo que esta fração burguesa demonstrou no período uma extensa série de interesses na Educação Superior. Buscou-se compreender o papel da ideologia do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo, bem como os sentidos da reforma universitária e os interesses da burguesia industrial nesse processo; acompanhar o debate acadêmico realizado sobre a temática das empresas juniores, e examinar documentos publicados pela Brasil Junior e pela CNI no período. Verificou-se que as principais convergências são basilares: a subordinação da educação a persecução do *télos* da competitividade, a tomada do empreendedorismo como um conteúdo relevante na formação, e o deslocamento da centralidade da socialização do conhecimento no processo de formação para o mero desenvolvimento de competências por meio de atividades práticas. Confrontamos as bases justificativas da ideologia do empreendedorismo com os dados da estrutura do trabalho no país, no que foi possível verificar a vigência da superexploração e precarização do trabalho.

Concluimos da análise que o empreendedorismo não pode ser considerado uma saída para os dilemas da classe trabalhadora brasileira. Por fim, entendemos que as empresas juniores configuram-se como um aparelho difusor da ideologia do empreendedorismo, a qual tem o papel de conquistar e comprometer subjetivamente os trabalhadores com o atual padrão de sociabilidade do capital, que busca educar os jovens universitários em acordo com seus preceitos, coerente com o projeto educativo da burguesia industrial. E que, portanto opõe-se aos esforços contra-hegemônicos na defesa do sentido público da Universidade. Sua expansão pela Universidade Pública sinaliza a adesão de parte do segmento estudantil aos marcos da pedagogia da hegemonia.

**Palavras-chave:** Empresa Junior. Empreendedorismo. Universidade. CNI.

## ABSTRACT

The present research investigates the historical and political meaning of the creation and expansion of the junior enterprises in the Brazilian University. According to the Brazilian Confederation of Junior Enterprises (Brasil Junior) the junior enterprises are a kind of a learning instrument, composed and managed by graduation students, which by the business experience has the purpose of forming future professionals conforming the entrepreneurship values. These organizations, which have French origins, have been brought to the Brazilian universities at the turn of the 1980's decade, by the French-Brazilian Chamber of Commerce, and since then has been expanded in a large scale, especially in the public institutions. We intended with this research to contribute with the analysis of the historical determinations which made possible that such organizations developed themselves in the country and what kind of interests expressed in its creation and expansion. And to trace a interpretation of its historical political meanings based in that analysis. We realized a more specific cut in the 2000's decade, considering that in that years the students who participated of these organizations have founded their national confederation, and that at second half of the 1990's onwards the Public University has passed through wide Reform process, which had a mercantile character. In our research process, we made an option to approach the problem examining the convergences of the junior enterprises pedagogic proposal and educational Project of the industrial bourgeois organized in the National Industry Confederation (CNI). That option has been made understanding that this bourgeois fraction has shown an extensive series of interests in the Higher Education at the period. We've sought to comprehend the entrepreneurship ideology roles in the contemporary capitalism; as well as the meanings of the university's reform and the interests of the industrial bourgeois at this process; to follow through the academic debate on the subject of junior enterprises as also to examine the CNI's and Brasil Junior's published documents at the period. We've verified that its main convergences are fundamental: the subordination of education to the persecution of the competitive teleological end, taking entrepreneurship as a relevant content in the formation, and dislocating the centrality of socializing the knowledge in the formation process to the mere competences development through practical activities. We've faced the entrepreneurship ideology justifications bases with the country's work structure data, in which it's possible to verify the effectiveness of super exploitation and precariousness of work. What

have led us to conclude that the entrepreneurship cannot be considered a way out for Brazilian working class dilemmas. Finally, we understand that the junior enterprises configures its selves as spreading instrument to entrepreneurship ideology, which has the role to conquer and subjectively compromise the workers with the capital's current sociability pattern. This organizations aim to educate the universities youth according to that ideological precepts, in coherence to the industrial bourgeois educative project. Therefore, it opposes to the counter hegemonic efforts that struggle for the public meaning of University. Its expansion signals the adherence by part of the students segment to the marks of the hegemonic pedagogy

**Keywords:** Junior Enterprises. Entrepreneurship. University. CNI

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação direta entre Educação Básica, Educação Superior e Inovação no Mapa Estratégico da Indústria .....	138
Figura 2 - Expansão do número de empreendedores no Brasil de acordo com a GEM-2104.....	154
Figura 3 - Número de Estabelecimentos por Porte – 2003-2013* .....	155
Figura 4 - Número de Pessoas Ocupadas por Porte do Estabelecimento 2003-2013* .....	156
Figura 5 - Saldo de empregos formais no Brasil (jan. 2003-dez. 2010) por faixa de renda.....	161



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Relação SM/SMN de 1994 à 2015.....	159
Tabela 2 - Quantidade de MEIs Registrados por Seção CNAE 2.0 em janeiro de 2016.....	165
Tabela 3 - Atividades (Subseção CNAE 2.0) com cem mil ou mais MEIs registrados em janeiro de 2016.....	166
Tabela 4 - Média salarial dos trabalhadores formais por seção CNAE e Porte do estabelecimento em 2014.....	169



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BJ	Brasil Junior
BM	Banco Mundial
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C&T	Ciência e Tecnologia
CNEJ	Conceito Nacional de Empresa Junior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONED	Congresso Nacional de Educação
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EAD	Educação à Distância
EJ	Empresa Junior
EJs	Empresas Juniores
ENEJ	Encontro Nacional de Empresas Juniores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo Nacional de Financiamento Estudantil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDP	Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
ICT	Instituições de Ciência e Tecnologia
IEL	Instituto Euvauldo Lodi
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Lula	Luís Inácio Lula da Silva
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI	Micro Empresário Individual
MEJ	Movimento Empresa Junior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MSU	Movimento dos Sem-Universidade
NPM	<i>New Public Management</i>
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Parceria Público Privada
ProUni	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SM	Salário Mínimo
SMN	Salário Mínimo Necessário
TIB	Tecnologia Industrial Básica
TWI	<i>Training Within Industry</i>
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>29</b>
2.1. EMPREENDEDORISMO – EIXO ARTICULADOR DO PROJETO PEDAGÓGICO DAS EMPRESAS JUNIORES.....	29
2.2. ELEMENTOS TEÓRICOS E QUESTÕES INICIAIS: O EMPREENDEDORISMO COMO IDEOLOGIA ORGÂNICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO .....	33
<b>2.2.1. Sobre o conceito de ideologia.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.2. Transformações do capitalismo contemporâneo e a ideologia do empreendedorismo.....</b>	<b>35</b>
2.3 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS INTERESSES DA BURGUESIA INDUSTRIAL .	48
<b>2.3.1. Neoliberalismo e a Reforma Universitária no Brasil: Contexto da expansão das empresas júniores .....</b>	<b>49</b>
<b>2.3.2. Os Interesses da CNI no processo de mercantilização da Universidade .....</b>	<b>61</b>
<b>3. AS EMPRESAS JUNIORES NA LITERATURA ACADÊMICA .....</b>	<b>67</b>
3.1 AS CONCEPÇÕES DOS AUTORES SOBRE O PAPEL DAS EMPRESAS JUNIORES .....	69
3.2 ELEMENTOS CONTEXTUAIS, CONCEPÇÕES DE EMPREENDEDORISMO E UNIVERSIDADE.....	96
<b>4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA BRASIL JUNIOR E DO SISTEMA INDÚSTRIA .....</b>	<b>119</b>
4.1 OS DOCUMENTOS DA BRASIL JUNIOR .....	119
4.2 OS DOCUMENTOS DO SISTEMA INDÚSTRIA.....	127
4.3 A CONVERGÊNCIA ENTRE O PROJETO EDUCATIVO DA CNI E DA BRASIL JUNIOR .....	150
<b>5. O EMPREENDEDORISMO NA BERLINDA.....</b>	<b>153</b>
5.1 O EMPREENDEDORISMO FRENTE À ESTRUTURA DO TRABALHO NO BRASIL .....	156

<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: APROXIMAÇÕES PARA APREENSÃO DO SIGNIFICADO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS EMPRESAS JUNIORES NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>173</b>
REFERÊNCIAS.....	179
<b>ANEXO.....</b>	<b>187</b>
ANEXO A - DIAGRAMA DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015.....	187

## 1. APRESENTAÇÃO

Criadas por estudantes de graduação a partir de 1967<sup>1</sup>, na França e trazidas ao Brasil pela Câmara de Comércio Franco Brasileira, na figura de seus diretor João Carlos Chaves no fim da década de 1980<sup>2</sup>, as empresas juniores são, atualmente, no país mais de 300 organizações, concentradas majoritariamente nas universidades públicas, com milhares de estudantes a elas integrados<sup>3</sup>. Estão presentes em 23 estados, organizadas em núcleos por universidades, federações estaduais e em uma confederação nacional (a Brasil Junior)<sup>4</sup>. A Brasil Junior entende que estas organizações funcionam como um meio para aproximar os estudantes, da prática profissional e do mercado de trabalho (BRASIL JUNIOR, 2012a).

A presença das empresas juniores nas universidades, em especial nas públicas, parece já naturalizada como parte constituinte do cotidiano destas instituições. É notável anuência dos dirigentes universitários e do

---

<sup>1</sup> A primeira empresa junior teria sido criada por estudantes da *École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales de Paris* (BRASIL JUNIOR, 2012a)

<sup>2</sup> De acordo com o documento da Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Junior), "DNA Junior" de 2012, o modelo das empresas juniores teriam sido trazidas por este senhor ao Brasil, e a primeira empresa junior criada no país teria sido a FGV JR na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo no ano de 1989 (BRASIL JUNIOR, 2012a).

<sup>3</sup> Os dados sobre a quantidade de empresas juniores no Brasil são escassos e pouco acessíveis. Estamos utilizando como base a amostra da pesquisa Censo e Identidade 2012, realizada pela Brasil Junior: 365 empresas, das quais mais de 80% em universidades públicas, que responderam a pesquisa e mais de 4000 empresários juniores (estudantes associados às empresas juniores). Embora, na mesma pesquisa realizada em 2008, é apresentada uma estimativa da existência de mais de 1000 empresas e cerca de 23.000 empresários juniores. Apenas no documento chamado relatório de legado 2014, foi publicado um dado do total de empresas juniores confederadas, que seriam 236, embora não especifique quais e em quais IES (BRASIL JUNIOR, 2015).

<sup>4</sup> Embora o foco de nosso estudo seja a criação das empresas juniores na Universidade Pública cabe destacar que estas organizações estão presentes também nos Institutos Federais (IFs). Os IFs abarcam desde a educação superior, a educação básica e profissional, e são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008). Na lei que os institui, está demarcada dentre suas finalidades, no artigo 6º: "VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, **o empreendedorismo**, o cooperativismo, o desenvolvimento científico e tecnológico" (BRASIL, 2008, grifos nossos).

conjunto da comunidade universitária em relação a sua criação e expansão pelas universidades públicas, particularmente no que se refere à escassez de críticas por parte dos movimentos, organizações e intelectuais de esquerda, que formam as fileiras da luta pelo sentido público da Universidade. Foi dessa constatação, derivada da própria experiência da militância no movimento universitário, que resultou a proposta dessa pesquisa: analisar o sentido histórico da criação e expansão das empresas juniores na Universidade Pública brasileira.

A motivação por essa proposta temática expressa anseios advindos da experiência teórica e política, as quais não são, absolutamente, apartáveis. Em primeiro lugar, pelo interesse desperto nos estudos do marxismo, ao longo da graduação e durante o mestrado, de buscar compreender como as burguesias internas e internacionais exercem sua dominação sobre a classe trabalhadora. Em buscar analisar o que fazem para garantir sua hegemonia, de que estratégias se utilizam e que mecanismos dispõem, como contêm o avanço de projetos emancipatórios de luta anticapitalista e socialista. Bem como, compreender como se insere a Universidade nesse contexto. Compreendendo que o exercício da dominação não é um ato mecânico, mas um processo tenso de lutas de classe, que se apresenta em todas as esferas da vida social e, portanto, se expressa também na instituição universitária.

De outro lado, a temática decorre da experiência da militância no movimento estudantil, quando entre 2008 e 2009, na direção do Centro Acadêmico Livre de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, nos deparamos com um grupo de estudantes, alguns colegas de sala, que se organizavam para criar uma empresa júnior no curso. Precisávamos, naquele momento, tomar uma posição e, a partir de então, passamos a encontrar o vazio da crítica, a ausência de análises e a resignação da própria esquerda. Nosso desafio passava a ser, então, o de formular, ainda que em condições de possibilidades muito precárias, uma posição crítica e romper com o silêncio do movimento estudantil. Nesse processo, que culminou apenas no fim de 2013, com a vitória da esquerda em uma assembleia geral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas barrando a criação de empresas juniores (EJs) na unidade.

Entretanto, não foram raras vezes que nos encontramos cercados por posições submissas e mesmo retrógradas de nossos companheiros de movimento e da própria organização política que construíamos. Para os quais as empresas juniores eram encaradas como: por demais irrelevantes na estrutura universitária para o tamanho do esforço a que nos propúnhamos; ou tão cristalizadas que não seria possível combatê-

las; ou ainda, como uma iniciativa estudantil que buscava superar a falência dos cursos de graduação em seu distanciamento com a realidade e, devido a isso, não se poderia criticá-las. Em nosso entender, esses discursos não passavam de tentativas de escamotear a posição medíocre, pragmática e oportunista de que não seria vantajoso o esforço da crítica às EJs, pois poderíamos “perder espaço” - perder poder.

Com isso, é importante expressar que as reflexões que originaram este trabalho só foram possíveis pela experiência teórico-política vivida num esforço coletivo, de um conjunto de militantes, que não se limitou à resignação e à impotência frente à naturalização das empresas juniores no cotidiano das universidades. Foi a partir dessas mediações que surgiu a inquietação com a temática e o estranhamento com o fato de que essas organizações (empresas juniores) tenham sido criadas e se expandido tão rapidamente pelo país.

De certo modo, a escassez da crítica e a resistência com a qual nos deparamos são expressões da dimensão da naturalização desse fenômeno. Contudo, tão maior seja ela, também é a necessidade de desnaturalizá-lo. E é neste sentido que está comprometido o presente trabalho, ao esforço de avançar a análise crítica do desenvolvimento das empresas juniores no Brasil, numa tentativa, é preciso deixar claro, de contribuir com a construção de um projeto emancipatório de luta pela Universidade Pública brasileira.

No decorrer da pesquisa, reorientamos nossos esforços para um recorte mais específico, nos propomos a analisar a convergência entre o projeto pedagógico das empresas juniores e os interesses da fração burguesa industrial na educação superior, no período entre 2000-2010. Realizamos esta escolha com base em algumas demarcações: a partir da literatura entendemos que esta fração da burguesia teve um papel decisivo na conformação da política educacional do período (RODRIGUES, 2007; TROPIA, 2009; KENJI, 2014); foi também na primeira década dos anos 2000 que se formou a Rede Brasil Junior, que em 2003 seria oficializada como a Confederação Brasileira de Empresas Juniores, possibilitando uma maior expressão dos empresários juniores como um sujeito político coletivo de abrangência nacional, e como consequência deste fato tornou disponível um maior volume de documentos.

Pensamos, que o esforço de análise crítica deste fenômeno torna-se ainda mais relevante na medida em que avança seu processo de regularização no âmbito do Estado estrito com a tramitação do Projeto de Lei (PL) 8084/2014, que disciplina a criação de empresas juniores nas Instituições de Ensino Superior, e que neste momento apenas

aguarda sanção presidencial, o que pode por sua vez fortalecer a naturalização destas organizações. É, a partir dessas experiências e compromissos e com o desafio de interrogar rigorosamente as formulações que delas se originaram, que nos propomos à temática, que nos colocamos no esforço de contribuir para a análise dessas organizações – em uma busca por apreender seu significado histórico.

O trabalho está organizado no seguinte sentido: No Capítulo 2, discute-se a ideologia do empreendedorismo como uma ideologia orgânica do capitalismo contemporâneo entendendo que esta é o eixo do projeto pedagógico das empresas juniores; o processo de mercantilização da Universidade e os interesses da burguesia industrial, sendo este tomado como o contexto específico da criação e expansão das EJs; no Capítulo 3 realiza-se uma análise da produção acadêmica sobre o tema das empresas juniores; No capítulo 4, examina-se os documentos da Brasil Junior e da CNI; No capítulo 5, confrontamos o discurso ideológico do empreendedorismo com a estrutura do trabalho no Brasil; e no Capítulo 6, aponta-se aproximações para a interpretação do significado histórico da criação e expansão das EJs na Universidade Brasileira.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1. EMPREENDEDORISMO – EIXO ARTICULADOR DO PROJETO PEDAGÓGICO DAS EMPRESAS JUNIORES

As empresas juniores são associações com funções pedagógicas compostas e geridas apenas por estudantes de graduação e inseridas nas Instituições de Ensino Superior (IES). São apresentadas pela Brasil Junior como um instrumento de complementação da formação acadêmica, visando a aproximação dos estudantes com a prática profissional e o mercado de trabalho pelo desenvolvimento de projetos (supervisionados por docentes, enquadrados como uma espécie de consultor), capacitação em gestão e ampliação da *network* (rede de contatos profissionais) (BRASIL JUNIOR, 2012a). Atuam simulando a estrutura e o funcionamento de uma empresa privada, com base no que chamam de “vivência empresarial” e tendo como eixo articulador de seu projeto o ensino e a difusão do empreendedorismo. Neste sentido, o documento Conceito Nacional de Empresa Júnior, da Brasil Júnior<sup>5</sup>, define:

Artigo 3º—A finalidade da empresa júnior deve estar definida em estatuto como:

I – Desenvolver profissionalmente as pessoas que compõem o quadro social por meio da vivência empresarial, realizando projetos e serviços na área de atuação do(s) curso(s) de graduação ao(s) qual(is) a empresa júnior for vinculada;

II – Realizar projetos e/ou serviços preferencialmente para micro e pequenas empresas, e terceiro setor, nacionais, em funcionamento ou em fase de abertura, ou pessoas físicas, visando ao desenvolvimento da sociedade;

III – Fomentar o empreendedorismo de seus associados. (BRASIL JUNIOR, 2012b, p.1)

Nota-se, pelo que apontam como suas finalidades, que os valores e o pragmatismo empresarial constituem o fio condutor de seu projeto pedagógico. Um projeto que ambiciona difundir pelo país a lógica do empreendedorismo, que está expressa na auto-proclamada missão da Brasil Junior: “Representar o Movimento Empresa Júnior brasileiro e

---

<sup>5</sup> Documento da Brasil Júnior que define o que são e fundamenta a criação das empresas juniores no país.

potencializá-lo como agente de formação de empreendedores capazes de transformar o país<sup>6</sup>.”

A Brasil Junior define a formação de empreendedores como seu principal resultado e a “vivência empresarial” como o meio mais importante de obtê-lo (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.). Por empreendedor expressam um entendimento genérico: “indivíduo que, por meio de aprofundada competência em gestão e elevado senso de responsabilidade, é capaz de gerar resultados de grande impacto e abrangência na Sociedade” (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p)<sup>7</sup>.

Para analisar a proposta pedagógica das EJs nos parece necessário observar a temática do empreendedorismo. De acordo com Coan (2011, p. 66), o conceito de empreendedorismo tem suas origens na França, no século XVIII, e é, desde então, tematizado por uma extensa série de autores<sup>8</sup>. Segundo o autor, há duas grandes vertentes nos estudos do empreendedorismo: a primeira refere-se aos autores clássicos da economia, que relaciona a noção de empreendedorismo a empresas e negócios; já a segunda, refere-se a autores das áreas de administração, sociologia, psicologia e enfatiza dimensões comportamentais dos indivíduos-empreendedores. Estas vertentes não são absolutamente distintas, compartilham uma série de pontos em comum, dentre eles o principal parece ser a associação entre empreendedorismo e inovação (COAN, 2011, p.66).

Em nossas primeiras aproximações, encontramos a definição proposta por alguns autores contemporâneos que associam empreendedorismo com as noções de inovação, oportunidade, risco e negócio, por exemplo: “o processo de criar algo novo com valor [...], assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal” (HISRICH, PETERS e SHEPHERD, 2009). Ou numa definição mais sintética e clara, como o processo que transforma ideias em oportunidades e oportunidades em negócios de sucesso (DORNELAS, 2001).

No entanto, no decorrer da pesquisa nos deparamos com apagamentos dos termos que remetem à ideia de negócios. E fomos

---

<sup>6</sup> De acordo com o portal da Brasil Júnior em <http://www.brasiljunior.org.br/brasiljunior/2>.

<sup>7</sup> Discutiremos as definições estabelecidas pela Brasil Junior mais extensamente no capítulo 3.

<sup>8</sup> Para uma análise bastante completa do desenvolvimento histórico do conceito, ver a tese de Coan (2011).

encontrando definições que apresentavam um sentido mais *lato*, que procuravam estabelecer na noção de empreendedorismo uma abrangência aos diversos setores da vida social. De toda forma, um ponto frequentemente presente nas definições é a articulação da noção empreendedorismo com a perspectiva de indivíduos inovadores. Coan explicita essa perspectiva:

O termo empreendedor é utilizado por diversos autores para designar o indivíduo “inovador” em suas atividades que podem ser de natureza diversa, porém, sobretudo naquelas voltadas a geração de riquezas e na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos, mercadorias ou serviços. Em termos mais gerais, inovador é aquele sujeito que modifica qualquer área do conhecimento humano, revoluciona, apresenta novidades. De modo mais estrito, o termo é utilizado para designar o criador de uma empresa, notadamente no campo econômico. Filion (1999, p.19) procura unir várias concepções em torno do que seja o empreendedor e o situa como um visionário, “uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”. (COAN, 2011, p.66)

Verifica-se um apagamento daquilo remete especificamente e diretamente ao mundo dos negócios na definição de empreendedorismo, ou de empreendedor. O termo passa a ser definido em torno de características individuais, como propriedades dos sujeitos em suas vidas<sup>9</sup>. Esse movimento que, a princípio, parece estreitar o conceito e retirar sua força explicativa é o que lhe dá certa extensividade, tornando o empreendedorismo um valor geral aplicável a todas as esferas da sociedade. Então, coloca-se a questão: A que serve esse caminho de dissociação do mundo dos negócios e consequente generalização do conceito?

Outra observação presente na análise de Coan (2011) é a relação entre a concepção de empreendedorismo e a teoria do capital humano. Essa teoria relaciona o crescimento econômico de uma dada sociedade

---

<sup>9</sup> Entenda-se aqui que não há oposição entre indivíduo e econômico, mas que as ideias sobre o empreendedorismo que remetem aos negócios passam a ser definidas como características individuais dos sujeitos, mas nas mesmas chaves: Inovação, Risco, Oportunidades, etc. Ou seja, estendem a noção da atividade econômica para a vida social como um todo.

com a escolarização de sua população, e propõe aos trabalhadores que tomem a si mesmos como um capital, como uma empresa que necessita de investimentos - no caso o desenvolvimento de competências e habilidades que aumentem sua produtividade, o que por consequência aumentaria sua empregabilidade<sup>10</sup>. De acordo com o autor, a pedagogia empreendedora configura-se como uma forma de atualização dessa concepção.

Destaca-se também o termo *intraempreendedor*, cunhado por Gifford Pinchot III, em 1985, "é utilizado para designar a pessoa que age de forma empreendedora por dentro da própria organização onde trabalha" (COAN, 2011, p. 135). A noção de empreendedorismo assume nesse termo uma perspectiva de caracterizar não apenas a figura típica do empresário, mas parece estendê-la ao próprio trabalhador empregado, tomando-o como um sujeito que deve agir forma empreendedora e se responsabilizar pelo destino da empresa que o emprega.

Risco, inovação, oportunidades, negócios, parecem ser as palavras-chave que operam essa noção, mesmo quando não explicitamente apresentadas. Próprias da linguagem empresarial, denotam um modo de pensar, de ser e encarar o mundo, coerentes com a sociabilidade burguesa. A partir dessas chaves, os apologistas do empreendedorismo derivam uma série de concepções e movimentos discursivos — apagamentos, identificações com outra gama de conceitos, variações.

Especialmente, desse conjunto de palavras derivam-se as características do indivíduo empreendedor. Um indivíduo universal, apagando as posições de classe – uma vez que empresários ou trabalhadores poderiam ser empreendedores. Esse discurso genérico nos parece um artifício de naturalização, internalização do ordenamento ideológico do capital, com ênfase “na responsabilização do indivíduo pela construção de seu próprio destino, de como vencer a competitividade dos tempos modernos” (COAN, 2011, p. 132).

Está no conjunto discursivo que compõe o termo empreendedorismo o eixo central e articulador do projeto pedagógico das empresas juniores. Extraímos dessa aproximação que não é possível pensar o desenvolvimento das empresas juniores sem observar, conjuntamente, essa temática. Na próxima seção apresentaremos

---

<sup>10</sup> Nos dicionários empregabilidade é definida como qualidade do que é empregável, capacidade de arranjar um emprego. A ideia que perpassa o termo empregabilidade é a de responsabilizar o próprio trabalhador por sua absorção no mercado.

elementos e questões para compreender o empreendedorismo, ou melhor, a ideologia empreendedora.

## 2.2. ELEMENTOS TEÓRICOS E QUESTÕES INICIAIS: O EMPREENDEDORISMO COMO IDEOLOGIA ORGÂNICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Para contextualizar o percurso histórico das empresas juniores na Universidade brasileira localizamos o empreendedorismo como uma questão chave em nossa análise. Nesta seção apresentaremos alguns elementos e questões para discussão da ideologia do empreendedorismo. Nosso objetivo é situar o empreendedorismo na perspectiva da totalidade, de entender seu funcionamento como uma ideologia orgânica do capitalismo contemporâneo.

### 2.2.1. Sobre o conceito de ideologia

Ao termo ideologia tem sido atribuída uma ampla gama de sentidos. Dentre os teóricos marxianos há uma série de polêmicas sobre o conceito. O objetivo dessa seção não é trata-la em sua amplitude, mas, sim, de registrar sinteticamente o que se compreende por este conceito.

Primeiramente, parece necessário entender que a consciência é um produto social, que nasce da necessidade de troca entre os homens, e assim só é possível sob a forma de linguagem: “A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo” (MARX, ENGELS, 2007, p.34). E que a consciência é condicionada pela realidade histórica, pelas relações sociais, pelo modo em que os homens produzem e reproduzem suas vidas, é de algum modo expressão dessas relações (MARX, ENGELS, 2007; SILVA, 2013).

Portanto, a ideologia como uma forma de consciência, ainda que de algum modo ilusória, é determinada pela realidade histórica, pela atividade prática dos homens, e é também uma forma de linguagem, um meio de expressar essa realidade (MARX, ENGELS, 2007; SILVA, 2013). Entendemos, também, que “a ideologia é uma parte orgânica da totalidade social, é um fato que deve ser entendido como componente estrutural de toda sociedade” (SILVA, 2013, p. 35), ou seja, que a ideologia não é mero apêndice da estrutura social, um reflexo que resta de seus movimentos, mas sim, parte integrante desta estrutura – do conjunto da vida social.

Assim, no conjunto da estrutura social, o principal movimento da ideologia, ou melhor, daqueles que produzem ideologia, é o de apartamento das ideias dominantes da classe dominante (MARX,

ENGELS, 2007). Ou seja, da autonomização das ideias dominantes de seu fundamento, como expressão “das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX, ENGELS, 2007, p.47). Deste modo, compreendemos que a ideologia possui um papel próprio na totalidade da dinâmica social, mais especificamente nas relações de dominação:

Ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa sua dominação em um conjunto de ideias; Ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação, e daí, sua justificação; Ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de um conjunto de ideias particulares como sendo universais. (IASI, 2007, p.81)

A partir desse entendimento, apresenta-se uma questão basilar: Sendo a ideologia determinada pelo processo histórico, pode ela determinar esse processo?<sup>11</sup> Estamos de acordo com Silva (2013) em sua afirmação de que a ideologia é determinada dialeticamente pelas estruturas sociais, e como parte dessa estrutura pode ela exercer determinação, ainda que de forma limitada, como uma determinação que possa exercer o “produto sobre o produtor, e não contrário” (SILVA, 2013, p.43).

Esse amparo conceitual nos leva a olhar a ideologia além do aspecto de velamento da realidade, das contradições sociais – mas a analisá-la também como ação sobre o mundo, no estabelecimento mesmo das relações de dominação de classe, como afirmação do exercício dessa dominação. Ou seja, a ideologia tem um papel no convencimento da classe trabalhadora a aceitar a dinâmica capitalista, no consentimento ativo e passivo às relações de exploração e à dominação burguesa, ou mesmo a justificar a dominação pela via da coerção.

Após essa digressão, compreendendo que a ideologia age sobre e cumpre papéis específicos na estrutura social – ou seja, suas expressões não são arbitrárias ou aleatórias, mas estão a serviço da classe

---

<sup>11</sup> Esta pergunta é levantada em oposição a certas apropriações vulgares do marxismo que tratam a ideologia como um mero reflexo da estrutura social e que portanto não seria necessário criticá-la e combatê-la.

dominante no exercício de seu poder – restam as perguntas: A serviço de que está a ideologia do empreendedorismo? Qual a necessidade específica dessa ideologia em nossa sociedade contemporânea?

### **2.2.2. Transformações do capitalismo contemporâneo e a ideologia do empreendedorismo**

Para tentar esclarecer o papel que cumpre a ideologia do empreendedorismo em nosso tempo, parece necessário lançar o olhar para as transformações do capitalismo contemporâneo. De acordo com Fontes (2010), a expansão do capital aponta para duas grandes tendências: a hiperconcentração dos recursos sociais de produção e a recriação permanente das expropriações sociais.

A tendência à concentração dos recursos sociais de produção, ou a super-acumulação de capitais, foi impulsionada ao longo do processo histórico pela alteração do papel dos bancos de usurários, entesouradores, punctionadores em funções creditícias, ou seja, de adiantar dinheiro que será convertido em capital (FONTES, 2010). Essa característica permitiu uma concentração de capitais sem precedentes e foi condicionante da conversão dos grandes proprietários capitalistas essencialmente em grandes proprietários de capital monetário:

O crescimento exponencial da acumulação que essa nova característica bancária favoreceu estará na base de outra transformação, ainda mais significativa: a conversão dos grandes proprietários capitalistas (qualquer que tenha sido a origem de sua fortuna, se comercial, bancária, industrial ou fraudulenta) em *proprietários de capital sob forma monetária*, cuja valorização parece decorrer do próprio capital, de um acréscimo de mais dinheiro ao dinheiro, de juros. Historicamente, isso impulsionou expansão ainda mais acirrada e acelerada da forma valor e da dinâmica propriamente capitalista, que é a extração de mais-valor do trabalho livre. Essa conversão não é, como imaginam alguns, atributo apenas do capital bancário, mas torna-se uma tendência permanente para todos os grandes proprietários, cuja extensão e alcance das atividades produtivas (de mais-valor) ultrapassa – e muito – a capacidade individual ou familiar de controle do processo de extração de mais-valor.

Retomemos algumas características de tal conversão: em primeiro lugar, a expansão bancária deriva da expansão da acumulação capitalista; em segundo lugar, a assegura; finalmente, **a autonomização do capital monetário, originário de diferentes atividades de produção de valor, dirige e impulsiona o conjunto da atividade de extração de mais-valor**, o que pode ocorrer através dos bancos (como locais de reunião dessas massas de capitais, cujos proprietários podem ou não ser banqueiros) ou de outras formas de reunião e controle de tais massas de capitais (FONTES, 2010, p.28, grifos nossos).

A autonomização do capital monetário, na medida em que se expande, tem como condição necessária para sua expansão e como resultado a própria expansão do capital funcionante (extrator direto de mais-valor). Pois o capital monetário depende do capital funcionante para realizar a valorização do valor. Ou seja, ainda que o capital monetário guarde uma relativa autonomia, está intimamente imbricado com o capital funcionante (FONTES, 2010).

Este processo de hiperconcentração dos recursos sociais de produção tem em sua contra face a recriação das expropriações sociais, que formam a base social que o capital necessita para se realizar e expandir. Trata-se da produção de amplas massas de trabalhadores livres, de acordo com Fontes (2010):

A conversão de dinheiro em capital se torna incompreensível se sua análise for limitada apenas à atividade de exploração imediata dos trabalhadores, ou a um momento econômico direto. Embora o lucro de cada movimento singular do capital decorra da exploração do trabalhador livre pelo proprietário (de meios de produção e/ou de recursos sociais de produção), a conversão de dinheiro em capital envolve *toda a vida social* numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais “livres”, expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil. Somente em presença dessas condições sociais o processo produtor de mercadorias, no qual reside a extração do mais-valor, pode se realizar [...] A condição

fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital. (FONTES, 2010, p. 42)

As expropriações caracterizam-se por um processo contínuo de recriação constante das bases sociais do capital, e são condição necessária a sua reprodução. À medida que o capital se expande, vai recriando formas de expandir também a massa de trabalhadores destituídos das condições de sua reprodução, tornando-os cada vez mais disponíveis ao mercado, à venda da sua própria força de trabalho constituída em mercadoria. Fontes (2010) caracteriza dois tipos de expropriação: as expropriações primárias, que se constituem eminentemente pela expropriação da população da terra que cultiva<sup>12</sup>; e as expropriações secundárias:

Estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações ou expropriações secundárias*, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo. (FONTES, 2010, p. 54)

As expropriações secundárias caracterizam-se por uma série de ataques às condições de vida dos trabalhadores: direitos trabalhistas,

---

<sup>12</sup>A autora delinea contornos múltiplos que a diferenciam essas expropriações substancialmente das expropriações originárias da constituição do capitalismo. Embora mantenham semelhanças não é possível defini-las como um mero resíduo arcaico deste processo inicial (FONTES, 2010).

previdenciários, sociais. Tornando mais escassas as possibilidades de acesso aos meios de reprodução de suas vidas e por consequência intensificando sua disponibilidade ao mercado:

Já assinalei as características dessas novas expropriações em outros trabalhos, enfatizando como a própria generalização do comando do capital sobre o conjunto da vida social (a subsunção real do trabalho sob o capital) o impelia a destruir toda e qualquer barreira interposta à sua urgência de reprodução ampliada. Assinalei, então, a importância da **expropriação contratual**, ou a **tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos**, como o **trabalho por venda de projetos**, a **constituição de empregadores de si mesmo**, como as “pessoas jurídicas” singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas **desterritorializações**; as **flexibilizações de contrato**, **precarizações** e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnologias de controle hierárquico distanciado, etc (FONTES, 2005, p. 96-106 apud FONTES, 2010, p. 58, grifos nossos).

Estas tendências nos parecem relacionadas ao que Harvey (2012) identifica como um processo de transição do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível. De acordo com o autor, as décadas de 1970/1980 foram marcadas por uma ampla reestruturação econômica, política e social que estão relacionadas a uma passagem para um novo regime de acumulação associado a um modo distinto de regulamentação social e política<sup>13</sup> – que o autor chama de “acumulação flexível” (HARVEY, 2012, p.140).

---

<sup>13</sup> Regime de acumulação e modo de regulamentação são conceitos formulados pelos autores de uma escola de pensamento chamada Escola da Regulamentação que tem como principais autores Aglietta, Lipietz e Boyer. Regime de acumulação se refere a estabilização entre consumo e acumulação, implicando em certa coerência entre condições de produção e de reprodução dos assalariados. E modo de regulamentação está relacionado a configuração de

A característica principal desse processo, segundo Harvey (2012), é o confronto com o aspecto rígido do fordismo. A acumulação flexível passa a se consubstanciar então em uma ampla reestruturação e flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, no surgimento de novos setores produtivos, novos serviços financeiros, na intensificação das taxas de inovação tecnológica, comercial e organizacional, e a um fenômeno de “compreensão do espaço-tempo” – o rápido desenvolvimento das comunicações e dos transportes diminuindo o tempo necessário para as tomadas de decisão (HARVEY, 2012, p.140).

Este processo, caracterizado por um aumento das possibilidades de flexibilidade e mobilidade, permitira um exercício mais forte de controle sobre a força de trabalho, implicando níveis altos de desemprego, minimização dos ganhos de salário real, enfraquecimento do poder sindical (HARVEY, 2012). A reestruturação do mercado de trabalho é drástica e marcada pela flexibilização e precarização dos contratos (com a diminuição de trabalhadores em empregos relativamente estáveis, regulares; e aumento exponencial de contratos em tempo parcial, temporário, subcontratos, terceirizações, e mesmo relações de trabalho sem contratos) tendo como contra face o crescimento da informalidade, dos pequenos negócios (muitas vezes organizados em sistemas domésticos, familiares e paternalistas) (HARVEY, 2012).

Antunes (2009) afirma que a constituição de formas de acumulação flexível, no que diz respeito à implementação de novas de organização do trabalho, tem se revelado como meios de crescente intensificação do trabalho. Para o autor, estas transformações expressam a reorganização do capital objetivando a retomada do patamar de acumulação e de seu projeto global de dominação. As transformações na organização e nos processos produtivos que fundamentam a acumulação flexível são caracterizadas como um processo de reorganização do trabalho, cuja finalidade:

[...]é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade,

---

comportamentos da população, das classes para manter o regime de acumulação em funcionamento (HARVEY, 2012).

funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”. (ANTUNES, 2012, p. 54-55)

As mudanças nos processos produtivos repercutem no mundo do trabalho com a profunda desregulamentação dos direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a docilização do sindicalismo, a destruição e precarização de postos de trabalho e da própria força de trabalho (ANTUNES, 2009; 2012). E resultam numa reconfiguração da classe trabalhadora, uma nova morfologia do trabalho, marcada pelo ideário do trabalhador multifuncional e polivalente, pelo crescimento das terceirizações e subcontratações, do trabalho *part time*, do trabalho no chamado terceiro setor, do trabalho a domicílio, por novas formas de utilização da divisão sexual do trabalho e pelas tensões produzidas pelo processo de internacionalização do capital (ANTUNES, 2009; 2012).

Extraímos dos debates propostos por esses autores (ANTUNES, 2009; 2012; HARVEY, 2012) que a concentração dos recursos sociais e as expropriações, em especial as secundárias, tomam centralidade na caracterização do capitalismo contemporâneo – alterando dramaticamente as condições de trabalho e de vida da população, exasperando a exploração e a dominação e reconfigurando as coordenadas das lutas de classes. Identificamos no processo de transformações analisados, em direção a um padrão de acumulação flexível, ao mesmo tempo expressões e condições necessárias para a agudização das tendências do capital à hiperconcentração e à recriação das expropriações.

São estas tendências de expansão do capitalismo, que fundamentam a conversão do capital na forma capital-imperialista<sup>14</sup>. De

---

<sup>14</sup>“O uso do termo capital-imperialismo pretende deixar claro que, tendo se modificado na virada do século XIX para o XX, o capitalismo passou a expandir-se sob a forma do imperialismo e, ao fazê-lo, agregou novas determinações. Seu prolongamento no tempo não significou seu congelamento. Bem ao contrário, sua expansão envolveu modificações substantivas na sua forma de atuação. É, pois, do percurso, expansão e transformações do imperialismo que trataremos a seguir, sendo o capital-imperialismo sua forma atual. Imperialismo e capital-imperialismo não podem ser reduzidos à atuação de algum país – nem mesmo se for o país dominante – nem a uma escolha política. E isso ainda quando países predominantes formulam explicitamente

acordo com Fontes (2010), no pós 2ª guerra mundial, o imperialismo expandiu-se num processo de conversão capital-imperialista. Essa forma expressa uma acumulação abissal de capitais na forma monetária, superando a união íntima entre capital bancário e industrial. As fusões de capitais atingem uma escala de acumulação tamanha que remete a concentração da pura propriedade – não apenas da propriedade dos meios diretos de produção, mas dos recursos sociais de produção, especialmente sob a forma monetária (FONTES, 2010).

Essa concentração em altíssimas proporções exige, pela própria lógica de valorização do valor, que os tomadores de crédito atuem como capitalistas funcionantes ainda que em diferentes escalas e formas. Assim, expandem-se os grandes empreendimentos e um conjunto de médias, pequenas, micro e auto-empresas. Ou seja, a expansão do capital monetário promove tanto a expansão de megaempreendimentos, como a própria pulverização de capitais:

Essa propriedade “descarnada” de recursos (ou condições) sociais de produção precisa ser compreendida não apenas como a propriedade direta dos meios diretos de produção, mas como propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou de sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor, qualquer que seja o montante exigido. Isso vale tanto para empreendimentos astronômicos, se considerados a partir dos padrões históricos anteriores, isto é, nacionais ou governamentais, de aplicação de recursos, quanto para a pulverização de capitais impulsionando massas de novos e mais ferozes capitalistas funcionantes, através de empreendedorismos. Na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas* (FONTES, 2010, p. 198).

Esse processo é acompanhado por uma intensa complexificação das formas de dominação burguesa. Em especial, pela expansão dos aparelhos privados de hegemonia, a domesticação do sindicalismo, a *onguização* da sociedade civil (FONTES, 2010). E, pela construção de uma nova pedagogia da hegemonia – a reconfiguração do exercício de educação para o consenso, calcado em um novo padrão de sociabilidade burguesa que tem sua expressão mais acabada no ideário do neoliberalismo de terceira via (NEVES, 2005).

---

políticas de domínio. Não se trata de “salvar” os conceitos deste ou daquele autor, no caso, de Lenin, contra as evidências do mundo contemporâneo, mas de recolocar o percurso do imperialismo no pós-guerra, procurando identificar algumas das modificações cruciais que experimentou nos quase cem anos que nos separam de Lenin” (FONTES, 2010, p. 154)

Entendemos essa questão a partir da reflexão gramsciana sobre a ampliação do Estado nas sociedades ocidentais<sup>15</sup>, com a complexificação da aparelhagem estatal em sentido estrito e a politização da sociedade civil por meio da expansão, tanto qualitativa quanto quantitativa, dos aparelhos privados de hegemonia (NEVES; SANT'ANNA, 2005). Nessa perspectiva, o Estado assume, para além de sua função de domínio direto, a direção cultural e política do conjunto da vida social. E desenvolve, a partir de sua inter-relação e incorporação da sociedade civil, seu papel educador, constituindo uma pedagogia da hegemonia no intuito de conformar os sujeitos de acordo com as necessidades do capital (NEVES; SANT'ANNA, 2005).

No período atual, a classe dominante constrói uma nova pedagogia da hegemonia que tem o papel de “redefinir o padrão de politização fordista” estimulando “movimentos caracterizados por soluções individuais” (NEVES; SANT'ANNA, 2005). Fundamentada nos princípios da terceira via<sup>16</sup>, atua no sentido de produzir o consenso, a conciliação dos irreconciliáveis interesses de classe (LIMA; MARTINS, 2005).

A terceira via tem em sua proposta central a reconfiguração do papel do Estado (em sentido estrito) e da sociedade civil. O Estado, a partir da terminologia “novo Estado democrático”, “democracia dialógica”, passaria a exercer um papel regulador das questões econômicas, sociais e ambientais, de abrir limitados canais de participação com vistas a conciliar interesses, e estimular a competitividade da economia (LIMA, MARTINS, 2005). Já a sociedade civil passa a ser encarada como o âmbito de resolução, ou melhor, amenização das questões sociais, incentivando a auto-organização de grupos com interesses específicos, e as comunidades a resolverem suas próprias problemáticas, constituindo o que chama de uma sociedade civil ativa:

---

<sup>15</sup> Sociedade ocidental é um conceito gramsciano que se refere a caracterização de sociedades em que a sociedade civil se fortalece e passa a se apresentar como campo possível de legitimação social da dominação burguesa pela produção de consensos (NEVES; SANT'ANNA, 2005)

<sup>16</sup> A terceira via se caracteriza por um corpo teórico-político que objetiva “governar o capitalismo de uma forma mais humana”, para além das grandes polaridades. Tem em Anthony Giddens seu principal intelectual e assessor do primeiro ministro inglês Tony Blair. E na Cúpula da Governança Progressiva, que reunia presidentes de diversos países dentre eles FHC e depois Lula, sua principal expressão política (LIMA, MARTINS, 2005)

[...] a construção da chamada “sociedade civil ativa”, composta por homens e mulheres mais bem-informados e educados, que passam de sujeitos históricos a atores sociais, que assimilam uma nova postura social expressa na prestação de serviços e não na reivindicação coletiva de direitos. [...] [a sociedade civil ativa] se tornaria o *locus* da ajuda mutua da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais (LIMA, MARTINS, 2005, p. 50, 53).

Assim, retira-se do Estado a responsabilidade pelos dilemas do povo trabalhador e pelas políticas sociais universais, repassando-a à sociedade civil e ao indivíduo – um novo homem, dotado de espírito empreendedor, confiante e capaz de administrar riscos (LIMA, MARTINS, 2005). As conexões dos princípios da terceira via com o pensamento neoliberal ficam evidentes no que concerne à responsabilização do indivíduo e à promoção de uma cultura individualista e empreendedora. O individualismo é central em seu projeto de reconfiguração da sociedade civil e do Estado.

Para Harvey (2012) o individualismo é um valor chave nas mudanças nas normas e hábitos culturais e políticos em direção à acumulação flexível. O autor indica a ascensão, especialmente a partir da década de 1970, de um individualismo exacerbado e competitivo e uma cultura empreendedora presente em diferentes esferas da vida:

Hoje, o empreendedorismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto à administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área da pesquisa e desenvolvimento, tendo chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística (HARVEY, 2012, p.161).

Esses movimentos, que tem sua expressão mais madura nas proposições da terceira via, implicam num velamento das condições histórico-sociais, no apagamento da percepção do homem como sujeito histórico e das contradições e lutas de classe. Sua função é de educar o consenso, criando “uma nova subjetividade e [...] novos sujeitos políticos coletivos”, retirando as responsabilidades sociais da aparelhagem estatal e minando a resistência, a luta contra-hegemônica de caráter revolucionário (LIMA, MARTINS, 2005, p. 59).

Fundamentam a produção de uma nova sociabilidade burguesa e as estratégias da nova pedagogia da hegemonia (LIMA, MARTINS, 2005), na qual se situa a pedagogia empreendedora (COAN, 2011).

O empreendedorismo tem um papel central no ideário na acumulação flexível, no capital-imperialismo, e pode ser caracterizado, de acordo com Cunha (2007) como práxis neoliberal por excelência. A ideologia empreendedora tem, de forma geral, a finalidade de “fomentar a ilusão de que os indivíduos são proprietários dos meios para a manutenção de sua existência” (CUNHA, 2007, p. 27-28).

O fundamento do conjunto de práticas e discursos amalgamados na ideologia do empreendedorismo é a própria materialidade capitalista, apresentada de forma natural e naturalizante na medida em que: (I) trata a organização da vida social apenas como um mero dado factual; (II) opera a ideia de que basta aos indivíduos reconhecerem e aproveitarem as oportunidades para construir seu caminho para o sucesso e que isto por si contribuiria para a superação das desigualdades sociais. Atua, então, com o intuito de adaptar os sujeitos ao modo de produção vigente, na direção da internalização por parte massas subalternizadas da lógica e dos interesses da classe capitalista (COAN, 2011).

Exerce, dessa forma, uma função importante na disciplinação da força de trabalho<sup>17</sup> coerentemente às necessidades da acumulação capitalista. De acordo com Harvey (2012), a disciplinação dos trabalhadores aos propósitos do capital é um processo que precisa ser renovado a cada nova geração de trabalhadores. Para o autor, esta prática envolve uma série de elementos como repressão, cooptação, cooperação, familiarização e não pode estar restrita ao local de trabalho, precisa ser realizada no conjunto da vida social.

Assim, constatamos que o empreendedorismo tem um papel em conformar os trabalhadores de acordo com as exigências dos processos de flexibilização. Em produzir, ao menos no âmbito subjetivo, um novo modelo de trabalhador, adaptável, polivalente, multifuncional, competitivo – o trabalhador flexível (CUNHA, 2007), o trabalhador/empreendedor (COAN, 2011).

Este trabalhador de novo tipo é geralmente caracterizado pela necessidade de desenvolver “competências adaptáveis às novas situações tanto para gerir um negócio próprio criando, dessa forma, seu auto-emprego, como para atuar nas organizações, agindo como um

---

<sup>17</sup> Entendida como o processo de “conversão da capacidade de homens e mulheres realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas” (HARVEY, 2012, p.118-119)

intraempreendedor [...]” (COAN, 2011, p. 38). Efetivamente, este é o modelo em que o trabalhador internaliza a lógica empresarial, em que pensa e atua como um dono de empresa, ou que trata a empresa capitalista como sua cliente mesmo estando a ela submetido (COAN, 2011).

É também o modelo de trabalhador que frente ao desemprego acredita que é o único responsável pela obtenção ou produção de sua própria ocupação, que é responsável por sua “empregabilidade” – entendendo-a como resultado de suas características pessoais. Estamos de acordo com Cunha (2007) e Coan (2011), em suas considerações, que este é também um efeito da apresentação comumente realizada do empreendedorismo como uma receita salvacionista para a superação do desemprego, como algo capaz de gerar trabalho e renda. Em conjunto, as noções de empregabilidade e empreendedorismo operam a culpabilização dos trabalhadores, e especialmente do trabalhador singular, por seu emprego ou desemprego, e, com isso, ocultam a própria determinação sócio-histórica do desemprego e sua possível operacionalidade para o capital (CUNHA, 2007; COAN, 2011).

A ascensão da ideologia do empreendedorismo retoma o modelo do *self made man* – do homem que faz a si mesmo, que faz seu próprio caminho para o sucesso – e torna-o um imperativo para inserção das massas no mundo trabalho (CUNHA, 2007). De diferentes formas, estas noções operam a responsabilização do indivíduo pela reprodução de sua existência, velando as relações de exploração e legitimando a ordem vigente (CUNHA, 2007; COAN, 2011).

Como uma ideologia que apresenta os interesses empresariais, ainda que escamoteie as relações de exploração, como uma visão de homem, uma pseudo-ética que busca se estender do mundo empresarial à totalidade da vida social, tem um papel decisivo na formação das amplas massas expropriadas e plenamente disponíveis para o mercado. Conclui-se que a ideologia empreendedora é especialmente determinante na configuração dos trabalhadores submetidos às mais diferentes formas de trabalho precarizado (tempo parcial, por projetos, terceirizados, etc.). Tem o papel de responsabilizá-los por seu próprio destino, por sua própria condição de total disponibilização ao mercado. Além de articular culpabilizações e esperanças, afinal, em coerência com essa ideologia, se tiverem uma postura empreendedora podem transformar as situações em oportunidades e as oportunidades a favor de si mesmos.

Por outro lado, a ideologia empreendedora tem também o papel de responsabilizar os trabalhadores pelo próprio percurso da empresa,

pois poderiam ser intraempreendedores, e inovar na própria empresa onde trabalham, o que, nessa lógica, garantiria sua empregabilidade e abriria um possível caminho de ascensão social. Assim, a noção de empreendedorismo serve ainda para elaborar um compromisso subjetivo do trabalhador com os interesses da empresa capitalista.

A ideologia empreendedora é também estendida ao próprio engajamento do trabalhador nas lutas pela superação das desigualdades sociais. A preocupação com as questões sociais, políticas e ambientais é parte do perfil deste trabalhador de novo tipo, mas desde que encaradas pela ótica empresarial – ou seja, sem questionar a ordem social capitalista (COAN, 2011).

Desta forma, entendemos que a ideologia do empreendedorismo não tem apenas o papel de moldar os sujeitos de acordo com as demandas estritas do mercado de trabalho, construindo habilidades ou competências relacionadas às transformações no âmbito da produção e circulação de mercadorias. Mas de constituir também, ética e politicamente, os trabalhadores, conformando uma visão de homem e de mundo coerentes com a lógica de reprodução do capital. Em última instância, o empreendedorismo nos parece um valor central na produção da hegemonia burguesa direcionando o conjunto da vida social, e atuando no sentido da adesão dos trabalhadores, de forma passiva ou ativa, ao projeto de sociabilidade dominante.

Outra questão que nos parece relevante é apresentada por Cunha (2007, p. 145): a possibilidade de que esteja surgindo “uma nova configuração do proletário na figura do empreendedor, este que tem sua força de trabalho restrita a ele mesmo ou a família, o empresário individual”. Formalizado, ou não, este sujeito é incorporado e pode passar a incorporar o ideário e práticas coerentes com a lógica empresarial. Tem fragilizada sua capacidade de resistência e restringido o acesso a um conjunto de direitos e proteções sociais. Nessa ótica, entendemos a ideologia do empreendedorismo não somente como forma de justificar e legitimar, que adapta os trabalhadores para encarar as formas atuais de expropriação, mas também como uma forma uma expropriação de tipo secundário – na medida em que destitui um conjunto de trabalhadores do acesso a direitos e garantias.

Nesse sentido, a ideologia empreendedora atua também como uma forma para que esses sujeitos, em geral pertencentes a frações mais proletarizadas da classe trabalhadora, não se reconheçam como trabalhadores, mas sim como empresários. Neste ponto a dramaticidade é ainda maior, porque cabe a esse sujeito gerir a extração de sobretrabalho de sua própria força de trabalho. Em geral, submetido ao

capital monetário, em alguma de suas diversas modalidades creditícias, este sujeito é o responsável por manejar sua exploração.

De forma geral, a ideologia do empreendedorismo universaliza a figura do empresário como um modelo a ser seguido por todos os sujeitos, independentemente de sua classe social, e em todas as esferas da vida. Prega a ideia de que todos podem ser empresários (COAN, 2011), e que todos devem agir como um. Coloca no mesmo patamar, a partir da figura do empreendedor, todo espectro entre os grandes proprietários, trabalhadores “autônomos” informais, pequenos, micro e auto empresários e mesmo os trabalhadores assalariados (intraempreendedores).

Neste bojo, propomos mais duas reflexões acerca do papel da ideologia do empreendedorismo, sobre a relação capital monetário e capital funcionante e o contingenciamento da sobrepopulação trabalhadora. Em relação à primeira questão, pensamos que a ideologia do empreendedorismo, na medida em que vende a noção que todos podem ser empresários e responsabiliza os indivíduos por gerar sua própria ocupação, tem também o papel de estimular a pulverização de capitais.

Parece-nos que o discurso do empreendedorismo efetiva-se como um discurso que objetiva produzir um desejo nos sujeitos para que atuem como proprietários de capital funcionante, servindo para arregimentar certos setores da população na própria dinâmica de pulverização de capitais. E por apresentar a dinâmica de acumulação de capitais centrada meramente na dinâmica empresarial cotidiana, na qual bastaria perceber uma oportunidade e transformá-la em um negócio, e na ação individual do empresário/empreendedor obnubila a relação entre a hiperconcentração dos recursos sociais de produção, de trabalho morto sob a forma monetária com o capital funcionante. Desloca a relação de necessidade da valorização do capital monetário de se realizar por meio do capital funcionante e a consequente expansão de uma miríade de empreendimentos (pulverização de capitais), para a fórmula empreendedora de ações individuais.

A segunda reflexão que propomos diz respeito à divulgação do empreendedorismo estar relacionada à produção do desejo avesso ao assalariamento, do trabalhador tornar-se “patrão de si mesmo”. Levantamos com isso uma questão: a difusão da ideologia do empreendedorismo pode ser utilizada como instrumento de contingenciamento da sobrepopulação trabalhadora, do exército industrial de reserva? E com isso reduzir as tensões sociais provocadas

pelo desemprego, jogando também com a pressão sob a elevação dos salários?

Assim, destacamos que a ideologia empreendedora, uma vez inserida na educação, cumpre o papel de instrumentalizá-la a serviço do capital (COAN, 2011). Calcada numa concepção pragmática, a pedagogia empreendedora empobrece a educação reduzindo-a “ao mero treinamento” (COAN, 2011, p. 237). E nos parece consubstanciada com a proposta educativa da terceira via de educação para o consenso, que de acordo com Lima e Martins (2005), atua minando no espaço escolar a difusão da contra-hegemonia e esvaziando os conteúdos ético-políticos:

Assim, temas antigos, como “cidadania”, “igualdade”, “participação”, “democracia”, e novos como **“empreendedorismo”**, “voluntariado”, “responsabilidade”, dentre tantos outros, são tratados sob uma abordagem pedagógica que os distancia do conflitivo e antagônico processo de construção social que os define. Trata-se de uma ação orientada por uma concepção pedagógica que procura criar novas ancoragens teóricas e simbólicas responsáveis por estabelecer mediações entre sujeito e realidade social em uma perspectiva de conservação das relações sócias (LIMA; MARTINS, 2005, p.65, grifo nosso).

Desta forma, pensamos que as empresas juniores caracterizam-se como um aparelho difusor da ideologia do empreendedorismo. Um aparelho que visa educar os jovens universitários sob égide do empreendedorismo, do novo padrão de sociabilidade burguesa. Traçamos então as questões: A quais interesses respondem a criação e a expansão dessas organizações no Brasil? Que interesses específicos colocam-se em propor o ensino e a difusão da ideologia empreendedora nas universidades públicas? Quais foram as condições necessárias para sua criação e expansão? Quais papéis cumprem na Universidade pública brasileira? Qual o significado histórico de sua criação e expansão no Brasil?

### 2.3 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS INTERESSES DA BURGUESIA INDUSTRIAL

Este conjunto de transformações no capitalismo, fundamentadas na hiperconcentração de recursos sociais de produção, as expropriações,

principalmente de tipo secundário, e a instauração de uma nova sociabilidade burguesa passam a se expressar de forma mais intensa no Brasil na década de 1990. Ganham organicidade e hegemonia a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se aprofundam no governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010). Esses dois governos engendraram uma ampla reforma educacional, que transformou tanto a formação para o trabalho simples, quanto à formação para o trabalho complexo no país, e que no âmbito da Educação Superior foi marcada por distintas formas de privatização e mercantilização da educação e do conhecimento. É neste contexto que as empresas júniores passam a ganhar dimensão nas universidades públicas.

### **2.3.1. Neoliberalismo e a Reforma Universitária no Brasil: Contexto da expansão das empresas júniores**

De acordo com Neves e Pronko (2008), a formação para o trabalho simples e complexo no capitalismo monopolista, em seus distintos momentos, está intimamente direcionada ao aumento da produtividade do trabalho subsumido ao capital, em funções indiferenciadas ou especializadas, a produção de um novo homem coletivo e de intelectuais orgânicos a sociabilidade do capital. Assim, a burguesia atua no sentido de metamorfosear a educação de acordo com suas necessidades mediatas ou imediatas, na formação para o trabalho, tanto do ponto de vista técnico, quanto ético-político, para garantir a reprodução ampliada do capital.

As transformações no capitalismo contemporâneo apontam para a generalização da racionalização do trabalho simples, implicando o aumento dos anos de escolaridade básica e um direcionamento dos currículos no sentido dos interesses burgueses na reprodução do capital, quanto da obtenção de um consentimento ativo da classe trabalhadora para as relações de exploração e dominação (NEVES, PRONKO, 2008). Em sentido semelhante, estão relacionadas às tendências de reestruturação da formação para o trabalho complexo, que de acordo com as autoras:

[...] Implica simultaneamente a expansão da oferta de vagas no nível superior da educação escolar no conjunto das formações sociais e uma organização curricular voltada mais imediatamente para o desenvolvimento técnico e ético-político dos intelectuais urbanos de novo tipo – orgânicos da

burguesia – que possam garantir ao mesmo tempo a reprodução das condições materiais de existência capitalista nesta atual configuração histórica e a coesão social. Essa dupla determinação histórica emerge no momento em que aumenta o grau de exploração da força de trabalho e em que o nível de complexidade atingido pelas superestruturas sociais exige a intensificação de uma dominação de novo tipo – a dominação pelo consentimento ativo dos dominados. (NEVES, PRONKO, 2008, p.29).

No Brasil, as tendências de transformação da acumulação capitalista, e o conseqüente redirecionamento das políticas educacionais para atender as necessidades de reprodução do capital, passam a se expressar nos anos de 1980, mas se intensificam e consolidam na segunda metade dos anos 1990, no governo FHC e nos anos 2000, com o governo Lula. Do conjunto de medidas podemos destacar a reforma do aparelho do Estado (PRDAE/MARE), conformando o Estado gerencial, as políticas de ajuste estrutural e de *superávit* primário, a política de privatizações, a desregulamentação do mercado financeiro, o estímulo ao investimento estrangeiro direto (IED), enfim, um conjunto de políticas em sintonia com os organismos internacionais, que lograram a reconfiguração do Estado (estrito e ampliado) no sentido de atender as novas necessidades das burguesias internas e internacionais para a acumulação de capital, e que, de modo geral, resultaram no aprofundamento da posição subalterna e dependente do país na economia mundial (SGUISSARDI, 2009). Estas medidas, a despeito da expectativa de ampla parcela da classe trabalhadora, tiveram continuidade e aprofundamento no governo subseqüente do Partido dos Trabalhadores, sob a presidência de Lula.

É neste contexto que foram ocorrendo às mudanças na formação para o trabalho simples e complexo no país e mais especificamente a reforma da educação superior. É importante salientar que as reformas nas políticas educacionais nesse período foram acontecendo de forma fragmentária, por meio de variados mecanismos, e alternando momentos de coerção e consenso. Assim, já na Constituição de 1988 é possível identificar aspectos dessas transformações (NEVES, 2002; NEVES, PRONKO, 2008).

Na Assembleia Constituinte, importantes propostas educacionais da classe trabalhadora organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) foram derrotadas. Dentre elas o uso exclusivo

de recursos públicos para a educação pública, abrindo a possibilidade para que os empresários da educação, e as escolas filantrópicas e confessionais, pudessem ser contemplados pelo fundo público, e a proposta do FNDEP sobre a relação entre trabalho e educação, que articulava a preparação para o trabalho como uma finalidade da educação, mas que estabelecia a elaboração e reflexão crítica da realidade como objetivos educacionais, que terminou diluída, possibilitando que a formação para o trabalho estivesse voltada aos interesses mais imediatos do mercado - e ainda, a Constituição de 1988 abriu a possibilidade que as escolas privadas laicas pudessem obter lucro (NEVES, 2002; NEVES, PRONKO, 2008). No campo específico da educação superior, a Constituição possibilitou a diversificação institucional, na medida em que considerou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como uma necessidade exclusiva das instituições universitárias (NEVES, PRONKO, 2008).

Desde então, as burguesias operam um conjunto de medidas que vão transformando substancialmente a política educacional em sua totalidade, da educação básica ao ensino superior, nos ramos científico e tecnológico e também as atividades de formação técnico-profissional. Essas medidas foram implementadas em ritmo lento e fragmentário, em larga medida por conta da resistência da classe trabalhadora, e mais especificamente, durante os anos de 1990, dos trabalhadores da educação e dos estudantes organizados no FNDEP e no Congresso Nacional de Educação (CONED)<sup>18</sup> (NEVES, PRONKO, 2008; LEHER, 2010).

O Governo de FHC disputou e venceu o FNDEP\CONED no Congresso Nacional na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e do Plano Nacional de Educação, obtendo as bases de fundamentação das mudanças na política educacional. Mudanças pautadas na privatização e mercantilização da educação, nas parcerias público-privadas, na readequação curricular orientada pela teoria do capital humano e na pedagogia das competências (NEVES, PRONKO, 2008).

No governo FHC, com a aprovação da LDB, foi introduzida a nomenclatura de modalidades de ensino, que abarcou a “educação

---

<sup>18</sup> A partir do início do governo do Partido dos Trabalhadores, sindicatos e movimentos ligados a sua base passaram a desconstruir esses importantes espaços organizativos da classe trabalhadora na defesa da educação, e foram bem sucedidos durante o Fórum Social Mundial de 2005, tendo como principal ponto de discórdia a implementação do ProUni (LEHER, 2010).

profissional” correspondendo ao que se chamava de formação técnica-profissional, uma formação voltada especificamente para vida produtiva do trabalhador. A denominação da formação profissional como uma modalidade de educação escolar tem como pano de fundo a ênfase na formação de diferentes “atitudes e competências” para que no âmbito do trabalho, os trabalhadores possam desenvolver a característica da polivalência. De acordo com Neves e Pronko (2008), esta reforma revela duas questões centrais, tanto do ponto de vista do capital como do trabalho:

Sua inclusão como modalidade educacional na nova LDB revela, do ponto de vista técnico, a importância atribuída pela burguesia brasileira à adaptação, a curto prazo, da força de trabalho às exigências do mercado em tempos de finança mundializada (CHESNAIS, 2005) e, do ponto de vista ético-político, a aceitação por um significativo contingente da classe trabalhadora das ideologias da empregabilidade e do empreendedorismo, destinadas a manter a coesão social em tempos de reestruturação produtiva e de supressão de direitos do trabalhador. Essa aceitação se dá de forma mais eficaz quando responde, mesmo sob a ótica do capital, a reivindicações históricas da classe trabalhadora pelos direitos à educação, à formação e ao trabalho. Ao realizar a reforma do modelo da formação profissional até então vigente, o Estado brasileiro o faz, de um ponto de vista mais específico, nessa dupla perspectiva de dotar as massas trabalhadoras de ferramentas culturais para o aumento da produtividade do trabalho sob a direção do capital e de garantir o consenso, via ampliação da oferta de oportunidades de treinamento de novo tipo (NEVES, PRONKO, 2008, p.61).

Esta nova modalidade de escolarização foi largamente incentivada nos governos de FHC e de Lula, e uma série de iniciativas foram tomadas para aproximá-la tanto da escola básica regular, quanto do ramo tecnológico da educação. Esse movimento indica o aprofundamento da subsunção da educação aos interesses mais imediatos da burguesia, e o quanto as ideologias do empreendedorismo

e da empregabilidade, articuladas à teoria do capital humano e à pedagogia das competências foram capazes de penetrar na vida social.

De forma geral, tanto o governo de FHC quanto o de Lula, assim como os governos do início dos anos 1990, centraram esforços nas políticas de formação para o trabalho simples, com a expansão da educação básica, as políticas de “qualidade” da educação básica, mas também direcionaram parte de suas políticas para a reestruturação da formação para o trabalho complexo, no ramo científico e tecnológico (NEVES, PRONKO, 2008). Estas políticas, de profundo caráter mercantilizante, lograram uma reforma na educação superior conformando uma Universidade neoprofissional (centrada no modelo de universidades de ensino, em detrimento das universidades de pesquisa), heterônoma (dependente de agenda externa) e competitiva (especificamente as públicas que precisam buscar a iniciativa privada para complemento das verbas do fundo público, e passam a ter como parâmetro para seu funcionamento o mercado) (SGUISSARDI, 2009).

É então, a partir da reforma do Estado, no governo FHC, que na formação para o trabalho complexo no nível superior passa a predominar o caráter mercantil, utilitário e pragmático da lógica de valorização do capital. Esse é o sentido próprio da reforma do Estado realizada nos anos de 1990, tornar o ambiente econômico e institucional favorável à reprodução do capital em sua lógica financeira, e foi esse o sentido mais profundo da reforma universitária (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013). Suas diretrizes acompanharam as recomendações dos organismos internacionais, e as alterações da política de ciência e tecnologia (NEVES, PRONKO, 2008).

Em sentido mais estrito, a caracterização da educação no PDRAE como um “serviço não-exclusivo ou competitivo do Estado”, e o desmonte do arcabouço jurídico e político da educação superior, ainda no governo FHC, permitiram e estimularam uma extraordinária expansão das universidades privadas comerciais no país (NEVES, PRONKO, 2008; SGUISSARDI, 2009; LEHER, 2010; SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013). No governo Lula, essas instituições tiveram forte incentivo, com isenções fiscais, financiamento, enfim, uso do fundo público com a criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a expansão do crédito estudantil por meio do FIES (LEHER, 2010).

Possuindo a ampla maioria das matrículas e vagas na educação superior, em detrimento das universidades públicas, o setor privado expandiu-se celeremente e passou a ser dirigido em larga medida pelo capital financeiro, com a formação de grupos educacionais com capital

acionário aberto, apresentando movimentos típicos da tendência contemporânea à concentração de capital, como um conjunto de fusões e aquisições (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013). Contando predominantemente com instituições não universitárias, com uma ampliação considerável de vagas por meio da educação à distância, essas instituições caracterizam-se por, em geral, proporcionar uma formação precária, muitas vezes aligeirada, para um contingente significativo de trabalhadores.

No âmbito da Universidade Pública a reforma foi marcada pela “retirada do Estado” como garantidor de sua natureza pública, abrindo espaço para a entrada do capital, e estruturando o processo de mercantilização destas instituições (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013). Este processo, iniciado no governo FHC, tomou corpo no governo Lula, e compreendeu, ao menos, dois grandes direcionamentos, voltar a produção de conhecimento para as necessidades pragmáticas da reprodução do capital, principalmente nas formas de pesquisa aplicada e inovação, e da mesma forma reconfigurar a formação universitária de acordo com as novas demandas técnicas e ético-políticas necessárias para garantir a valorização do capital (NEVES, PRONKO, 2008; LEHER, 2010; SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013).

Já no governo FHC, a produção de ciência e tecnologia no país passou a se reconfigurar no sentido do atendimento estrito das demandas de valorização do capital. Este movimento é explicitado em dois documentos, “Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira, Livro Verde e Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação”, elaborados nos primeiros anos da década de 2000, e que direcionariam a política do MCT também no governo Lula, indicando a inflexão da política de ciência e tecnologia para a inovação (NEVES, PRONKO, 2008). As novas diretrizes da política de produção de conhecimento, tendo forte influência das diretrizes de organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reafirmam a inserção subordinada do país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), característica do capitalismo dependente, e sua subsunção dos anseios dos capitalistas por incrementar a produtividade. Assim, de acordo com Neves e Pronko (2008):

Por intermédio desses documentos vai ficando claro que a ênfase da política de C&T recai sobre o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho sob a ótica do capital, favorecendo e acelerando seu processo de valorização. Daí que a

inovação tecnológica se constitua em objetivo central dos esforços nacionais nessa área e, ao mesmo tempo, em estratégia de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. De forma coerente com as orientações do Banco Mundial para o conjunto dos países em desenvolvimento, cabe ao país, segundo o ministro à época, “acompanhar e, na medida do possível, participar do que se passa nas fronteiras avançadas do conhecimento e das tecnologias de ponta” (BRASIL. MCT, 2001: ix), ou seja, adaptar a realidade nacional à ciência e à tecnologia formuladas internacionalmente, bem como contribuir para a geração de inovações que venham agregar valor à finança mundializada. [...] Cabe destacar, ainda, que na visão do Livro Verde a influência da CT&I na qualidade de vida constitui uma decorrência “natural” de seu uso para o aumento da produtividade, ou seja, sustenta-se a idéia de uma relação linear entre CT&I, conhecimento, desenvolvimento (econômico) e bem-estar da população. (NEVES e PRONKO, 2008, p. 165)

Sob essa perspectiva uma série de medidas alterou o cenário da produção de Ciência e Tecnologia, agora pautadas pela Inovação sob o trinômio CT&I, e centralmente a pesquisa universitária. Dentre elas destacamos: a criação em 1999 pelo governo dos Fundos Setoriais (FS), que passam a orientar o financiamento da área de C&T, estreitando os vínculos entre universidades e setor produtivo e priorizando a pesquisa aplicada (NEVES, PRONKO, 2008; SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013); o reordenamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reorganiza seu sistema de avaliação e submete os docentes ao “produtivismo acadêmico” (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013, p. 128) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, a partir de 2001, passa a estabelecer prioridades de pesquisa, e selecionar projetos por meio de editais e pela realização de convênios, uma reorganização no sentido de induzir “a pesquisa aplicada visando ao aumento da produtividade do capital e da competitividade econômica do país” (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013, p. 128); a regulamentação das relações entre as universidades e as fundações de apoio, marcando a possibilidade de captação de recursos privados para a realização das

atividades; a Lei 10.973/2004, conhecida como a Lei da Inovação, que trata dos incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e permite a celebração de contratos entre as IFES e as empresas privadas para a transferência de tecnologia, e ainda permite aos pesquisadores públicos uma situação funcional mais flexível para estabelecer a relação entre as universidades e empresas<sup>19</sup>; a Lei 11.196/2005, Lei do Bem, que possibilita isenções tributárias a pessoas jurídicas que desenvolvam ou invistam em inovação e pesquisa tecnológica; Lei 11.079/2004 que estabelece as normas para a contratação de Parcerias Público-Privadas na administração federal (NEVES, PRONKO, 2008; LEHER, 2010; SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2013).

Assim, a política de C&T do país é reorientada no sentido da apropriação privada do conhecimento produzido, e mais substancialmente no uso do fundo público para produzir conhecimento de interesse à lógica de valorização do capital. Nesse sentido, cria mecanismos para converter os docentes universitários em empreendedores:

Para que a universidade possa estabelecer parcerias com as empresas é importante que os professores assumam um outro *ethos*, caracterizado nas referidas leis como empreendedor. A conversão do professor em empreendedor não é algo espontâneo, por isso a Lei de Inovação estabelece meios para que essa conversão aconteça. Os principais incentivos são de natureza pecuniária. [...] O horizonte desejado é a transformação do professor em empresário. [...] A privatização do recurso público fica patente na medida em que valores que deveriam ser investidos nas universidades — em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas — são utilizados para financiar docentes que tentam uma colocação no mercado como

---

<sup>19</sup> A lei de inovação permite aos pesquisadores das instituições públicas o recebimento de ganhos adicionais, como retribuição proveniente das atividades contratadas, bolsas de estímulo a inovação, parte nos ganhos econômicos resultantes das atividades contratadas. E ainda facultadas a possibilidade afastamento para colaboração com outras instituições de ciência e tecnologia e licença sem vencimentos de até seis anos para criação de empresa cuja finalidade seja relacionada a inovação (NEVES, PRONKO, 2008).

empreendedores, sem qualquer risco ou ônus para a sua carreira profissional e sem qualquer custo para as empresas. O conhecimento produzido é o demandado pelo contratante, a saber, a empresa, que, assim, define o que é dado a pensar na pesquisa. Para assegurar a propriedade intelectual, é vedado ao dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, empregado ou prestador de serviços de ICT, divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT. Com isso, a lei admite a censura de questões relativas à ética de pesquisa, notadamente em seres humanos e no meio ambiente, por exemplo, proibindo a divulgação dos efeitos nocivos de determinado procedimento ou substância. (LEHER, 2010, p.381)

De forma conexa a formação foi sendo reconfigurada, principalmente, por meio da expansão do ramo tecnológico, dos incentivos às universidades privadas, especialmente as privadas mercantis, e na Universidade Pública por meio de políticas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – esta última, na expansão de vagas por meio da modalidade de Ensino à Distância (EAD). Em síntese, o sentido geral da política é o de massificação do ensino superior, promovendo cursos diversificados e aligeirados, conectados às demandas de formação técnica e ético políticas do capital para os trabalhadores, para ampla parcela dos estudantes – o sentido é o de formar, em diferentes níveis e modalidades, um novo trabalhador (LEHER, 2010; SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013). Este movimento é percebido também nos níveis de pós-graduação, com a expansão dos cursos *latu sensu* principalmente por plataformas de EAD, e da proliferação de cursos *stricto sensu* mais imediatamente voltados às demandas de formação para o mercado, como os mestrados profissionais (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013).

Neves e Pronko (2008), a partir da análise dos documentos do MCT<sup>20</sup>, indicam que este processo de reconfiguração da formação para o trabalho complexo está em consonância com as políticas de CT&I, reforçando o caráter produtivo destas políticas. Assim, é possível perceber que tanto do ponto de vista da produção de Ciência e Tecnologia, quanto da formação, o movimento de reconfiguração das políticas no que tange à Universidade Pública tem o sentido de reestruturá-la e adaptá-la à nova dinâmica da reprodução de capital. Silva Junior e Sguissardi (2013), afirmam:

Estes Planos [REUNI e UAB] objetivam, de modo geral, pôr em prática uma política educacional que coloque em movimento a necessidade de criação de uma política científica e tecnológica eficiente e ao mesmo tempo um programa de certificação em massa e aparente qualificação profissional para o restante da população brasileira, tendo em vista a imposição nacional/internacional e a necessidade de aumento do exército de reserva de força de trabalho requerido pelo atual modelo de desenvolvimento económico do país. (SILVA JUNIOR e SGUISSARDI, 2013, p.143).

Uma dimensão que nos parece importante é a dificuldade criada neste processo de mercantilização da educação superior para formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, numa perspectiva contra hegemônica (NEVES, PRONKO, 2008). Parece estar em vigência uma tendência entre professores e estudantes de considerar “a educação superior como um meio para um fim pragmático profissional” (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013, p. 137). Os autores ainda indicam que embora tenha havido uma série de resistências “em muitos casos, a crítica e o debate deram lugar ao silêncio e ao apoio aos planos, programas e atividades oficiais, sugerindo que a instituição universitária estatal pública tenha se convertido em agência executora bastante acrítica de políticas públicas de competência do Estado” (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013, p. 139).

Outra questão que se erige desse processo é a contradição entre o alcance de patamares mais elevados de escolarização pela classe trabalhadora, e sua exigência pelo mercado de trabalho, e o esvaziamento progressivo do conteúdo científico, tecnológico, histórico-

---

<sup>20</sup> “Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira, Livro Verde” e “Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação”.

social da formação (LEHER, 2010; NEVES, PRONKO, 2008). Leher (2010), aponta que a estrutura do mercado de trabalho no Brasil, nos anos de 1990 e 2000, seguiu marcada pelo trabalho precário e pela superexploração da força de trabalho, contrastando com os indicadores educacionais, que do ponto de vista dos níveis de escolarização formal avançaram – ou seja, os postos de trabalho por um lado não tem demandado de ampla parcela da força de trabalho com um bom nível de conhecimento e tampouco a elevação da escolaridade tem significado a elevação do nível conhecimento dos trabalhadores. De acordo com o autor, esta contradição parece indicar que a exigência de escolaridade formal no mercado está relacionada a garantir certas disposições disciplinares e de sociabilidade dos trabalhadores:

De fato, muitos dos novos postos de trabalho não estão demandando realmente uma elevada escolarização científica, tecnológica e histórico-social. A escolaridade formal muitas vezes é um requisito para garantir que o trabalhador tenha certas disposições disciplinares e determinada sociabilidade, mas não conhecimentos sobre os fundamentos do trabalho. A expropriação do conhecimento dos trabalhadores é vista, antes, como positividade, tendo em vista o grau de exploração do trabalho existente no país. No capitalismo dependente vale a fórmula: mais expropriação, mais exploração. Isso explica o motivo pelo qual os setores dominantes não realizaram uma verdadeira reforma educacional no Brasil. Existe uma nefasta sinergia entre o padrão de acumulação e a precariedade generalizada da educação popular, a despeito dos enunciados dos movimentos empresariais em prol da educação (LEHER, 2010, p. 406).

Ainda que este apontamento se refira mais diretamente à educação básica e o ensino médio, pensamos que contradição semelhante pode estar presente no processo de reconfiguração da educação superior, em seus distintos níveis e modalidades – expropriar os conhecimentos e assegurar “competências básicas” para atividade de trabalho (LEHER, 2010). Então, de certo modo, mesmo que o capital tenha se apropriado de reivindicações históricas dos trabalhadores por educação, ao menos na periferia do capitalismo, a educação tem sido esvaziada de seu sentido.

Assim, o que Paiva (1990) indicou em relação à tendência de qualificação média da força de trabalho, como a tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa – em que o “capitalismo contemporâneo necessitaria de trabalhadores mais qualificados em termos absolutos (qualificação média se elevaria), mas a qualificação relativa, considerando-se o nível de conhecimentos socialmente disponíveis se reduziria...” (PAIVA, 1990, p. 100), pode efetivamente estar em vigência. Mas o sentido da desqualificação relativa da formação não parece estar diretamente relacionado à velocidade da produção de conhecimentos, característica do capitalismo contemporâneo, mas principalmente à demanda por parte da burguesia de uma qualificação dos trabalhadores de tipo específico, centrada principalmente em assentar a nova sociabilidade do capital.

Por fim, tanto do ponto de vista da produção dos conhecimentos quanto da formação para o trabalho complexo a Universidade Pública tem passado por um amplo processo de mercantilização. Este processo teria duas direções principais:

Assim, no Brasil, as novas diretrizes políticas para a educação na nova sociedade do conhecimento se substanciam com a lógica do mercado em uma dupla e concomitante direção, **a da consolidação do mercado do conhecimento e a do aprofundamento do conhecimento para o mercado**. Na primeira direção, o Brasil se insere com um projeto societário dependente e associado, de forma subordinada, aos centros hegemônicos do capital, por meio de uma política de C&T que enfatiza a produção de inovações e o consumo de tecnologia adaptada, como participação específica no “mercado do conhecimento”. Na segunda direção, o Brasil reforça, por meio de sua política educacional, **a progressiva dependência da escola aos múltiplos requerimentos do capital, tornando-a cada vez mais imediatamente interessada na utilização produtiva de seus pressupostos científico-filosóficos e na apropriação de conhecimentos para o mercado**. O país, assim, atrofia as possibilidades, oferecidas pela escolarização, de construção de projetos educacionais e sociais contrahegemônicos, pelas forças políticas que vêm na formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo uma

possibilidade transformadora das relações sociais vigentes (NEVES, PRONKO, 2008, p. 185, grifo nosso).

### **2.3.2. Os Interesses da CNI no processo de mercantilização da Universidade**

Fundada em 1938, com estreita relação com o Estado Novo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) marca a superação da fragmentação dos empresários industriais brasileiros em suas divergências singulares e setoriais e sua consolidação como um dos principais sujeitos políticos coletivos do país (RODRIGUES, 1998). Sua estrutura é complexificada e ganha ainda mais poder com a criação de sua tríade educativa: O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1942; O Serviço Social da Indústria, em 1946; e o Instituto Euvaldo Lodi, em 1969 (RODRIGUES, 1998). De acordo com Rodrigues (1998), desde sua criação, e mais substancialmente a partir dos anos de 1980, a CNI tem sido o aparelho de hegemonia da burguesia interna mais importante, capaz de aglutinar e expressar os interesses particulares da burguesia industrial identificando-os com os interesses do conjunto da sociedade.

Ao longo de sua história, a CNI tem sido capaz de expressar seus interesses de forma programática, apresentando diretrizes políticas para diferentes âmbitos da vida social – sempre de forma subordinada aos seus interesses centrais, na busca pelo incremento da produtividade dos trabalhadores, no aumento de sua lucratividade e na busca por uma posição hegemônica na organização da sociedade, enquadradas discursivamente na persecução de um tólos societário metamorfoseado de acordo com os diferentes momentos do capitalismo no Brasil: “nação industrializada”, entre 1938 e a década de 1960; “país desenvolvido” nas décadas de 1960 e 1970; e a partir dos anos de 1980 o tólos da “economia competitiva” (RODRIGUES, 1998). Neste sentido, a educação, como um meio de formação da força de trabalho, tem sido desde a fundação da CNI objeto de suas propostas políticas, indicando que “a burguesia industrial não é neófita no debate educacional: o empresariado industrial há décadas preocupa-se com a (con)formação da força de trabalho, elaborando um projeto hegemônico-pedagógico para a sociedade brasileira” (RODRIGUES, 1998, p.128).

Na década de 1980, com a irrupção do padrão de acumulação flexível, a CNI passou a reformular seu programa e elaborar um novo tólos, a busca por uma posição econômica competitiva nos mercados

internacionais, sintetizado na noção de “economia competitiva”, com isso passa a propor a reformulação do conjunto da sociedade para alcançá-lo, com centralidade para a Reforma do Estado e a “reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho, a integração ao mercado internacional e a redefinição do sistema educacional brasileiro” (RODRIGUES, 1998, p.133). Deste modo, nos fins dos anos de 1980 e nos anos de 1990 a CNI altera suas diretrizes para as políticas educacionais em dois eixos centrais: passam a indicar a necessidade de extensão da educação básica de cinco para 11 anos de escolaridade, e a necessidade de universalização desse nível educacional, e a busca pela formação de um trabalhador de novo perfil – marcado pela polivalência e pela empregabilidade (RODRIGUES, 1998). Em face dessas alterações o autor adverte:

Apesar das mudanças no discurso da CNI sobre educação e formação profissional, mostradas ao longo desse texto, podemos concluir que há uma característica invariante: para o pensamento industrial, a formação humana é tão somente uma variável a ser funcionalizada à reprodução ampliada do capital, e, por esta razão demanda cuidadoso gerenciamento (RODRIGUES, 1998, p. 141).

E é tomando o tópicos da competitividade como um paradigma pedagógico que a CNI formula, nos anos 2000, seus interesses para a Universidade e disputa o processo de reforma universitária (RODRIGUES, 2007). De acordo com Trópia (2009), a reforma universitária, mais especificamente a política levada a cabo no governo Lula, foi capaz de aglutinar os interesses de distintas frações da classe dominante e de alguns setores do que autora chama de classes médias e classes populares. Sinteticamente, os sujeitos em disputa, e que foram de alguma forma atendidos na Reforma, de acordo com Trópia (2009) são o capital financeiro, a nova burguesia de serviços e a burguesia industrial e as classes média e popular.

O capital financeiro, em duas direções, por meio de empréstimos tomados com o BID para financiar ações e programas derivados da política educacional, com a expansão de vagas nas IES particulares mediante o crescimento de linhas de crédito para professores e estudantes, e a criação de instituições financeiras voltadas diretamente para o setor educacional; a chamada nova burguesia de serviços, os empresários educacionais, pelo incentivo à expansão de seus negócios,

com o ProUni. A burguesia industrial, com a subordinação da universidade pública aos desígnios da valorização do capital, pautando a pesquisa e a formação;

A classe média, organizada na União Nacional dos Estudantes (UNE) e no Movimento dos Sem-Universidade (MSU), pela possibilidade de acesso via expansão, ainda que reduzida, das vagas na universidade pública e nas privadas, pelo ProUni. Já as classes populares, pela possibilidade de acesso à universidade, por meio das cotas sociais e também pelo ProUni.

Este quadro indica a dimensão de complexidade das disputas realizadas no processo mercantilizante da Reforma Universitária, iniciada no governo FHC e aprofundada no governo Lula. Ressaltam-se aqui os interesses e posições da burguesia industrial, organizada na CNI, que num primeiro momento giram em torno da subordinação da Universidade Pública à lógica de valorização de seus capitais, por meio da manutenção de centros de excelência em pesquisa, a venda dos resultados das pesquisas, o financiamento direto a pesquisa, a interação Universidade-Empresa, a fragmentação do modelo universitário e dos cursos de graduação, a utilização do EAD de forma massiva (RODRIGUES, 2007; TRÓPIA, 2009).

Enfim, a burguesia industrial escolhe a Universidade Pública como principal objeto de suas políticas para a educação superior (RODRIGUES, 2007; TRÓPIA, 2009). No entanto, destituem-na de seu sentido público, tomando a educação e o conhecimento nelas produzidos como um insumo necessário para a valorização do capital, como mercadoria-educação e encontra lastro para suas políticas no governo Lula:

Burguesia industrial e governo entendem a educação superior e o conhecimento como elementos fundamentais para o processo produtivo e, portanto, para transformação do país numa economia competitiva. Em última instância, tal compreensão concorre diretamente para os interesses da burguesia industrial mais preocupada na incorporação do conhecimento como insumo produtivo, isto é, mercadoria-educação, do que como mercadoria final, isto é, educação-mercadoria, tal qual a entendem os empresários do ensino (RODRIGUES, 2007, p. 134).

No entanto, a partir de 2005 suas diretrizes passam a ser reorientadas. Kenji (2014) indica que a partir deste momento a crítica às

universidades privadas não aparece nos documentos da CNI, diferentemente do período anterior, e passam a defender medidas como a abertura dessas IES ao capital estrangeiro, e a redução da intervenção do Estado na regulação dessas empresas. Já entre 2008 e 2010, a temática educacional nos documentos da CNI passa a se centrar na educação profissional e tecnológica e na educação básica (KENJI, 2014). Até que em 2010, no documento *A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor* (CNI, 2010), a CNI defende diretamente a extinção da educação superior pública (KENJI, 2014; CNI, 2010).

Assim, de acordo com o autor, há um deslocamento do programa dos industriais, passando então a tomar a educação como educação-mercadoria, ou seja, como um produto final a ser vendido (KENJI, 2014). Elaboram então seus interesses como prestadores de serviços educacionais privados, a partir do SENAI (KENJI, 2014). Assim, ao mesmo tempo em que vendem a educação como educação-mercadoria podem, também, controlar diretamente a produção do insumo mercadoria-educação:

Quando tomam a educação como *educação-mercadoria*, deixam perceber que podem dominar a produção dos insumos da mercadoria especial de que necessitam no chão-de-fábrica. Esse domínio diz respeito à venda de serviços educacionais diretos ao trabalhador ou ao que é mais lucrativo: a venda de matrículas ao Estado, com enormes transferências de dinheiro público às IES privadas. Dessa forma, os industriais encontram as condições de realizar a formação de seus trabalhadores ao seu modo, em que áreas profissionais que considerem necessitar de um contingente maior ou menor de trabalhadores em cada região nacional. Podem dispor de processos de formação de consciências dos trabalhadores que estudam em suas instituições e ainda fazer disso uma nova espécie de “responsabilidade social” [...] Ao tomar a educação universitária como *educação-mercadoria*, os industriais encontraram uma forma de fazer as coisas ao seu próprio modo, até os limites de possibilidades para explorar a expansão desse modelo educacional formativo. Eles livram-se circunstancialmente de lidar com uma instituição

que, em sua visão, é difícil de mudar pelo forte caráter de resistência de partidos, sindicatos e movimentos sociais: a universidade pública. (KENJI, 2014).

Procurou-se nesta sessão indicar o conjunto de interesses da burguesia industrial no processo de mercantilização da Universidade – que se expressou em formas ampliadas de privatização e mais recentemente na defesa da privatização em sentido estrito da Universidade Pública. Apesar desta reorientação, é possível compreender que os industriais, assim como outras frações burguesas, tomam a educação e mais especificamente a Universidade como uma “mercadoria (mesmo que especial) – ou seja, uma forma fantasmagórica de relação entre coisas – a mediação para seu interesse mais geral: a valorização do valor pela exploração do trabalho vivo” (RODRIGUES, 2007, p. 135).



### 3. AS EMPRESAS JUNIORES NA LITERATURA ACADÊMICA

Este capítulo busca analisar os caminhos do debate acadêmico sobre as empresas juniores. A pergunta que orienta essa análise é: Como os *intelectuais* acadêmicos têm compreendido o fenômeno da criação e expansão das empresas juniores na Universidade brasileira, em especial na Universidade pública?

Nossa intenção aqui não é a de realizar uma ampla revisão bibliográfica, mas, sim, de capturar os elementos que perpassam o debate intelectual acerca da temática. Nosso objetivo é realizar um balanço do que tem orientado o pensamento hegemônico e contra-hegemônico na elaboração do significado histórico político da entrada das empresas juniores na Universidade brasileira. Buscamos levantar e pôr em questão esses elementos para que, a partir das reflexões elaboradas, possamos guiar nossa própria análise.

Para o levantamento foram selecionados dois tipos de fontes: artigos acadêmicos e artigos publicados em anais de eventos. Todos os artigos analisados constam dos portais Periódicos da CAPES, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Google Acadêmico. As fontes selecionadas foram encontradas pela busca isolada dos termos “empresa júnior”, “empresa junior” e “empresas juniores”.

Foi encontrado um total de 263 artigos, sendo 208 no portal Google Acadêmico, 39 no portal Periódicos da CAPES e 16 no *SciELO*. Excluindo os repetidos e artigos não relacionados ao tema das empresas juniores, passou-se às triagens. Foram analisados palavras-chave, resumo e corpo do texto, no intuito de selecionar apenas os artigos que pudessem apontar questões gerais sobre o desenvolvimento do tema. Excluiu-se, então, a maior parte dos artigos que focassem em especificidades sobre cursos de graduação e profissões e sobre de técnicas gerenciais específicas. Ainda assim, para constituir um corpo de análise significativo mantiveram-se alguns artigos que tratam de temáticas horizontais, mas que tocam em questões relevantes para análise de nosso objeto.

Foram selecionados, no total, 13 artigos (oito artigos acadêmicos e cinco trabalhos publicados em anais de eventos). Dos artigos acadêmicos nota-se que a maior parte foi publicada em periódicos relacionados a temas como gestão, empreendedorismo, administração e

ciências sociais aplicadas<sup>21</sup>. Em relação aos publicados em anais de eventos, estão localizados em áreas variadas: administração pública, empreendedorismo, gestão e trabalho<sup>22</sup>. Dos artigos selecionados, um foi publicado em 2014, três em 2013, quatro em 2012, dois em 2010, um em 2008, um em 2005 e um em 2003. Os autores são, em maioria, vinculados a IES públicas localizadas no eixo sul-sudeste<sup>23</sup>.

Além destes foram adicionados dois trabalhos de dissertação (REIS, 2001; MARQUES, 2012). E duas teses de doutorado (COSTA, 2010; ZACARELLI 2011)<sup>24</sup>.

A discussão acerca dos trabalhos selecionados, com vistas a traçar uma análise do debate acadêmico sobre as Empresas Juniores, seguirá na seguinte ordem: (I) Considerações sobre as concepções dos autores sobre as Empresas Juniores; (II) Considerações sobre a visão dos autores em relação ao contexto no qual se inserem as empresas juniores, sobre o que pensam em relação à educação e à Universidade e, sobre suas concepções em relação à temática do empreendedorismo.

Esses tópicos foram elaborados buscando compreender as posições e análises dos autores sobre o papel das empresas juniores (I – concepções sobre as EJs), os elementos identificados pelos autores que influenciam o desenvolvimento das EJs no país (II – percepções sobre o contexto) e sobre duas questões consideradas o pano de fundo em que se traça a discussão geral sobre as empresas juniores (III – Educação/Universidade e IV – Empreendedorismo).<sup>25</sup> Buscou-se descrever a abordagem dos autores sobre esses tópicos, bem como os pontos de convergências e divergências encontrados no debate acadêmico.

---

<sup>21</sup>Seis artigos foram publicados em periódicos relativos a essas temáticas, enquanto um em um periódico de ciências sociais e um em periódico relacionado à extensão universitária.

<sup>22</sup>Dois artigos foram encontrados nos anais dos Encontros de Estudos de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas; Um nos do Encontro de Administração Pública e Governança realizado pela ANPAD; e, Um nos do VIII Seminário do Trabalho realizado pela UNESP.

<sup>23</sup>Os autores são vinculados a cerca de 10 IES públicas, a quatro IES comunitárias, fundacionais ou privadas e um é profissional na área de gestão. Em relação às IES nota-se que 11 estão localizadas nas regiões sul e sudeste, duas na região nordeste e uma no centro-oeste.

<sup>24</sup>Utilizamos critérios de seleção semelhantes aos dos artigos.

<sup>25</sup>Ressaltamos que essa separação é meramente organizativa para os fins de nosso texto.

### 3.1 AS CONCEPÇÕES DOS AUTORES SOBRE O PAPEL DAS EMPRESAS JUNIORES

Como uma primeira forma de abordar o debate acadêmico sobre as empresas juniores buscou-se analisar as concepções dos autores acerca do tema. Nessa primeira aproximação, a tentativa foi compreender as demarcações centrais do debate, o que os autores em suas análises interpretam que seja o papel cumprido por uma empresa júnior. E assim, traçar um panorama do debate para seguir então aos tópicos específicos.

Dividimos, de forma preliminar, os autores em dois grupos: no primeiro estão os que elaboram uma defesa da relevância do papel cumprido pelas empresas juniores (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013; RODRIGUES et al., 2010; ZILIOOTTO; BERTI, 2012; SOUZA; DOURADO, 2003; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008; OLIVEIRA, 2005; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014; FERREIRA; FREITAS, 2013, ZACARELLI, 2011; MARQUES, 2012); No segundo, aqueles que elaboram críticas a esse papel (BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013; COSTA; HASHIMOTO, 2012; COSTA et al., 2010, REIS, 2001; COSTA, 2010).

Esta divisão auxiliou na análise deste e dos outros tópicos, uma vez que as perspectivas teórico-metodológicas, bem como os objetos de estudo dos autores são variados. Assim, foi possível extrair dos textos os elementos organizadores do debate, os quais podem auxiliar no exame do desenvolvimento da temática.

A argumentação dos autores que compõe o primeiro grupo foi organizada em dois eixos centrais: (a) promoção do empreendedorismo; (b) ingresso no mercado de trabalho e formação de profissionais diferenciados. Além destes dois eixos, há uma série de outros tipos de argumentos que serão explorados conjuntamente.

Zacarelli (2011), compreende a empresa júnior como uma comunidade de prática<sup>26</sup>, na qual os estudantes encontrariam um

---

<sup>26</sup> Comunidade de prática é um conceito do campo dos estudos de aprendizagem organizacional adotado pela autora no seu trabalho. Nesta acepção a aprendizagem seria construída nas comunidades de “praticantes, que compartilham uma linguagem, valores, práticas” (ZACARELLI, 2011, p. 10). Em síntese, a ênfase é no compartilhamento de práticas cotidianas em uma determinada comunidade, focando no percurso em que os “novatos” passam para se integrar a esta comunidade (ZACARELLI, 2011).

conjunto de oportunidades de aprendizagem, por meio dos projetos externos e internos da empresa e por meio dos relacionamentos que os ingressantes na EJ estabelecem com os que nela estão há mais tempo, inserindo-os na práticas da organização. Este processo cumpriria o que autora entende como objetivo das EJs: desenvolver os seus associados e prepará-los para o mercado (ZACARELLI, 2011, p. 93).

A autora realiza um estudo de caso, de caráter qualitativo, com o intuito de compreender a aprendizagem em uma empresa júnior a partir da noção de comunidade de prática (ZACARELLI, 2011). Para tanto, realiza uma análise das narrativas construídas pelos empresários juniores de uma EJ da cidade de São Paulo, a partir de documentos internos da empresa, observações, entrevistas e de diários solicitados a ingressantes da EJ<sup>27</sup> (ZACARELLI, 2011).

Como resultado de sua pesquisa entende que a EJ estudada pode ser considerada uma comunidade de prática, já que o processo de aprendizagem ali realizado se daria centralmente pela experiência na inserção das práticas da empresa, por meio dos relacionamentos e interações entre os ingressantes e os outros estudantes (ZACARELLI, 2011). No entanto, afirma que a noção de comunidade de prática não seria suficiente para compreender o aprendizado na EJ, uma vez que haveria um lugar próprio do indivíduo que, de acordo com suas características, poderia se adaptar a diferentes setores da empresa, e que este conceito não consideraria também os resultados da aprendizagem e o que considera a dimensão reflexiva do processo. Para autora, a partir da análise das entrevistas e dos diários, na empresa júnior estudada, constituiriam-se dois tipos de aprendizagem: de atitudes e habilidades sociais e de procedimentos (ZACARELLI, 2011).

Neste primeiro tipo, as aprendizagens que teriam ocorrido, identificadas pela autora, seriam: tipo de vestimenta adequada para uma situação de trabalho, atitudes frente ao trabalho (cumprimento de horário, de tarefas, de normas e diretrizes da empresa), como se relacionar com os colegas, atitudes frente ao mercado e pró-atividade na busca de conhecimentos (ZACARELLI, 2011, p.104). E o segundo estaria relacionado ao saber fazer, e perpassaria as diferentes tarefas e atividades da empresa. Por último, a autora ainda considera que haveria uma dimensão reflexiva no processo de aprendizagem na EJ,

---

<sup>27</sup> Os diários foram solicitados a estudantes que ingressaram na empresa no lugar de *Trainees* por 10 dias, e depois de um mês, quando estes já eram associados da empresa, por mais 10 dias (ZACARELLI, 2011).

relacionadas às operações e atividades na empresa (ZACARELLI, 2011).

Assim, a EJ constituiria um espaço de aprendizagem, em alguns momentos, referida como um espaço primordial de aprendizagem. E como resultado de sua participação na EJ, os estudantes seriam reconhecidos pelo mercado “como sendo diferenciados dos outros graduandos” (ZACARELLI, 2011, p.117).

Já Feldhaus, Pereira e Neto (2012, p. 139), afirmam que o objetivo central do Movimento Empresa Junior (MEJ) é “desenvolver jovens universitários para uma formação empreendedora e cidadã”. Essa noção é reafirmada mais de uma vez em seu estudo, porém não há menção sobre o que os autores entendem por esses termos. Entendemos que essa ausência denota certas características da conformação ideológica do pensamento dominante – tomar certos conceitos e valores como universais, ainda que sejam particulares do próprio pensamento dominante.

O estudo desses autores objetiva a formulação de referenciais estratégicos para o auto-entitulado Movimento Empresa Junior (MEJ). Para tanto, além de um diagnóstico sobre as características do movimento, os autores realizaram, em outubro de 2009, um conjunto de seminários com o grupo que consideraram a coalizão dominante no movimento<sup>28</sup>. Os autores caracterizam o Movimento Empresa Junior como uma rede inter-organizacional, horizontal e semi-formal<sup>29</sup>, composta pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Junior), federações estaduais e do distrito federal, e pelas empresas juniores a elas federadas. Identificaram ainda, que embora não haja poder hierárquico formal estabelecido entre os componentes da rede, há uma coalizão dominante (um grupo que possui maior poder de influência sobre as direções que segue a rede) formada pelo Conselho Administrativo e pela Diretoria Executiva da Brasil Junior (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012).

---

<sup>28</sup> A única referência que encontramos sobre a realização desses seminários é o próprio artigo de Feldhaus, Pereira e Neto (2012).

<sup>29</sup> Por rede Feldhaus, Pereira e Neto (2012), compreendem um conjunto de pessoas ou organizações ligadas direta ou indiretamente. Elas podem ser intra ou inter-organizacionais, sendo que a primeira diz respeito a redes formadas por indivíduos em uma mesma organização, e a segunda formada por distintas organizações (p. 139). Horizontal, pois não existe poder autocrático entre os atores, e semiformal, pois os aspectos burocráticos se restringem a entrada de uma organização e sua permanência na rede (p. 147).

Nos seminários realizados com esse grupo, os autores elaboraram as formulações estratégicas para a rede, que posteriormente foram formalizadas pela Brasil Junior em um documento de planejamento estratégico<sup>30</sup>. São as formulações principais: (1) Finalidade Social Compartilhada: "Formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de transformar o país"; e (2) Visão Compartilhada Inter-organizacional: "Ser um movimento reconhecido pelos diversos atores da sociedade por contribuir para o desenvolvimento do país por meio da formação de profissionais diferenciados" (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012, p. 152).

Embora não haja discussão quanto ao significado dessas formulações em seu artigo, chamam atenção os elementos apontados e conjugados: formar empreendedores; profissionais diferenciados (*sic*); e, transformar e desenvolver o país. Há no artigo apenas uma rápida menção ao empreendedorismo como uma característica do momento econômico e social que vivemos em relação aos ambientes organizacionais. Esta interpretação está relacionada à argumentação dos autores sobre o fenômeno da gestão em redes e suas vantagens para sobrevivência de pequenas e médias empresas (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012). Daí depreende-se que a importância que os autores atribuem ao Movimento Empresa Junior seja da correlação estabelecida entre a profusão de pequenas e médias empresas e o desenvolvimento socioeconômico nacional, do que se deriva a necessidade da formação empreendedora. Este parece ser outro componente do discurso ideológico do empreendedorismo: o papel das pequenas empresas no desenvolvimento socioeconômico. Note-se que há aqui também uma ausência sobre o entendimento do que seja esse desenvolvimento.

Cabe colocar em questão esses dois elementos: A que de fato serve a profusão de micro, pequenas e médias empresas? E em que marcos se aborda a noção de desenvolvimento, ou de desenvolvimento socioeconômico? A ausência de qualquer menção pelo que entendem por desenvolvimento só nos faz crer que estes autores tomam por seus marcos o desenvolvimento do próprio ordenamento social capitalista. Voltaremos às questões contextuais e abordaremos mais longamente esses elementos nos próximos capítulos.

Souza e Dourado (2003), seguem uma linha semelhante. Para esses autores as empresas juniores seriam uma inovação no sentido de colocar as universidades, associadas ao governo e ao setor privado, no

---

<sup>30</sup> Não encontramos o referido documento.

escopo de ações que visam dar sustentabilidade, sobrevivência e competitividade às pequenas e médias empresas. Estas, as micro e pequenas empresas, de acordo com os autores, desempenhariam um papel vital na economia.

Os autores realizaram um questionário com participantes do IX Encontro Nacional de Empresas Juniores (ENEJ), em 2001, evento que fundaria a Rede Brasil Junior, com vistas a subsidiar a criação do Conceito Nacional de Empresa Junior (CNEJ). Para além dos aspectos formais, centralmente, os autores verificaram que a concepção dos empresários juniores sobre empresa júnior está relacionada à: fomentar o espírito empreendedor dos seus associados; promover o contato dos alunos com o mercado de trabalho; contribuir com o desenvolvimento econômico e social da comunidade, por meio das suas atividades; e, desenvolvimento pessoal e profissional (também técnico e acadêmico) dos membros (SOUZA; DOURADO, 2003).

Para os autores, então, a importância das empresas juniores estaria relacionada à disseminação da cultura empreendedora por meio do contato crescente com o mundo profissional. Funcionariam, assim, como um espaço complementar a formação acadêmica, e a relação universidade/setor produtivo (SOUZA; DOURADO, 2003).

O estudo de Rodrigues et al. (2010), direciona-se a outro objeto relacionado às empresas juniores, mas apresenta também alguns elementos gerais. Sua pesquisa busca entender o comprometimento organizacional dos membros das empresas juniores a partir de seus valores pessoais, realizando para tanto um estudo de caso. Entretanto, não encontra correlações fortemente explicativas com seu modelo de estudo (RODRIGUES et al., 2010).

Em sua introdução, quando apresenta a justificativa da relevância sobre estudar o tema das empresas juniores, é possível extrair uma interpretação geral sobre as EJs que os autores tomam como pressuposto de seu estudo. Para os mesmos, haveria uma lacuna entre o que é apresentado aos estudantes, no sistema educacional brasileiro, em relação a ferramentas gerenciais e o que é aplicado na prática cotidiana. As empresas juniores seriam uma iniciativa que visa preencher essa lacuna entre o mundo acadêmico e o empresarial, "potencializando a prática empreendedora durante o processo de formação" (RODRIGUES et al., 2010, p. 247).

Este tipo de prática teria o papel de auxiliar a "despertar determinadas características e habilidades necessárias para o ingresso de seus membros no mercado de trabalho, bem como fornecer suporte à formação acadêmica destes" (RODRIGUES et al., 2010, p. 247). Aqui

os dois aspectos se conjugam, a formação empreendedora, apontada como origem de certos tipos de habilidades e características, e o ingresso no mercado de trabalho.

Ziliotto e Berti (2012), ao elaborar um relato de experiência de uma consultoria de psicologia organizacional e do trabalho a uma empresa júnior, evidenciam uma perspectiva semelhante aos outros autores acerca da importância do papel que as empresas juniores cumpririam. As autoras identificam o que consideram um hiato percebido pelos estudantes entre sua realidade educacional e o "mundo real". Este hiato seria preenchido pelas atividades de extensão universitária, as quais relacionadas à profissão e ao mundo do trabalho trariam uma série de vantagens aos estudantes que delas participam: maior satisfação com a escolha profissional, expectativa mais realista em relação à profissão, ampliação do *network*<sup>31</sup>, e maiores vantagens quando do ingresso no mercado, uma vez, que para as autoras o mercado estaria exigindo mais atributos meritocráticos, considerando a insuficiência do "diploma", pois este está mais acessível à população (ZILIOOTTO; BERTI, 2012, p.211). Nesta esteira estariam colocadas para as autoras as empresas juniores.

De acordo com as autoras, seria possível caracterizar as empresas juniores como um "dispositivo para aprendizagem", mas com características de empresas-padrão. Essa iniciativa possibilita: (a) "a ocupação de funções organizacionais análogas as que ocuparão no mercado; e, (b) troca de conhecimentos com as empresas as quais prestarem serviços. Por conseguinte, a participação nessa iniciativa proporcionaria aos estudantes: (1) experiência de mercado; e, (2) desenvolver habilidades empreendedoras (ZILIOOTTO; BERTI, 2012, p. 211-213). Em seu relato de experiência, encontram indícios destas características:

[os empresários juniores que participaram da consultoria] exercitam a capacidade de enfrentar dilemas presentes na maioria das corporações, mas que ocupam dimensões ainda mais complexas porque exigem duplicidade de papéis – estudante e profissional – que se tencionam diante das exigências do mundo de trabalho e do mercado contemporâneo. (ZILIOOTTO; BERTI, 2012, p.215)

---

<sup>31</sup>Rede de contatos que permitiria maiores oportunidades no ingresso no mercado (ZILIOOTTO; BERTI, 2012, p. 211).

Além disso, para as autoras, as empresas juniores proporcionariam, dado o contato com o chamado terceiro setor, uma formação cidadã – que atuaria na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E, o desenvolvimento regional e nacional, dado o serviço de qualidade ofertado a baixo custo (ZILLOTTO; BERTI, 2012).

A partir desse conjunto de características, afirmam a importância das EJs e sintetizam que essas iniciativas teriam uma contribuição no sentido de garantir o "ensino profissional diferenciado" (*sic*) como um espaço de aprendizagem qualificado. O eixo central dessa contribuição seria o de responsabilizar o estudante por seu aprendizado e por seu futuro profissional (ZILLOTTO; BERTI, 2012, p.214).

Nota-se em relação a esses autores (ZILLOTTO; BERTI, 2012; RODRIGUES et al., 2010; SOUZA; DOURADO, 2003) certo comprometimento pragmático e utilitário. Por um lado, encaram a questão como um benefício para a relação universidade-empresa, uma vez que defendem abertamente esse tipo de relação. Por outro lado, operam o discurso como se tudo que um estudante pudesse desejar de seu período universitário fosse a extração de benefícios para seu ingresso no mercado.

A percepção de estudantes que participam de empresas juniores também foi explorada por Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008). Para esses autores, as empresas juniores seriam iniciativas de formação empreendedora que constituem uma alternativa para "aplicar na realidade prática os conhecimentos obtidos em sala de aula" (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p. 134). Os autores realizaram um questionário em busca da percepção dos estudantes que participam de empresas juniores, sobre uma série de questões, dentre elas a importância e papel da empresa júnior na formação acadêmica (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008).

Destacam em sua pesquisa que os estudantes questionados apontam que a importância das EJs e seus objetivos ao participarem dela seriam: (1) desenvolver espírito crítico, analítico e empreendedor; (2) desenvolver habilidades e vocações empreendedoras; (3) contribuição à sociedade por meio da prestação de serviços (de qualidade e abaixo do valor de mercado) a micro, pequenos e médios empresários; (4) boa relação com as IES as quais estão vinculadas as EJs; e (5) incentivo ao empreendedorismo e ausência de lucro (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008).

Concluem que as empresas juniores seriam uma "excelente alternativa na formação superior", que teriam o papel de "despertar no aluno o espírito empreendedor, seja como futuro empresário ou como

empreendedor nas organizações onde atuarão como profissionais" (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p. 145). Embora não relacionem diretamente, a dimensão da importância que os autores conferem às empresas juniores, parece advir da consideração que fazem sobre o empreendedorismo como fator de desenvolvimento econômico e social, que teria a magnitude de uma "revolução social deste século" com os efeitos comparados à revolução industrial (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p. 141). Cabe novamente perguntar: Qual desenvolvimento?

Dois outros trabalhos selecionados buscam observar o desenvolvimento de características empreendedoras em participantes e egressos de empresas juniores (FERREIRA; FREITAS, 2013; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014). Ferreira e Freitas (2013) realizam uma *survey* com o intuito de comparar a apresentação de características que indiquem propensão empreendedora entre participantes e não participantes de empresas juniores. Marassi, Vogt e Biavatti (2014) realizam um estudo de caso, por meio de entrevistas e questionários com egressos de uma empresa júnior, para verificar a apresentação de competências empreendedoras. Embora ambos os trabalhos indiquem limites em seu alcance e tratem com alguma cautela dos resultados encontrados, há alguns apontamentos pertinentes.

Os trabalhos encontraram correlação entre a participação em uma empresa júnior e o desenvolvimento de características empreendedoras. Ferreira e Freitas (2013), concluem que em comparação com estudantes que não participaram de empresas juniores, os que dela participam ou já participaram apresentam comportamentos empreendedores mais expressivos – e ainda apresentam maior interesse em abrir um negócio. Marassi, Vogt e Biavatti (2014), observaram aquilo que consideram características de empreendedorismo (“inteligência emocional, visão, resiliência e capacidade de comunicação e persuasão”) nos egressos da empresa júnior estudada, e afirmam que é possível perceber que em grande medida estas supostas qualidades foram desenvolvidas dada sua passagem pela EJ.

Ferreira e Freitas (2013), consideram as empresas juniores como um programa de educação empreendedora, vinculado as IES, que complementariam a formação por meio da prática com a finalidade de: (a) desenvolver a propensão empreendedora; e (b) formar 'profissionais diferenciados' (*sic*). Apontam, ainda, o aumento da empregabilidade como benefício que seria oportunizado pela experiência em uma EJ. As contribuições das empresas juniores na formação dos estudantes, especialmente em relação à propensão empreendedora, seriam

relevantes independentemente da carreira optada - se o estudante escolhe abrir um negócio ou não (FERREIRA; FREITAS, 2013). No entanto, percebe-se em seu estudo, que os autores atribuem maior importância à formação para o empreendedorismo, tendo em vista que consideram que este teria um papel essencial no desenvolvimento econômico local, regional e nacional.

Para Marassi, Vogt e Biavatti (2014), as empresas juniores proporcionariam: (1) complementação do ensino; (2) aproximação com o mercado; (3) competências empreendedoras; (4) diferencial para o ingresso no mercado de trabalho. Caracterizam as EJs como uma “plataforma de interação com o ambiente de negócios” que promoveria o empreendedorismo para tornar os jovens mais competitivos. Há ainda menção a uma postura geral frente à sociedade que seria adquirida nas EJs: “permite os graduandos não somente desenvolver o saber fazer, mas também o saber ser, dentro do mercado de trabalho e na sociedade” (MARQUES; VALADÃO JÚNIOR, 2011 apud MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014, s. p.). É bastante significativo que apareça esse tipo de defesa, sobre um saber ser no mundo – uma postura integral na órbita do capital.

Por fim, as autoras afirmam baseadas em sua revisão bibliográfica, que as empresas juniores seriam o melhor espaço para o desenvolvimento do empreendedorismo. Aí, novamente, parece se encontrar a nervura central do debate, uma vez que as autoras consideram o empreendedorismo “fator-chave para o desenvolvimento econômico” (MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014, s. p.).

Marques (2012) considera as EJs como uma atividade de extensão, que aproximaria os estudantes do mercado de trabalho e contribuiria para a formação de competências. A autora realiza um estudo sobre a formação de competências com a EJ de administração da UFU, objetivando identificar as competências formadas por egressos da empresa júnior, e como estas teriam contribuído em sua carreira profissional. Para tanto, sua pesquisa teve como procedimento central a realização de entrevistas com 32 egressos da empresa júnior, de um universo de 186, que participaram da EJ entre 1994 e 2010 (MARQUES, 2012).

A autora entende por competências, a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em certo contexto. E a partir das entrevistas, identifica um conjunto destas competências referidas pelos egressos, das quais destacamos: habilidade de comunicação, capacidade de transpor e mobilizar conhecimentos, conhecimentos técnicos em administração e consultoria, habilidade de liderança, capacidade de

empreender, trabalhar em equipe e relacionamento pessoal, capacidade de ter foco, dentre outras (MARQUES, 2012). E, de acordo com sua pesquisa, estas competências teriam auxiliado no percurso dos egressos no mercado de trabalho:

Ex-integrantes da Apoio Consultoria, afirmaram que a constituição de tais competências tem contribuído ou contribuiu no desenvolvimento da carreira profissional dos mesmos, ao longo desses anos, quais sejam (1) aquisição de conhecimentos e habilidades; (2) autoconfiança; (3) autonomia; (4) capacidade de empreender; (5) capacidade de entregar resultados; (6) conhecimentos em consultoria; (7) crescimento pessoal; (8) determinação; (9) disciplina; (10) escolha da área de atuação; (11) espírito de liderança; (12) facilidade em aprender; (13) habilidade de comunicação; (14) habilidades de gestão; (15) maturidade; (16) network; (17) paciência; (18) planejamento; (19) preparação para ingressar no mercado de trabalho; (20) primeira experiência profissional; (21) pró-atividade; (22) profissionalismo; (23) relacionamento interpessoal; (24) responsabilidade; (25) saber lidar com situações de crise e conflitos; (26) saber trabalhar em grupo; (27) valorização profissional; (28) visão crítica e analítica; e (29) visão global. A preparação para o mercado de trabalho e o profissionalismo foram as contribuições mais apontadas, representando 56% e 25% dos egressos entrevistados respectivamente. (MARQUES, 2012, p. 162-163).

Assim, a autora conclui que a EJ seria um espaço que oportuniza a construção de competências, e a incorporação de saber-fazer e saber-ser dos estudantes (MARQUES, 2012). A EJ seria um espaço de formação de competências, dentre as quais a capacidade de empreender. E embora a autora não trace diretamente uma relação, pensamos que o texto, ainda que indiretamente, aponte que sua importância estaria relacionada à demanda por um novo perfil de trabalhador que seria exigido pelas mudanças ocasionadas por um novo cenário de instabilidade e mudança constante, no qual as organizações teriam se adaptado ao “padrão de acumulação de capital flexível (toyotismo) para lidarem com o novo ambiente econômico” (MARQUES, 2012, p.17).

Em síntese, os trabalhos examinados consideram as empresas juniores como um instrumento pedagógico, modelo de educação empreendedora, que, por meio da aproximação com situações de mercado ou do próprio ‘mundo empresarial’ possibilitaria: (1) formação empreendedora, desenvolvimento de características, competências, habilidades, propensão, vocação, etc, empreendedoras (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; RODRIGUES et al., 2010; ZILIOOTTO; BERTI, 2012; SOUZA; DOURADO, 2003; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014; FERREIRA; FREITAS, 2013, MARQUES, 2012); (2) vantagens no ingresso no mercado, formação de “profissionais diferenciados” (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; RODRIGUES et al., 2010; ZILIOOTTO; BERTI, 2012; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014; FERREIRA; FREITAS, 2013, ZACARELLI, 2011); (3) aproximação universidade/setor produtivo, universidade/empresas (RODRIGUES et al., 2010; SOUZA; DOURADO, 2003). Por meio do contato com o terceiro setor: (4) formação “cidadã” (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; ZILIOOTTO; BERTI, 2012). Por meio da difusão do empreendedorismo, ou mesmo por oferecer serviços de qualidade a um baixo custo: (5) Desenvolvimento econômico e/ou social local/regional/nacional (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; ZILIOOTTO; BERTI, 2012; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008;).

Esses são os termos, a partir dos quais, esses autores justificam a importância do papel exercido pelas empresas juniores. Nota-se que a dimensão mais valorizada é a difusão do e a formação para o empreendedorismo – o qual, em geral, é atribuído pelos autores como um fator determinante do desenvolvimento econômico e social, ou mesmo como característica relevante para o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho. Ou seja, é a partir dessa série de elementos, que tecem a defesa das empresas juniores, e a partir desses elementos que podemos notar os indícios de que sua defesa é articulada pelo pensamento capitalista dominante.

Há ainda neste grupo dois trabalhos que atentam para outras questões (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013; OLIVEIRA, 2005). Junior, Souza e Alves (2013), tratam da relação entre empresas juniores e a temática da responsabilidade social corporativa. E, Oliveira (2005), das relações entre empresas juniores, o que se chama de terceiro setor e movimento estudantil.

Junior, Souza e Alves (2013) afirmam que as empresas juniores seriam reconhecidas por se pautarem em práticas de responsabilidade

social corporativa. Em linhas gerais, para os autores, a responsabilidade social corporativa está relacionada a uma perspectiva ética das organizações/empresas sobre os impactos de suas ações na vida social<sup>32</sup>. Consideram que as “líderanças” estariam cumprindo o papel de inculcar essa noção nas organizações, e que, portanto, sua formação seria essencial. Donde derivaria, para os autores, a importância das empresas juniores: a formação de gestores pautada em práticas de responsabilidade social corporativa.

Oliveira (2005) atribui a importância das empresas juniores a duas outras questões. A primeira ligada ao que no exame dos outros trabalhos apontou-se como formação cidadã, e refere-se à prática de aliar à formação profissional a forma de intervenção no campo social, e a transferência de tecnologias de gestão a organizações do chamado terceiro setor:

Esta importância da Empresa Júnior apresenta-se em duas dimensões. A primeira refere-se ao concomitante crescimento das empresas juniores e as organizações do terceiro setor, e em segundo, a transferência de novas tecnologias de gestão do campo empresarial para o campo social e no epicentro deste processo, muitas empresas juniores, cada vez mais se aproximam de ações que não só tem a função de qualificação profissional (teoria e prática) mas também acaba sendo também de extensão e de intervenção social, provocando mudanças criativas e inovadoras (OLIVEIRA, 2005, s.p.).

Uma segunda questão apresentada por Oliveira (2005) diz respeito ao movimento estudantil. Segundo esse autor, o movimento empresa júnior apresenta-se como uma nova forma de movimento estudantil:

Outra tendência que deve ser ressaltada é o fato do MEJ estar dando uma cara diferente ao movimento estudantil no Brasil, não simplesmente numa lógica crítica-contestatória somente, mas agora, sendo crítico-propositivo-constructivo, ou seja, não só se crítica o que não está funcionando, mas aponta-se alternativas e faz funcionar o que precisa ser realizado para a construção de uma

---

<sup>32</sup>Esta questão será trabalhada com mais detalhes nas próximas sessões.

sociedade mais justa, solidária e digna de se viver, tendo no epicentro deste processo as IES, professores, alunos e a sociedade, fazendo com o conhecimento e a informação esteja sendo aplicada para o bem estar comum, como nunca deveria ter deixado de ser (OLIVEIRA, 2005,s. p.).

A perspectiva desses autores é ainda mais sutil, pois colocam as empresas juniores na esteira de um refinamento da ética filantrópica burguesa. Na própria noção de responsabilidade social corporativa, deslocando o olhar das classes e colocando a empresa como um sujeito político responsável em atuar sobre o bem-estar da população. Ou ainda, no discurso, aqui mais elaborado, sobre a cidadania que se pauta no chamado de terceiro setor. E mesmo ao incorporar essas noções ao âmbito do movimento estudantil.

O segundo grupo de trabalhos (BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013; COSTA; HASHIMOTO, 2012; COSTA et al., 2010; COSTA, 2010, REIS, 2001) diferencia-se do primeiro ao estabelecer um conjunto de críticas ao papel exercido pelas empresas juniores. Identificaram-se dois eixos centrais, e de certo modo complementares, nos debates apresentados: (a) adequação dos sujeitos às demandas empresariais (BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013; COSTA; HASHIMOTO, 2012; COSTA, 2010, REIS, 2001) e (b) crítica ao empreendedorismo (COSTA et al., 2010; COSTA, 2010). Mesmo estando a maior parte dos trabalhos deste grupo voltados para a formação em áreas específicas (administração e economia), consideramos que o conjunto de reflexões gerais que trazem à baila são pertinentes para uma revisão mais completa da temática, uma vez que não apresentam uma perspectiva automática e naturalizante e põem em questão o papel das empresas juniores

Bicalho e Paula (2012) advertem que há uma visão romântica estabelecida sobre as empresas juniores – estas, são pouco investigadas e quando o são, estão em geral associadas a uma visão estritamente positiva e ao senso comum sobre sua importância pedagógica. E que, portanto, se faz necessário romper com a ingenuidade e pôr em questão as relações e efeitos do papel das EJs.

As autoras (BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013)<sup>33</sup> realizaram dois estudos, nos quais o objeto inicial de

---

<sup>33</sup>Os dois trabalhos são escritos pelas mesmas autoras mesmo referenciados diferentemente.

questionamento para alcançar uma aproximação empírica com a realidade das EJs foi a violência. Em ambos, utilizaram uma metodologia qualitativa considerando a "subjetividade e o simbólico como instituidores da realidade social" (BICALHO; PAULA, 2012, p.903). Elaboraram entrevistas, com roteiros semi-estruturados, com participantes de uma EJ do sudeste do país. E a partir destas, uma análise das vivências relatadas pelos sujeitos, com vistas a extrair as relações e os contextos de violência e com isso conseguir encontrar na EJ um momento particular no universal – a ideologia da administração:

Enfatizamos que, durante a etapa de análise final, o trabalho desenvolvido buscou não se limitar à apreciação do particular contido nas vivências relatadas, mas transcender essa abordagem com vistas a uma crítica imanente. Examinamos, a partir dessa metodologia de análise, o conteúdo de verdade presente nas violências vivenciadas durante a atuação dos sujeitos na EJ, vislumbrando a EJ como um momento particular do universal (PAÇO-CUNHA, 2008), por meio de sua interação com a ideologia da administração (TRAGTENBERG, 1971; 1980a), que se realiza na formação dos sujeitos enquanto administradores e economistas. (BICALHO; PAULA, 2012, p.903-904).

No primeiro trabalho, as autoras identificam uma série de relações e contextos marcados pela violência simbólica estabelecidos nas empresas juniores, a qual seria um dos principais veículos de enquadramento dos sujeitos na ideologia da administração. Por violência simbólica entendem o processo de "arrolamento do sujeito em uma realidade que o constrange, mesmo que de forma sutil e imperceptível, a se enquadrar em uma série de predisposições percebidas como condições sociais, o que ocorre por intermédio da degeneração de sua projeção, identificação e individualidade"<sup>34</sup> (BICALHO; PAULA, 2012, p.895).

---

<sup>34</sup> [...] As bases sobre as quais a violência simbólica se manifesta são a impossibilidade de o sujeito distinguir entre aquilo que lhe é próprio e o que é alheio (falsa projeção), a sua identificação direta com o todo social tal como é, de maneira acrítica (falsa identificação), e a sua condição de simples cômputo das tendências do universal (pseudo-individualidade)." (BICALHO; PAULA, 2012, p.895).

Assim, naturalizando e banalizando a violência e tornando-a corpo vital para a formação dos sujeitos “em consonância com o *status quo*, realiza-se o enquadramento dos sujeitos à ideologia da administração” (BICALHO; PAULA, 2012, p.895). Esta se apresenta como uma racionalidade administrativa que intensifica as relações de dominação e oculta o poder – criando uma consonância entre o raciocínio dos sujeitos com as condições sócio-históricas pré-estabelecidas (domínio capitalista) e esmaecendo as contradições sociais sob a fachada de uma racionalidade objetiva:

Assim entende-se que a ideologia da administração é aquela “[...] segundo a qual a corporação define um novo sistema social” (TRAGTENBERG, 1980a, p. 187), que “[...] ajuda a dominação e a sujeição, na medida em que as naturaliza” (MOTTA, 1979, p. 23). Haja vista que “[...] a gestão tornou-se a ideologia dominante de nosso tempo, ideologia tanto mais difícil de ser combatida quanto se apresenta como pragmática, portanto a-ideológica, pois fundada na eficácia da ação e não na pertinência das ideias. Hoje, essa ideologia é mundial” (GAULEJAC, 2006, p. 413). Destacamos que a ideologia da administração incutida no sujeito impõe a ele a necessidade de se adaptar ao mundo administrado, o que já é em si uma violência simbólica, na medida em que, por meio das harmonias administrativas vincula-se “[...] às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do trabalho; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático, organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia (TRAGTENBERG, 1980b, p. 89). (BICALHO; PAULA, 2012, p.899)

O processo de identificação dos sujeitos com a ideologia da administração é um dos pilares do que Adorno chamou de "mundo administrado" – a forma pela qual a realidade se apresenta "centrada nas determinações do capital e tomada como absoluta" (BICALHO; PAULA, 2012, p.896-897). É nessas bases, as quais retomaremos mais detalhadamente nas próximas sessões, que as autoras buscam identificar as violências estabelecidas nas empresas juniores, extraindo da vivência

particular opressiva a conexão com o universal – e assim, pesando o papel que as empresas juniores cumprem.

Em suas análises observam que o discurso do aprendizado é utilizado como subterfúgio para violências interpessoais e simbólicas estabelecidas nas EJs, calcadas na ideia de preparação para a possibilidade de que venham a sofrer violências quando do ingresso no mercado. Há ainda uma promessa tácita de que a partir disso o indivíduo diferenciara-se dos demais e teria vantagens no ingresso no mercado (tornaria mais competitiva sua mercadoria força de trabalho), afastando-se assim, da possibilidade de se juntar à massa de excluídos do mundo administrado (BICALHO; PAULA, 2012).

As autoras percebem nas entrevistas o velamento das relações de opressão já naturalizadas pelos graduandos, e mesmo quando percebidas seu aceite e conformação:

Com a pretensão de se enquadrar ao padrão socialmente difundido, materializado nas cobranças empreendidas entre os empresários juniores para a sua conformação, os sujeitos aderem à ideologia da administração. Esta viabiliza o servilismo, porquanto os sujeitos visualizam a si mesmos como instrumentos da estrutura consolidada por seus antecessores, reproduzida e esmerada por eles. Tal sistema social (leia-se EJ) é entendido como propiciador de oportunidades para o amadurecimento tido como necessário ao exercício de sua carreira, por julgarem que ele garantirá a assimilação dos traços de excelência e profissionalismo requeridos em suas futuras relações empregatícias. Notamos que a condição opressora dessa estrutura e das relações estabelecidas foram rara e vagamente concebidas pelos entrevistados, a encucação da ideologia da administração [...] estes, [os graduandos] quando muito, desafiam tal estrutura pontualmente e, logo depois, reconciliam-se apáticos. Não ocorre qualquer questionamento por parte dos membros da EJ a respeito do papel de reprodução das instituições de mercado que a empresa júnior acaba por desempenhar. Materializa-se, portanto, a dominação sutil [...] (BICALHO; PAULA, 2012, p.908)

A violência interpessoal<sup>35</sup> foi objeto de estudo das autoras em seu segundo trabalho (PINTO; PAULA, 2013) – embora, de forma mais restrita do que a violência simbólica. Explicitam que a interpretação dessa violência é mais evidente e que, portanto, mais facilmente de ser compreendida como tal, e tecem a possibilidade de que a concisão de dados obtidos se deve: (a) medo de macular a imagem da empresa; (b) a necessidade de enquadramento pode ser tão forte que os sujeitos não percebem nem mesmo as violências mais evidentes. Ainda ressaltam que entrevistados que já se desligaram das empresas juniores, mesmo percebendo-a, ainda anuem com a violência sofrida “em nome do aprendizado que obtiveram” (PINTO; PAULA, 2013, p. 354).

Assim, as autoras percebem nas empresas juniores o papel de reproduzir a ideologia da administração, *encucando* seus preceitos nos graduandos que delas participam por meio do estabelecimento de relações de violência simbólica e interpessoal. É a partir desta percepção, presente nos dois trabalhos (BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013), e da crítica à ideologia da administração que as autoras estabelecem sua concepção sobre as empresas juniores.

Reis (2001) realiza um estudo com objetivo de identificar as articulações entre as empresas juniores e a política educacional dos anos de 1990. Para tanto, realiza um estudo acerca das políticas para a Universidade Pública no âmbito das orientações do BM, analisa uma série de materiais relacionados às EJs da UFSC, e entrevistas semi-estruturadas com oito participantes de seis empresas juniores da UFSC e da Federação das Empresas Juniores de Santa Catarina (REIS, 2001). O autor indica que há uma relação de identidade entre a formação destas organizações na Universidade Pública e a política neoliberal de reestruturação das universidades, com a desresponsabilização do Estado por sua manutenção, com consequente redução orçamentária, a

---

<sup>35</sup> Após extensiva discussão e crítica sobre o conceito de assédio moral, as autoras elaboram a noção de violência interpessoal: “[...] a violência interpessoal advém do ato de agredir o sujeito física e/ou discursivamente e/ou por atitudes e/ou comportamentos5 prejudiciais, sejam estes propositais6 ou não. Tal manifestação de violência se desenvolve, necessariamente, durante a interconexão de duas ou mais pessoas, pontual ou recursivamente, no ambiente de trabalho, revelando-se como violência física, discursiva, fruto de atitudes ou derivada de comportamentos. Os impactos de tal violência são: a degradação de aspectos e/ou relações atinentes ao trabalho, à vida pessoal e/ou às relações em geral; bem como a manifestação de doenças psicopatológicas” (PINTO; PAULA, 2013, p. 348).

implementação da avaliação de caráter produtivista em parâmetros empresariais, o incentivo à relação Universidade-Empresa como uma forma alternativa de sustentação das instituições, reconfigurando as atividades universitárias para servir mais diretamente à reprodução do capital.

Assim, as empresas juniores teriam certa identidade com as políticas do Ministério da Educação (MEC) e seu caráter empreendedor, uma vez que suas atividades estariam voltadas mais diretamente para o mercado. Mais objetivamente, esta relação materializa-se no incentivo do MEC à criação de EJs nos cursos de graduação, os quais seriam melhor avaliados se contassem com essas organizações, a institucionalização das EJs nos cursos de administração e o contato direto com os empresários juniores para estabelecer os critérios de avaliação das EJs (REIS, 2001). Neste último ponto, o MEC teria formado no final dos anos de 1990 uma comissão com empresários juniores e representantes do Ministério, para elaborar critérios de constituição das EJs, para serem inseridos nos processos de avaliação do MEC<sup>36</sup>.

No entanto, esta identificação não bastaria para compreender as EJs que teriam seu determinante talvez mais fundamental na reestruturação do mercado de trabalho, promovida pelo novo padrão de acumulação do capital. Para Reis (2001), estas mudanças que tornaram o desemprego e as condições precárias de trabalho um fenômeno estrutural do capitalismo contemporâneo, empurrariam o empreendedorismo, ainda que de forma ideológica, a aparecer como uma possível alternativa ao cenário. E as empresas juniores trabalhariam neste sentido, de desenvolver uma mentalidade empreendedora nos estudantes, os quais passariam ter confiança que suas qualidades individuais seriam determinantes tanto para vender sua força de trabalho às empresas, como para abrir seu próprio negócio, ignorando as necessidades do mercado capitalista como determinante fundamental.

O autor indica que a despeito da grande degradação das condições de trabalho, é ainda o mercado numa perspectiva pragmática, ignorando questões como o desemprego e a precarização do trabalho, o principal orientador dos empresários juniores, que visam adequar sua formação para que possam se “inserir no mundo da compra e venda da

---

<sup>36</sup> de acordo com o relato de um dos entrevistados da pesquisa, que fez parte da comissão, esta teria discutido diretamente com o Ministro da época, Paulo Renato de Souza e assessores do segundo escalão, demonstrando o interesse do MEC por essas organizações (REIS, 2001).

força de trabalho” (REIS, 2011, p.99). O autor ainda indica que no cenário de estímulo às universidades buscarem a iniciativa privada como uma alternativa de financiamento, as empresas juniores contribuem para o fortalecimento das relações universidade-empresa por meio de seus serviços e consultorias<sup>37</sup>. Outro ponto que vale destacar é hipótese traçada em sua pesquisa entre as empresas juniores e o cenário das terceirizações: o autor compreende que as micro e pequenas empresas passam a ganhar importância para as grandes empresas quando participam de partes da produção e/ou prestam serviços para estas, e que no entanto sofrem com falta de informações e tecnologia – e, então:

[...] é possível supor que uma forma de transferência de recursos e conhecimento para as micro e pequenas empresas, articuladas ao modelo que se configura atualmente, no atendimento das demandas do grande capital, pode dar-se pela mediação das Empresas Juniores com o subsídio estatal, o que possibilita custos reduzidos (REIS, 2001, p. 103).

Em síntese, o autor entende as empresas juniores como identificadas com as políticas educacionais do MEC, sob a orientação do BM, marcadas por uma “perspectiva empreendedora voltada ao atendimento das necessidades do mercado” (REIS, 2001, p. 104), e pautadas exatamente por este componente: a formação para o mercado. Assim, articula sua crítica, pois a formação para o mercado não seria o “parâmetro para constituição de um curso superior de graduação” (REIS, 2001, p.88). Entendemos que para o autor, embora, suas afirmações sejam cuidadosas, as empresas juniores contribuem para a desconfiguração do papel da Universidade – relacionada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que poderia servir à transformação social.

Costa e Hashimoto (2012), por meio de um estudo bibliográfico caracterizam o discurso das EJs pela marcação da possibilidade de formação de competências requeridas pelas organizações hipermodernas. Observam nas empresas juniores similaridades na

---

<sup>37</sup> Neste ponto o autor ressalta que não é o retorno financeiro das EJs para Universidade que importam, até porque estes não existiriam diretamente. Mas, em alguma medida a divulgação da imagem da Universidade associada a práticas empreendedoras (REIS, 2001).

gestão de organizações estratégicas<sup>38</sup>. Afirmam que na articulação entre discursos e violências do contexto empresarial contemporâneo, as empresas juniores de fato preparam os estudantes para esse cenário – mas, pelo polo negativo, uma formação calcada no medo e sofrimento e legitimada pela expectativa de vantagens na inserção no mercado de trabalho:

acredita-se que as empresas juniores, através da reprodução dos discursos empresariais contemporâneos e também das violências ocorridas nesses contextos, preparam os estudantes para tal cenário. Contudo, é uma formação pelo negativo, pelo medo e pelo sofrimento, tendo o currículo diferenciado e a expectativa pela inserção no mercado como fatores que tornam tais práticas legitimadas e naturalizadas (COSTA; HASHIMOTO, 2012, p.11).

Costa et al., (2010), buscam em seu estudo identificar: (a) a existência de alinhamento entre o discurso empreendedor e neoliberal como um desdobramento dos preceitos da *New Public Management* (NPM); (b) se esses desdobramentos podem ser encontrados nas empresas juniores; e (c) as implicações dessas possíveis conexões para a formação de estudantes de administração. Para tanto, realizaram um estudo bibliográfico, entrevistas com estudantes e professores participantes de empresas juniores de diferentes IES e posterior análise do discurso destes sujeitos.

De acordo com os autores, o empreendedorismo é um tema amplamente disseminado na atualidade e é geralmente entendido como promotor de desenvolvimento econômico e gerador de emprego e renda e, portanto como uma resposta a problemas socioeconômicos individuais, organizacionais e nacionais. Contudo, há uma generalizada fragmentação conceitual acerca do que seja empreendedorismo, ou práticas empreendedoras. A despeito disso, e esta nos parece uma contribuição valiosa, há uma marcante identificação com uma perspectiva neoliberal:

Neste sentido, para que uma sociedade fundamentada em um mercado livre seja capaz de produzir mais riqueza, torna-se premente a

---

38 Termo utilizado para caracterizar mudanças nas formas de gestão e relações de trabalho ocorridas nas empresas após a reestruturação produtiva.

existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios (LOPEZ-RUIZ, 2007). Ou seja, o atual processo de valorização, celebração e exaltação do empreendedor e do empreendedorismo privilegia um modelo específico de desenvolvimento econômico e social pautado pelo capitalismo de mercado assumido como natural, ideal e exemplar. A partir dessa ótica, para que uma sociedade possa potencializar todos os supostos benefícios provenientes de um mercado livre capitalista, necessita do espírito empreendedor gerador de inovação e de riquezas. (COSTA et al., 2010, p.2)

No Brasil esta perspectiva passa a ganhar corpo e disseminação a partir do processo de redemocratização e reforma do Estado. Neste ínterim, o projeto político identificado com uma perspectiva gerencialista foi hegemônico. "Centrada na eficiência, na racionalidade e na dicotomia entre política e administração" esta perspectiva ficou conhecida como *New Public Management* (NPM) (COSTA et al., 2010, p.3).

Importada diretamente dos *think tanks*<sup>39</sup> estadunidenses e britânicos, com uma maior inspiração destes últimos, a NPM apresentar-se-ia formalmente no Brasil no Plano Diretor de Reforma do Estado, em 1995 (COSTA et al., 2010) – materializando e amadurecendo uma concepção já amplamente disseminada. Esta perspectiva gerencialista considera o setor privado como modelo para o público, articulada nos eixos de produtividade e eficiência. Tendo no mercado "fonte de riqueza, eficiência e justiça", e pautada na redução do papel do Estado (COSTA et al., 2010, p.4). Nestes elementos podem-se encontrar os pontos de conexão entre neoliberalismo, NPM e empreendedorismo:

Pode-se observar, assim, que o movimento gerencialista foi "baseado na cultura do empreendedorismo, que é um reflexo do capitalismo flexível e se consolidou nas últimas décadas por meio da criação de um código de valores e condutas que orienta a organização das

---

<sup>39</sup> "Os *think tanks* eram centros de pensamento dedicados a estudos sobre questões relativas ao Estado e a políticas de desenvolvimento econômico, que pretendiam aproximar as elites governamentais e intelectuais das visões de livre mercado" (COSTA et al, 2010, p. 4).

atividades de forma a garantir controle, eficiência e competitividade máximos” (PAULA, 2005a, p.38). Assim sendo, podem-se destacar entre os valores do gerencialismo, os próprios valores da livre iniciativa como: racionalidade, iniciativa, autonomia, criatividade, produtividade, eficiência, competitividade e responsabilidade (COSTA et al., 2010, p.4).

O "movimento empreendedor" ganha intensidade no país a partir dos anos 1990, acompanhando a difusão da NPM. O Governo Federal lança mão de uma série de iniciativas de apoio e capacitação aos empreendedores, e as entidades de classe dos empresários passam a dar especial atenção ao tema – com destaque para Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (COSTA et al., 2010, p.6-7).

Neste momento, as empresas juniores passam a adquirir relevância para as IES, como um "elemento de promoção da relação empreendedora entre práticas acadêmicas e práticas de mercado" (COSTA et al., 2010, p.7). É deste ângulo<sup>40</sup> que os autores identificam os alinhamentos entre a cultura empreendedora e as perspectivas gerencialistas, pautadas na racionalidade instrumental, e encontram seus desdobramentos nas empresas juniores – que passam a ser consideradas nas universidades como o lugar por excelência da qualificação das práticas empreendedoras de mercado).

Por fim, os autores refletem as implicações desses alinhamentos na formação dos estudantes de administração, o que pensamos ser possível generalizar aos estudantes participantes de empresas juniores independente da área de graduação: (a) difusão do entendimento da "educação como prioritariamente qualificadora para o mercado", esmaecendo suas possibilidades emancipatórias em relação à lógica do capital; (b) estímulo à competitividade; (c) ampliação dos processos de seleção e exclusão nas instituições de ensino (esses processos excederiam sua ocorrência no acesso à educação, tornando-se parte da vida institucional, e se expressam nas EJs pela seleção apenas daqueles com o perfil adequado ao cotidiano da empresa e com uma concepção de mundo mercantil); e, (d) o papel primordial que assume a ideia de empreendedorismo na sociedade – tratando de fazer com que "cada

---

<sup>40</sup>Esses elementos explorados exaustivamente pelos autores serão abordados nas próximas sessões.

indivíduo assuma como suas as metas de reprodução capitalista" (COSTA et al., 2010, p.15-16).

Costa (2010) partilha da concepção de que as empresas juniores teriam, junto com as incubadoras de empresas, e a disseminação do empreendedorismo nos currículos dos cursos de graduação, o papel de alinhar as IES e as práticas acadêmicas com as práticas de mercado. Para a autora, as empresas juniores seriam consideradas como:

[...] sendo o espaço por excelência da prática do empreendedorismo, cabendo aos seus integrantes o papel de potencializar o espírito empreendedor e o *début* no mundo profissional de seus participantes. Ou seja, estas parecem representar o espaço por excelência da oportunidade de transformação do estudante em empreendedor (COSTA, 2010, p. 56).

Sua tese é de que a interdiscursividade das empresas juniores e da mídia de negócios teria o papel de disseminar a noção ideológica da “empresa capitalista contemporânea como único modelo possível de geração de riqueza, de renda e de trabalho na sociedade” (COSTA, 2010, p. 15). Para tanto, seu estudo identifica as ordens discursivas presentes nas empresas juniores e na mídia de negócios, e realiza um estudo amplo, analisando os discursos obtidos em 60 entrevistas com estudantes que participavam de empresas juniores de seis IES do Rio de Janeiro<sup>41</sup>, e professores que orientaram projetos dessas EJs, e das matérias de quatro revistas de negócios<sup>42</sup> (COSTA, 2010).

A análise realizada pela autora é bastante detalhada e abrangente, em relação aos discursos das empresas juniores. A autora identifica 23 objetos discursivos que categoriza em sete diferentes formações discursivas. Sinteticamente, estas as formações identificadas pela autora são: Articulação Universidade-Mercado, que se refere à aproximação entre práticas acadêmicas e práticas de mercado; Espírito Empreendedor, sobre características empreendedoras que orientariam a ação individual dos sujeitos no mundo; Diferenciação no Mercado,

---

<sup>41</sup> As IES eram: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC – RIO), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE – FGV – RJ), e Ibmecc RJ (COSTA, 2010).

<sup>42</sup> A saber, Revista EXAME, Você S. A., Carta Capital e HSM *Management* (COSTA, 2010)

relacionado aos diferenciais dos empresários juniores teriam no mercado de trabalho por serem membros de EJ; Aprender Fazendo, sobre a ideia de que se aprende efetivamente com a prática; Geração de Riquezas, referente à noção do empreendedor como o sujeito promotor do desenvolvimento, com a função social de promover o crescimento econômico; Empreendedor como Produto Organizacional, sobre a relação entre empreendedorismo e a experiência laboral em grandes empresas; e Modelos Sociais de Empreendedores, relacionado ao que seriam exemplos inspiradores de empreendedorismo (COSTA, 2010).

A autora encontra em sua análise um conjunto de convergências, distanciamentos, e silêncios entre o discurso das empresas juniores e o da mídia de negócios acerca do empreendedorismo. As formações discursivas em ambas as fontes apontam para a relação entre empreendedorismo e neoliberalismo, na qual o sujeito empreendedor é tomado como um sujeito integral e, seja ele trabalhador ou empresário, orienta-se pelas metas e objetivos da empresa capitalista, e com isso orienta as relações de trabalho de forma ampla pelas necessidades empresariais.

Neste sentido, as convergências discursivas entre as fontes passam, em primeiro lugar, pela tomada do “capitalismo e empreendedorismo como fenômeno de massa, onde todos podem ser empreendedores e obter realizações pessoais e profissionais” (COSTA, 2010, p. 231). Este discurso seria condicionado por duas noções: assumir o indivíduo como um sujeito autônomo e que lhe bastariam algumas características individuais para empreender, tais como iniciativa, criatividade, etc.; a ideia de um contexto regido pelas relações de livre-mercado, concorrência e lucro. E, de acordo com autora, isto contribuiria para noção de que todos, independentemente de suas classes sociais, deveriam ter uma atitude empreendedora:

Isso contribui, ao mesmo tempo, para que o indivíduo seja empreendedor em tempo integral, fundamentando a idéia de que o empreendedorismo, na verdade, deve ser uma atitude assumida por todos por promover o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico dos países (COSTA, 2010, p. 232).

Desse modo, haveria o desdobramento de uma segunda convergência, a ideia de “espírito empreendedor”, de que para empreender bastaria ao indivíduo possuir certas características que o conformariam. E ainda, como uma terceira convergência, e que nos

parece uma contribuição fundamental, a noção do distanciamento entre ensino formal e práticas de mercado, de que como para empreender bastariam um conjunto de características e um contexto que estimulasse o livre-mercado, os empreendedores poderiam então prescindir da educação formal (COSTA, 2010). Nas empresas juniores este discurso assumiria duas formas, mas que de maneira geral apontam para o esvaziamento e perda de relevância da educação formal:

Mas no caso dos discursos das empresas juniores (organizações inseridas dentro do espaço acadêmico), a possibilidade de prescindir de uma educação mais formal para empreender é representada de duas formas. Por um lado, ao falar acerca do empreendedor em geral, o aluno corrobora a idéia de que esse não necessariamente precisa ter acesso a uma IES para ter sucesso em seus negócios. E outro contexto, ao falar de sua própria vivência como empresário junior, assume que a experiência empreendedora pode prescindir, em certa medida, não da inserção em uma IES, mas sim das matérias e disciplinas oferecidas por esta aos alunos (COSTA, 2010, p. 234).

As fontes ainda convergem em pontos como: a ideia da necessidade de uma nova ética empresarial do trabalho, que conectaria mais intimamente indivíduos e empresas e que exaltaria a realização pessoal por meio do trabalho; a importância dos modelos exemplares de empreendedores, que são representados nas fontes de formas heroicas; a ênfase nos intraempreendedores, do empreendedor como produto das organizações, tomando o contexto das grandes empresas, com especial relevância para a formação de empreendedores e estímulo ao empreendedorismo. Por último, os discursos apontam para a responsabilização exclusiva do trabalhador por sua carreira, sendo esta definida por sua capacidade empreendedora, que remete à noção de empregabilidade, e na noção do empreendedor como o sujeito do desenvolvimento, que este seria o principal responsável pelo crescimento econômico e desenvolvimento dos países (COSTA, 2010).

Em sua análise identifica ainda dois campos de distanciamento entre as fontes. O primeiro diz respeito ao fato de as revistas de negócios não terem sido citadas nas entrevistas com os empresários juniores como uma fonte de informações sobre empreendedorismo, embora reconheçam estas como relevantes. A autora supõe, a partir do conteúdo das entrevistas, que os estudantes assumem não ler muito e que as

revistas teriam um alto custo de aquisição. O segundo distanciamento é ausência de menção às empresas juniores por parte das revistas analisadas, o que remeteria à afirmação, nas entrevistas, de que os estudantes desconheciam as EJs antes de ingressarem nas universidades (COSTA, 2010).

Chamam atenção certos “silêncios” identificados pela autora em ambas as fontes. Dentre eles: a omissão de aspectos negativos do empreendedorismo e do empreendedor, enfatizando-se a naturalização e a ideia de inevitabilidade do capitalismo e do empreendedorismo; a supressão de histórias sobre fracasso de empreendedores, ou sua menção acompanhada de reviravoltas de superação, de como mesmo depois de fracassar os empreendedores obtiveram sucessos; a ausência de qualquer menção a precarização das relações de trabalho, as consequências do neoliberalismo, ou mesmo sobre as consequências do empreendedorismo para as condições de trabalho; a falta de questionamentos às relações de poder, tanto do ponto de vista das relações de dominação entre as nações, principalmente ao que significa o papel dos EUA na propagação do empreendedorismo, como do ponto de vista das relações internas do cotidiano empresarial. E ainda, a falta de reflexão sobre o papel das IES, e mesmo das EJs, na formação dos estudantes, implicando na reprodução da ideia de que educar seria necessariamente educar para o mercado (COSTA, 2010).

Por meio destes pontos de interdiscursividade entre as fontes, a autora encontra três ordens de discurso que justificam a centralidade do lucro, e a instrumentalização e utilitarismo nas relações entre os sujeitos, e entre estes e o trabalho. Estas ordens discursivas seriam: a tese da centralidade da empresa capitalista, e a tomada desta pelos sujeitos como a principal orientação para as formas de pensar e agir no mundo; os empreendedores capitalistas neoliberais como exemplos para os modos de ser dos sujeitos; e, a inviabilidade de alternativas ao capitalismo, por meio da naturalização e do consenso acerca do neoliberalismo (COSTA, 2010).

A partir desta análise, a autora compreende que as ordens discursivas identificadas trabalham de forma hegemônica para que “os indivíduos tomem como suas as metas de reprodução do capital” (COSTA, 2010, p. 255). E, deste modo, apagando-se a oposição entre capital e trabalho, fazendo com que os trabalhadores aceitem o cenário neoliberal de precarização e desregulamentação do trabalho, desemprego e, de algum modo, criando as condições para que os trabalhadores compreendam sua posição como a de um “empresário de

si mesmo”, um empreendedor que precisa superar os obstáculos para obter sucesso.

Um efeito correlato é o de que “os empresários e dirigentes de empresas não mais representam símbolos da exploração do homem pelo homem, pelo contrário, transformam-se em símbolos do sucesso social” (COSTA, 2010, p. 256). Desta forma, a noção geral que estes discursos carregam é o de que a empresa capitalista seria “o único modelo possível de geração de riqueza, renda e trabalho na sociedade” (COSTA, 2010, p.257).

E são estes efeitos ideológicos que fundamentam a crítica desenvolvida pela autora às empresas juniores, uma vez que seus discursos disseminam o empreendedorismo e produzem concomitantemente um esvaziamento do significado crítico e emancipatório da educação (COSTA, 2010). Estas contribuiriam para subsunção da educação aos ímpetus de reprodução do capital, e para o estreitamento da formação de acordo com as demandas imediatas do mercado de trabalho:

A resposta a esta pergunta, do ponto de vista desta pesquisa, é a de que - no caso das empresas juniores analisadas e do seu discurso acerca do empreendedorismo - estamos (1) preparando nossos jovens exclusivamente para o mercado de trabalho; e (2) construindo ideologicamente a visão de que, ao assim procedermos, estamos preparando esse jovem para a vida. Em outras palavras, produzimos e reproduzimos discursos hegemônicos que legitimam o transbordamento da esfera do mercado de trabalho para a esfera da vida.

Pode-se observar, nos discursos analisados, que conhecimento formal produzido nas IES apresenta-se hoje apenas como mais um complemento ao dia-a-dia empresarial, reduzindo a importância das práticas críticas e reflexivas acadêmicas. Diante deste quadro, cabe refletir sobre a orientação do ensino oferecido pelas universidades para que a ideologização da figura do empreendedor não reduza a importância simbólica da universidade e para garantir que instituições acadêmicas não apoiem apenas interesses empresariais em suas práticas de ensino, transformando o espaço universitário em

um mercado de idéias [...] (COSTA, 2010, p. 258).

Nota-se, neste segundo grupo de trabalhos acadêmicos, que apesar dos distintos objetos e perspectivas teórico-metodológicas, os autores convergem nas críticas ao papel desempenhado pelas empresas juniores no que tange à adequação dos sujeitos às demandas mercadológicas. A nervura central de suas críticas passa por seus efeitos na incorporação pelos sujeitos da própria lógica de mercado, pelo processo de difusão e identificação ideológica realizado pelas empresas juniores.

Em que pesem suas posições e análises, é possível perceber nos dois agrupamentos de estudos acadêmicos uma convergência geral em relação à avaliação de que o papel realizado pelas empresas juniores passa pela difusão do empreendedorismo (ou de práticas empreendedoras e gerenciais), e em relação ao ingresso, entre preparação/adequação dos estudantes ao mercado de trabalho. A linha demarcatória das divergências entre os dois grupos é traçada no que consideram as implicações desse eixo em relação aos próprios estudantes e a sociedade em geral, a partir de suas interpretações e demarcações histórico-políticas. Percebe-se que, em geral, é partir destes termos que se estabelece o debate e se articulam as defesas e críticas.

### 3.2 ELEMENTOS CONTEXTUAIS, CONCEPÇÕES DE EMPREENDEDORISMO E UNIVERSIDADE

Nesta sessão será realizada uma análise em relação ao que os autores indicam como elementos do contexto socioeconômico e suas concepções de empreendedorismo e universidade<sup>43</sup>, e as articulações que estabelecem entre eles. Busca-se perceber a relação entre esses três aspectos, constantemente presentes nos trabalhos examinados, com a criação e desenvolvimento das empresas juniores – objeto desta pesquisa.

Foi mantida a divisão em dois grupos de trabalhos, no primeiro, aqueles que traçam uma afirmação positiva sobre as empresas juniores e, no segundo, aqueles que formulam críticas ao seu projeto.

---

<sup>43</sup> Alguns autores não tratam diretamente das Universidades, mas traçam algumas considerações sobre educação de forma genérica. Nestes casos, trabalharemos com esses apontamentos.

No primeiro grupo, Zacarelli (2011), não menciona diretamente o que compreende pelo papel das universidades, no entanto, ao afirmar que estas deveriam apoiar as empresas juniores, no que tange a sessão de espaço quanto no estímulo aos docentes a orientarem e assessorem as mesmas quando procurados, podemos pensar que autora considera que a Universidade deva preparar, como as EJs, os estudantes para o mercado de trabalho. Em seu trabalho há pouca menção a elementos contextuais relacionados às empresas juniores, apenas cita que este teria surgido na França, há cerca de 40 anos, e no Brasil há cerca de 20. Há também menção à participação de estudantes da presidência da EJ, que é seu objeto de estudo no Conselho de Jovens Empreendedores da FIESP, e que esta experiência teria proporcionado a estes estudantes uma maior participação em eventos e contato com grandes empresários (ZACARELLI, 2011).

No primeiro grupo, Feldhaus, Pereira e Neto (2012), e também Rodrigues et al (2010), indicam e enfatizam que teriam ocorrido mudanças econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e institucionais, as quais as organizações precisariam se adaptar. Rodrigues et al (2010, p.246), afirmam que estas mudanças seriam constantes e características do "atual ambiente globalizado" e que possuiriam influência na relação entre indivíduo e organização, em especial no comprometimento<sup>44</sup> dos trabalhadores.

Feldhaus, Pereira e Neto (2012) são um pouco mais específicos: para os autores o modelo de organização fordista teria sido insuficiente frente a essas transformações e, assim, novas formas de organização passaram a emergir. Com isso, as pequenas empresas, e o "empreendedorismo em sistemas integrados", teriam sido redescobertos pela economia – abrindo espaço por meio do processo de aumento da personalização e flexibilidade dos produtos, processos e relações que responderiam à demanda por necessidades intangíveis (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012, p. 138).

Todo este processo teria dado origem a um novo fenômeno, que estaria presente tanto no meio empresarial quanto no terceiro setor, qual seja: a organização em rede. No meio empresarial, as redes teriam

---

<sup>44</sup>Para os autores, comprometimento organizacional trata do vínculo entre indivíduo e organização, a identificação do trabalhador com a empresa (seus objetivos e metas), desejando manter-se nela. É percebido como uma variável que influencia o alcance de objetivos e metas organizacionais. (RODRIGUES et al, 2010, p.251-252).

relação com a necessidade de sustentabilidade econômica das pequenas empresas:

Organizações das mais variadas se agrupam em torno da necessidade de sobreviver e prosperar, tornando-se capazes de igualar as vantagens da grande empresa verticalizada (eficiência operacional, escala produtiva, poder de influência sobre fornecedores e clientes) e superá-la mantendo aquelas vantagens características das pequenas e médias empresas (adaptabilidade, flexibilidade, agilidade) (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012, p. 138).

Chama a atenção a formulação desses autores sobre novas formas de administração para estas organizações, que estariam diminuindo as relações hierárquicas e de poder formal para o diálogo e negociação. Em relação, ao empreendedorismo, não há menção direta a qualquer definição em seu trabalho. No entanto, é possível inferir que o relacionam com o processo de mudança econômicas e tecnológicas que teria aberto o espaço a pequenas empresas e como um fator chave no processo social, seriam capazes de transformar o país<sup>45</sup>.

Questionamos a que tipo de transformação os autores se referem, nos parece que suas afirmações, conjugadas com suas ausências discursivas, indicam que a defesa parte de uma ideia de capitalismo humanitário (pequenas empresas, menos hierarquias, etc.). E nota-se que noções desse tipo perpassam todos os trabalhos dos apologistas das empresas juniores.

Rodrigues et al (2010), também não apresentam diretamente sua concepção sobre empreendedorismo. No entanto, há uma passagem em que se pode compreender que para esses autores essa noção estaria relacionada a características e habilidades pertinentes ao ingresso no mercado de trabalho. E é, de certo modo, nesse íterim, que esboçam sua concepção de Universidade – para os quais a importância do papel das instituições de ensino estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico:

[...] a escolaridade que é um dos fatores de maior importância na transformação de uma sociedade e,

---

<sup>45</sup>Esta inferência é realizada a partir de sua definição da finalidade social da rede Brasil Junior: "Formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores capazes de transformar o Brasil" (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012, p.152).

de acordo com Drucker (2002), a educação influencia diretamente no desenvolvimento da economia. A geração, a sistematização e a difusão do conhecimento desempenham um papel de considerável relevância no mercado econômico (COLENCI JR, 1992) e a aquisição contínua de conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento (PERUSSI FILHO, 2001). Neste sentido, sobressai-se a relevância do papel desempenhado pelas instituições de ensino, uma vez que estas são as responsáveis pela disseminação da educação no país (RODRIGUES et al, 2010, p.246-247).

Rodrigues et al, (2010) identificam nas universidades o que consideram uma lacuna entre o ensino de técnicas gerenciais e prática cotidiana. Mas, observam um movimento das IES em integrar-se ao mundo empresarial e nesse contexto situam as empresas juniores.

Marques (2012) também relaciona a adaptação das organizações a mudanças socioeconômicas e o mundo do trabalho. Para autora, a crise estrutural do capital teria promovido mudanças nas empresas, reestruturando o processo produtivo e a organização do trabalho, de modo que as organizações antes orientadas pelo fordismo passaram a se adaptar a “modelo de acumulação de capital flexível (toyotismo)” (MARQUES, 2012, p.17). Este processo teria como consequência impactos significativos no mundo do trabalho, embora a autora não cite quais seriam esses impactos, estes exigiriam um novo perfil de trabalhador: mais qualificado e educado, capaz de lidar com um cenário de mudanças permanentes, de trabalhar em equipe, de inovar.

Deste modo, os países periféricos teriam que se adaptar à nova realidade, e reforçar iniciativas de qualificação e formação de competências, o que por sua vez teria requerido mudanças no âmbito educacional (MARQUES, 2012, p.17). Dentre as mudanças a autora destaca a inserção da noção de competências no ensino superior. De acordo com autora, a LDB de 1996 e os estabelecimentos das DCNs pelo Conselho Nacional de Educação, teriam avançado ao suprimir a exigência de currículos mínimos para os cursos de graduação e ao mesmo tempo, a partir das diretrizes, garantir a formação de competências básicas para cada curso. Estas transformações teriam o mérito de romper com a ideia tradicional de ensino baseado em conhecimentos disciplinares “isolados/descontextualizados e se canalizaram para um processo de aprendizagem que contempla

atividades de natureza transversal e interdisciplinar” (MARQUES, 2012, p.18). E por sua vez, levado as universidades a estreitar os laços com o mercado de trabalho, possibilitando aos estudantes aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que os aproximam da realidade profissional (MARQUES, 2012).

A autora não trata diretamente do que entende pelo papel da Universidade. No entanto, a partir de sua discussão, é possível extrair que sua concepção gira em torno da formação de estudantes para o mercado de trabalho, na promoção de competências. Tampouco, define empreendedorismo, mas em seu trabalho este aparece diversas vezes como uma capacidade, visão, espírito, enfim como uma característica individual. No debate das competências dos egressos da empresa júnior, a capacidade de empreender aparece como uma, dentre o conjunto de competências que teriam sido desenvolvidas na EJ, a qual identifica como competência funcional, que seria “a capacidade de executar tarefas básicas do trabalho de forma eficaz” (MARQUES, 2012, p. 113) Ou seja, para autora, a capacidade de empreender parece ser uma habilidade básica dos indivíduos para o processo de trabalho.

Outros autores do primeiro grupo indicam mudanças no mercado de trabalho, exigências de maior qualificação profissional e de novas competências e habilidades (ZILLOTTO; BERTI, 2012; SOUZA; DOURADO, 2003; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008; FERREIRA; FREITAS, 2013). Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008, p. 141) citam que estaríamos em um novo formato de sociedade, "onde a qualificação é fundamental para a inserção no mercado de trabalho".

Ziliotto e Berti (2012), identificam que o mercado estaria exigindo mais atributos meritocráticos, uma vez que a diplomação teria se tornado mais acessível. E, afirmam que eficiência e eficácia estariam sendo exigidas dos profissionais e que esta exigência está relacionada à competência e habilidade, que seriam princípios regentes da sociedade contemporânea (ZILLOTTO; BERTI, 2012).

Associado a essas transformações no mercado de trabalho, observam Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008), estaria o processo de globalização. De acordo com os autores, a globalização exportaria empregos baseados na mera mão-de-obra e o desenvolvimento tecnológico, que substituiria atividades baseadas na manipulação de informações e conhecimentos – restando, então, empregos que exigem alta qualificação e comportamento empreendedor (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008). Vale ressaltar que os autores não elaboram mais o tema, perpassando-o apenas de forma genérica.

Certo conjunto de habilidades profissionais é o que é possível extrair da concepção de Ziliotto e Berti (2012) acerca do que seja empreendedorismo. Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008) também observam certo perfil e características relacionados aos empreendedores<sup>46</sup>, no entanto, dão mais ênfase ao afirmarem que "o empreendedorismo vem se transformando numa revolução social deste século" com efeitos comparáveis ao da revolução industrial (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p. 141).

Estes autores afirmam, também, que em alguns países desenvolvidos, o incentivo e apoio ao empreendedorismo, e em especial à formação de empreendedores, teria sido uma forma de conter a crise e responder às pressões sociais pelo desemprego e criação de novos negócios. Este parece um elemento significativo, o uso do empreendedorismo como uma forma de contenção de uma massa de desempregados. Embora sem traçar relação com a afirmação anterior, citam que no Brasil as IES começam a incentivar o ensino de empreendedorismo, como uma forma de responder às novas dinâmicas das organizações<sup>47</sup> (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p. 142).

A educação empreendedora seria uma nova tendência educacional exigida pela sociedade, a qual pensam que deveria estar presente na formação de professores. Os autores estabelecem críticas ao sistema educacional brasileiro, que de acordo com os mesmos estaria mais centrado na quantidade do que na qualidade, e enfatizam a formação de professores. Segundo eles, a formação dos docentes estava ligada ao ensino tradicional e disciplinar, que resultaria numa prática docente voltada à transmissão de saberes, possibilitando pouco espaço para a participação dos estudantes e à realização de atividades que estimulassem a iniciativa dos mesmos. No entanto, isto estaria se corrigindo e a formação começaria a se voltar ao ensino centrado na aprendizagem de competências profissionais, voltado à prática profissional (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008).

---

<sup>46</sup> "[...] Capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de comunicação verbal e escrita, capacidade de realizar apresentações de ideias, administração do tempo, autonomia para aprender e habilidades técnicas gerais e específicas, conforme a área de interesse e formação". (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, p.142)

<sup>47</sup> Os autores citam um encontro promovido pelas IES de São Paulo e pelo Conselho Regional de Administração do estado sobre educação empreendedora.

Este discurso é dimensionado pela noção de que o que chamam de progresso social estaria ligado em grande medida à formação de professores, embora não indiquem qual seria esta ligação e nem mesmo o que entendem por progresso social

Zillioto e Berti (2012) afirmam que os estudantes identificariam um hiato entre o que lhes é ensinado e o mundo real e ainda citam como um eixo das universidades a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, percebe-se que a concepção dos autores em relação à Universidade está ligada a uma perspectiva conservadora de formação profissionalizante e ao atendimento de demandas imediatas do mercado de trabalho. (QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008, ZILLOTTO; BERTI, 2012).

Em consonância com Feldhaus, Pereira e Neto (2012), Souza e Dourado (2003) afirmam que as pequenas empresas seriam um fator de dinamismo do mercado, gerando emprego e mobilidade social – com melhor distribuição de renda e ampliação da classe média. Segundo os autores, estas empresas caracterizariam-se como um instrumento no qual: “o assalariado pode ascender à condição de micro ou médio empresário”. (SOUZA, DOURADO, 2003, p.521). Perguntamo-nos se há de fato uma ascensão? E mesmo, se isso pode ser caracterizado como uma ascensão.

As pequenas empresas teriam se expandido pelo país<sup>48</sup>, e são consideradas pelos autores como os principais agentes de desenvolvimento econômico, teriam um papel na estabilidade e crescimento econômico nacional. Contudo, de acordo com os autores, possuem o que consideram como uma "alta taxa de mortalidade"<sup>49</sup>, o que tem levado, dada sua importância, a iniciativas do governo e do setor privado<sup>50</sup> para garantir sua sustentabilidade e competitividade (SOUZA; DOURADO, 2003).

---

<sup>48</sup> Os autores não fornecem dados que sustentem esta afirmação. No capítulo 5 examinamos esta questão.

<sup>49</sup> Mortalidade, aqui, significa o encerramento das atividades das empresas ou sua falência.

<sup>50</sup> "O Governo Federal, em 1999, lançou o Programa Brasil Empreendedor com o objetivo de fortalecer as micro, pequenas e médias empresas por meio de atividades de capacitação, apoio ao crédito e de assessoria ao pós-crédito. Esse Programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, contou com a participação de vários órgãos públicos e privados, entre eles o SEBRAE". (SOUZA; DOURADO, 2003, p.522)

Neste ponto há duas questões relevantes: novamente, os autores eximem-se de qualificar o que entendem por desenvolvimento econômico e, por outro lado, questionamos as razões que levam o governo e mesmo os empresários a tomarem iniciativas de evitar o encerramento das atividades dessas empresas. Bem como, quais iniciativas seriam estas.

Outro elemento citado pelos autores do primeiro grupo é a reestruturação produtiva, que seria marcada pela racionalização organizacional e técnica e novos modelos de produção que "cada vez mais, caracterizam-se pela oferta de bens e serviços diferenciados e de alto valor agregado, especialmente em termos de conhecimento incorporado ao processo produtivo" (SOUZA; DOURADO, 2003 p. 522). Os autores afirmam que esse processo, em conjunto com o desenvolvimento tecnológico e a globalização de mercados, estaria eliminando postos de trabalho, estes postos estariam sendo substituídos pelo "auto-emprego", ideia presente também no trabalho de Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008).

Também convergindo com Feldhaus, Pereira e Neto (2012), Souza e Dourado (2003) caracterizam esse momento pela substituição das formas de produção linear, pela produção em rede, o que exigiria uma maior intelectualização das formas de trabalho. Por consequência, esse cenário aumentaria o processo de marginalização de setores sociais e traria demandas por novas características dos trabalhadores com valorização de aspectos como "inovação, criatividade, liderança e autonomia" (SOUZA; DOURADO, 2003, p.523). O que traria à tona "a consciência da necessidade de formar pessoas disseminadoras da inovação, característica essa considerada básica para a formação de empreendedores." (SOUZA; DOURADO, 2003, p.523). Para Ferreira e Freitas (2013), a necessidade da formação de futuros empreendedores qualificados se expressaria na demanda das empresas por capital humano.

Nota-se como os fatores se conjugam: o que chamam de "marginalização de setores sociais" e a demanda por características tais quais inovação, criatividade, autonomia. Aparentemente os autores não estabelecem relação direta entre essas questões, aparecem em seu discurso como consequências distintas do processo de reestruturação produtiva. Pensamos que não podemos tomar isoladamente esses fenômenos.

Os autores Souza e Dourado (2003) ainda afirmam que há duas correntes principais nos estudos do empreendedorismo. A primeira econômica e a segunda comportamental (SOUZA; DOURADO, 2003),

o que também está presente nos trabalhos de Marassi, Vogt e Biavatti (2014) e de Ferreira e Freitas (2013)<sup>51</sup>.

A corrente econômica está associada às noções inovação e desenvolvimento (SOUZA; DOURADO, 2003, p.523; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014), aos impactos do empreendedorismo na economia, e pode ser dividida em dois momentos, clássico e neoclássico (FERREIRA; FREITAS, 2013). A abordagem clássica, cujos autores fundamentais são Cantillon e Say, associa o empreendedor às ideias de risco, oportunidade, mudança e inovação (CARMO; NASSIF; 2005 apud FERREIRA; FREITAS, 2013). A neoclássica, cujas bases remontam a Schumpeter, associa mais claramente o empreendedor à inovação e ao desenvolvimento, por meio das noções de destruição criativa e desequilíbrio de mercado (FERREIRA; FREITAS, 2013).

Já a corrente comportamental relaciona o empreendedorismo com habilidades e características dos sujeitos, especialmente criatividade, persistência, controle, liderança, etc. (SOUZA; DOURADO, 2003, p.523; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014)<sup>52</sup>. Essa corrente busca compreender "o empreendedor enquanto indivíduo, suas motivações e comportamentos" (FERREIRA; FREITAS, 2013, p.6).

De acordo com Ferreira e Freitas (2013), os estudos do comportamento empreendedor têm identificado diversas características e provocado uma série de contradições na definição conceitual. Ainda assim, citam uma série de características para delinear o que consideram as características do empreendedor contemporâneo, que seriam: pró-atividade, inovação, tolerância a risco, criatividade, liderança, visão, ambição, relacionamento interpessoal, flexibilidade e, por fim, perseverança. No entanto, estes autores ponderam baseados em Filion, que a identificação de características do empreendedor seria apenas um refinamento que esclarece certos aspectos da definição, mas não o todo do fenômeno do empreendedorismo.

É possível perceber que para Marassi, Vogt e Biavatti (2014) o empreendedorismo estaria relacionado a comportamentos de indivíduos e organizações; ao ato de assumir riscos cujos retornos, se houver sucessos compensam o ato. As autoras ainda dão ênfase aos processos inovativos: "O empreendedorismo consiste em combinar os produtos da imaginação humana com as ambições e assim, criar mercados para bens

---

<sup>51</sup> Nota-se que esta assertiva em cada um dos trabalhos citados (SOUZA; DOURADO, 2003; FERREIRA; FREITAS, 2013; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014) é influenciada pelos estudos de Louis Jaques Fillion.

<sup>52</sup> As bases dessa corrente se encontram na obra de David McClelland.

e serviços que antes do ato empresarial não existiam" (MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014, s.p.). Já Ferreira e Freitas (2013) elaboram uma síntese que conjuga percepção e avaliação de oportunidades e a inovação por meio de abertura de novos negócios ou de introdução de novos produtos no mercado.

No trabalho de Souza e Dourado (2003, p. 524), o empreendedorismo estaria relacionado à inserção no mercado de trabalho e é entendido como uma resposta à "complexidade e imprevisibilidade de ambiências sociais e organizacionais", que exige das pessoas uma busca por competências que possam proporcionar empregabilidade social, independente se de forma autônoma ou vinculada a uma organização. Sua concepção passa também pela noção de que a cultura empreendedora estaria criando um novo comportamento individual e organizacional.

Em Souza e Dourado (2003) e Marassi, Vogt e Biavatti (2014), o empreendedorismo não estaria restrito ao mundo dos negócios ou do trabalho, mas poderia estar presente na vida pessoal. Em Ferreira e Freitas (2012) está presente, também, a concepção de que a importância do empreendedorismo seria o de seu papel central no desenvolvimento socioeconômico em diferentes níveis de abrangência.

A lógica de desenvolvimento promovida pelo empreendedorismo, e comumente comunicada consiste na ideia de que, ao abrir um negócio, este tenderá a geração de empregos, maior competitividade no ambiente de mercado, desenvolvimento de melhores formas de produzir, bem como possibilidades de inovação. Essas resultantes convergem para o desenvolvimento econômico local, regional ou nacional. (FERREIRA e FREITAS, 2014, p. 4)

Para estes autores, é dada a essa lógica que estaria se conferindo maior importância às iniciativas dos países para incentivar a "propensão empreendedora deliberada"<sup>53</sup>, por diversos meios, em especial, programas de formação de empreendedores (FERREIRA; FREITAS, 2013, p.4). Estes programas teriam o objetivo de formar empreendedores e "empreendedores potenciais" para abrir e sustentar

---

<sup>53</sup> Para Ferreira e Freitas (2013), há uma distinção entre empreendedorismo deliberado e por necessidade. O empreendedorismo deliberado é realizado por opção em relação a uma oportunidade e por necessidade é realizado por pressão econômica e social.

uma empresa no mercado, bem como estimular o desenvolvimento de competências-chave do empreendedorismo – o que seria um recurso importante para os estudantes, independentemente de decidirem por abrir empresas ou não (FERREIRA; FREITAS, 2013).

Este parece ser um tema central no debate: a produção do desejo de empreender, ou melhor, de não se assalariar. De criar a noção de empreendedorismo como uma possibilidade de não assalariamento, independente se por pressão econômica, ou pela identificação de certa oportunidade. Pensamos que é necessário localizar os efeitos desse tipo de política no contingenciamento da sobrepopulação trabalhadora, bem como na produção da sociabilidade burguesa.

Ferreira e Freitas (2013) afirmam que o debate acadêmico em relação à educação empreendedora tem se concentrado nas metodologias de ensino, e que os estudos têm apontado para a necessidade de métodos voltados para a prática. E passam a traçar, como Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008) críticas ao ensino tradicional, aos métodos expositivos e a "conversa de mão única – discurso do professor para o aluno" (FERREIRA; FREITAS, 2013, p. 11), afirmando que o modelo das IES ainda estaria muito distante do que as formas de educação empreendedora podem propiciar. No entanto, reconhecem que as universidades seriam aliadas no que consideram como "incentivo ao desenvolvimento e aprimoramento das características empreendedoras, por meio das oportunidades que o ambiente universitário proporciona: aprendizado experimental, aprendizado a partir da interação social e o reconhecimento de oportunidades de negócios" (FERREIRA; FREITAS, 2013, p.10).

Em síntese, dado o conjunto de assertivas que traçam sobre as universidades, nota-se que Ferreira e Freitas (2013) compreendem o papel destas relacionado à formação de empreendedores, qualificando os futuros profissionais de acordo com as exigências do mercado e assim, tendo em vista o que pensam sobre o empreendedorismo, pautar-se no desenvolvimento da sociedade de mercado. Essa concepção encontra convergência com Marassi, Vogt e Biavatti (2014, s.p), que caracterizam a Universidade como um "portal para aquisição do valor empreendedor", e afirmam estar surgindo um novo perfil de Universidade que incorpora as práticas de alunos empreendedores e que tem o desafio de "desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura de inovação em seus acadêmicos".

Marassi, Vogt e Biavatti (2014), descrevem sinteticamente as origens do ensino de empreendedorismo, sendo que o primeiro curso de empreendedorismo em nível universitário teria se dado em 1947, na

Harvard Business School. E a partir de então, principalmente na década de 1960, nas universidades estadunidenses o tema teria ganhado força – em muito, devido à demanda de setores empresariais por profissionais com características empreendedoras para atender sua necessidade de inovação e criação de novos produtos e serviços.

Já no Brasil, de acordo com Souza e Dourado (2003), esta temática teria se inserido recentemente nas universidades, em 1980, com a integração no currículo da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV. No entanto, este seria um processo em expansão, que propiciaria aos estudantes a inserção no mercado de trabalho e, também, sua sobrevivência em uma sociedade competitiva (SOUZA; DOURADO, 2003).

Para Souza e Dourado (2003), a Universidade, pelo ensino do empreendedorismo, passaria a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento do setor-produtivo, qual seja a qualificação profissional demandada por um ambiente em constante mudança. E ainda integraria os esforços do governo e do setor privado no fortalecimento das pequenas empresas.

Nota-se nesses três trabalhos (SOUZA; DOURADO, 2003; MARASSI; VOGT; BIAVATTI, 2014; FERREIRA; FREITAS, 2013) uma convergência entre elementos contextuais e concepções acerca do empreendedorismo e da universidade. É na articulação desses aspectos que esses autores posicionam as empresas juniores. Verifica-se, principalmente em suas concepções sobre a Universidade, que suas análises partem de um lugar ético-político muito próprio – a defesa do ordenamento social capitalista.

Já Oliveira (2005) e Junior, Souza e Alves (2013) apresentam perspectivas, ainda que relacionadas, distintas dos autores apresentados até aqui. Oliveira (2005) aponta o crescimento do que chama de organizações de terceiro setor, e o processo de transferência de tecnologias gerenciais do campo empresarial para estas organizações. O autor esboça uma concepção em relação à importância desse fato, e da participação nas empresas juniores, relacionada à atuação sobre os problemas sociais que necessitariam de esforços gerais, para além do governo.

Junior, Souza e Alves (2013) apontam para algo semelhante em seu debate sobre Responsabilidade Social Corporativa. Segundo os autores, as empresas estariam valorizando o comportamento socialmente responsável e estariam sendo exigidas por parte da sociedade pela realização de práticas sustentáveis. Devido a isto emerge o debate de

quem seria o responsável pelo bem estar social e qual seria o papel da empresa (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013).

Nesses debates há duas posições principais, a primeira que encara a responsabilidade social e o bem estar da sociedade como um custo, e a segunda que a encara como uma finalidade das empresas. Esta segunda posição encara "o bem estar da sociedade como obrigação" (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013, s.p.). De acordo com estes autores, no Brasil, os defensores da responsabilidade social corporativa contam com um instituto próprio para divulgar suas ideias, o Instituto Ethos<sup>54</sup> que expressa:

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social (2001) segue a mesma linha destacando a coerência ética que as empresas devem ter nas ações e relações com seus diversos públicos de interesse, destacando que esta prática engaja os colaboradores da organização, conquista o respeito dos públicos envolvidos e ainda consegue a preferência dos consumidores. (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013)

Neste debate, chama atenção o que os autores apresentam como cidadania empresarial. Esta noção apresenta a empresa como um cidadão, e o empresariado como alguém responsável por atuar sobre os problemas sociais como os demais setores da sociedade. Segundo os autores, são as lideranças empresariais que incutem esses conceitos nas organizações, e portanto caberia à Universidade o papel de formar esses sujeitos, assim chamados gestores (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013).

Oliveira (2015) segue o mesmo sentido, caracteriza as IES (e as EJs) como um centro de difusão de informações e conhecimentos úteis para o desenvolvimento sustentável, aplicados ao bem comum. E afirma que uma nova perspectiva de formação profissional estaria surgindo orientada pelas exigências do mercado e da sociedade.

Nos trabalhos destes autores, observa-se a noção da empresa como um sujeito político responsável pela resolução dos problemas sociais. Parece atravessar seus escritos certa concepção de unidade dos setores sociais – empresários e trabalhadores/ empresários e sociedade. Apagando as lutas de classes, retirando destas a centralidade nas questões do capitalismo contemporâneo.

---

<sup>54</sup>"Instituto formado pelo empresariado brasileiro para auxiliar na incorporação do conceito de responsabilidade social e divulgar as práticas de gestão socialmente responsáveis" (JUNIOR; SOUZA; ALVES, 2013).

Embora nem todos os trabalhos desse primeiro grupo convirjam nos mesmos marcos de análise, em síntese percebemos que esse grupo de autores aponta para uma série de elementos contextuais: (1) mudanças gerais nas formas de produção e organização das empresas; (2) mudanças no mercado de trabalho, em especial novas exigências de qualificação; (3) ao papel das pequenas e médias empresas na dinâmica da economia; (4) ao crescimento de organizações de terceiro setor e sua assimilação de tecnologias gestivas do campo empresarial; (5) uma "nova ética" empresarial, por meio da incorporação da noção de responsabilidade social corporativa. Para alguns eixos de compreensão do empreendedorismo: (6) como uma forma de ingresso no mercado de trabalho; (7) como uma série de características individuais, que ultrapassaria o próprio mundo dos negócios; (8) como "motor" no desenvolvimento econômico. E, em relação ao papel da Universidade: (9) a formação de estudantes para o mercado de trabalho; (10) no desenvolvimento econômico, por meio da qualificação profissional e da formação empreendedora; (11) no desenvolvimento do terceiro setor e da formação de lideranças empresariais em consonância com os preceitos de responsabilidade social.

No segundo grupo de autores, aqueles que elaboram um corpo crítico de interpretação sobre as empresas juniores (COSTA; HASHIMOTO, 2012; BICALHO; PAULA, 2012; PINTO; PAULA, 2013; COSTA et al., 2010; COSTA, 2010, REIS, 2001) são trabalhados elementos correlatos e distintos: transformações nos processos e relações produtivas no capitalismo contemporâneo; aspectos ideológicos hegemônicos; cultura empreendedora, neoliberalismo e suas relações com a reforma do Estado. Nesses eixos situam a base de sua interpretação sobre as empresas juniores.

Costa e Hashimoto (2012, p.3) mencionam algumas características atuais do capitalismo que formariam as condições que possibilitaram criação e expansão das empresas juniores, tais como: "a reestruturação produtiva, as terceirizações, o enxugamento dos quadros de funcionários, o deslocamento do trabalho coletivo para o individual, o trabalho *partem*". A estas características, de algum modo, estaria relacionado o quadro de alterações no processo e organização produtiva – quadro sintetizado no que chamam de empresas hipermodernas ou organizações estratégicas.

Estas empresas estariam marcadas por alguns eixos centrais: a multinacionalização; marcação da técnica na divisão do trabalho e intelectualização das tarefas; crescente relevância do papel da ciência em relação às técnicas de produção; mudanças e renovações constantes,

etc. (COSTA; HASHIMOTO, 2012). Dentre elas, Costa e Hashimoto (2012) destacam uma forma de mediação entre empresa e trabalhadores estabelecida pelas políticas de recursos humanos, as quais no pós-fordismo teriam o objetivo central de fazer com que trabalhadores voluntariamente incorporem os discursos e as práticas das organizações.

Uma questão enfatizada pelos autores, e a partir da qual é possível perceber sua concepção de Universidade, é que haveria uma exigência de maior qualificação no mercado de trabalho para atender a demanda proporcionada pela implantação de novas tecnologias, que estariam atingindo todos os setores da economia nacional nos últimos 20 anos. Estas tecnologias estão relacionadas tanto à microeletrônica, informática e telecomunicações quanto a técnicas administrativas e gestivas e estariam exigindo dos trabalhadores uma ampla gama de competências, além das próprias de sua área de conhecimento (COSTA; HASHIMOTO, 2012).

Para os autores, estas demandas de formação estariam chegando às universidades, no entanto estas não teriam condições de atendê-las, sendo que a formação para o mercado não seria seu foco principal e nem seu único propósito: "Ela também possui a missão de produzir conhecimento, pelo menos as universidades públicas e parte das privadas, e atuar na extensão universitária, desenvolvendo projetos sociais voltados à comunidade" (COSTA; HASHIMOTO, 2012, p. 2). Aqui há uma ausência de qualificação em relação ao papel da Universidade, os autores não definem que conhecimentos, a serviço de que estaria a produção de conhecimento, a extensão e aquilo que chamam de projetos sociais.

Percebe-se, que para Costa e Hashimoto (2012), ainda que este não seja o único, o papel da Universidade está relacionado à formação de trabalhadores para o mercado. Assim nos parece que suas críticas às empresas juniores estão mais ligadas ao processo formativo, do que ao próprio conteúdo central desta formação.

Já Bicalho e Paula (2012), e com menor ênfase Pinto e Paula (2013), têm na formação ideológica hegemônica a base fundamental de suas interpretações sobre a temática das EJs. Segundo as autoras, baseadas na obra de Adorno e Marcuse, há no capitalismo contemporâneo um imperativo de identificação dos sujeitos com os poderes estabelecidos, o que faria da violência, em especial da violência simbólica, uma prática regente e fundamental em nossas sociedades. Destacam, ainda, que o cotidiano das organizações, marcado pela competitividade e conflitividade, tem propiciado casos de perseguição e violência, sob a justificativa de que a superação pessoal levaria a um

melhor desempenho geral (PINTO; PAULA, 2013).

A violência simbólica, e em menor medida a interpessoal, seriam os veículos principais de enquadramento das pessoas aos preceitos do mundo administrado, a ideologia da administração, dominante no capitalismo atual. Calcada em uma racionalidade objetiva e instrumental, esta teria o efeito ilusório de ampliação das liberdades individuais, enquanto intensifica o controle e a dominação. Contradição também percebida por Costa e Hashimoto (2012) em relação às características das empresas hipermodernas.

E, além disso, percebem um apagamento das fronteiras entre capitalistas e proletários, que devido a ampliação do acesso ao consumo, colocaria todos no conjunto amplo de consumidores (BICALHO; PAULA, 2012). Estes apagamentos e contradições, ofuscam seu caráter repressivo e esmaecem o sentido da necessidade emancipação – ou seja, apaziguam os conflitos e as contradições de classe.

De acordo com a revisão das autoras, esta ideologia opera por meio do escamoteamento das relações de poder sob a fachada de uma racionalidade administrativa. Como se o poder emanasse da própria estrutura administrativa, dos cargos e estratégias estabelecidas, e ninguém de fato o exercesse. Adicionam que o poder político é orientado para as demandas do sistema econômico, organizado pelo empresariado em vistas de garantir condições de sua reprodução (BICALHO; PAULA, 2012).

Trata-se de absolutizar a realidade, fazendo com que o raciocínio dos sujeitos entre em sintonia direta com as condições sociais existentes, enquadrando-se na ideologia da administração sob a ameaça de estarem descartados do mercado de trabalho:

O sujeito raptado pela ideologia da administração é um indivíduo S.A., o qual é caracterizado como uma simples encruzilhada das tendências gerais. O indivíduo S.A. vive à sombra da necessidade de sobreviver, ele está condenado à pseudoindividualidade, pois todo seu esforço de individuação é substituído pelo esforço de imitação. Consequentemente, o indivíduo é tomado por impulsos miméticos, fazendo de si mesmo um “aparelho eficiente” que corresponde ao “modelo” apresentado pela indústria do management. Ademais, ele se identifica diretamente com a cultura do management, que chamamos de ideologia da administração, buscando se enquadrar ao modelo estabelecido

sócio-historicamente, a fim de evitar a exclusão do mercado de trabalho. Nesse contexto, o sucesso profissional torna-se para o indivíduo S.A. um referencial para conduzi-lo com segurança a um mundo que é alheio ao seu arbítrio. (BICALHO; PAULA, 2012, p. 899).

As autoras encontram na educação um polo difusor da ideologia da administração. E suas tendências perpassam as reformas universitárias, como criticou Adorno, centradas no estabelecimento de uma instituição racional – que teria como objetivo a formação orientada para o mercado e a constituição de sujeitos-mercadoria. Este processo teria tornado a Universidade subserviente ao mercado, desvirtuando o que segundo as autoras seria sua originalidade e seu papel: ser um espaço de reflexão (BICALHO; PAULA, 2012).

Reis (2001) parece compreender o empreendedorismo, como a criação de um negócio próprio, como uma alternativa colocada aos trabalhadores frente ao cenário de desemprego e precarização característicos do neoliberalismo, da acumulação flexível. Afirma que este novo momento do capitalismo seria caracterizado por alterações na forma de gestão, avanço tecnológico e informacional, o desemprego, a terceirização, compondo um “quadro de intensificação de exploração do trabalho” (REIS, 2001, p.99).

Este cenário é marcado pela Reforma do Estado que se expressa no Brasil com o governo FHC e o Plano Diretor de Reforma do Estado. A reforma era orientada pelo enxugamento do Estado e pelas noções de eficiência e qualidade, e teve repercussões drásticas nas universidades públicas – que seriam consideradas como um serviço competitivo/não exclusivo do Estado (REIS, 2001). Assim, para o autor, a política educacional dos anos de 1990, seria dirigida por um lado pelo processo de reforma do Estado e por outro seguiria as orientações do BM para o Ensino Superior nos países periféricos do capitalismo.

Deste modo, a Universidade brasileira passa por um processo intenso de cortes/congelamento do orçamento e o incentivo a busca de fontes alternativas de financiamento (desde a cobrança de taxa aos estudantes, a recorrer diretamente a iniciativa privada); pela implantação de uma política de avaliação de caráter economicista; a penetração da administração de caráter gerencial em suas estruturas (REIS, 2001). O autor indica que se inicia um processo de privatização interna, com as fundações como um elemento de mediação na relação universidade-empresa, orientando suas atividades para o atendimento das demandas do capital (REIS, 2001).

Em linhas gerais, este processo estaria descaracterizando as universidades – que “possui outras finalidades além de atender exclusivamente as necessidades do mercado” (REIS, 2001, p. 90). Entendemos, então, que para autor, além de atender o mercado, a Universidade deveria ter outros fins, e embora não afirme diretamente podemos entender que estas estariam relacionadas à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a transformação social (REIS, 2001).

Costa *et al* (2010) e Costa (2010) percebem que há, na atualidade, uma disseminação ampla da temática do empreendedorismo e que este é geralmente tratado como um fator chave no crescimento econômico e na geração de emprego e renda – constituindo uma solução aos problemas socioeconômicos a diversos âmbitos da vida social. De acordo, com os autores, a ênfase no tema é tamanha que chega a aparecer na literatura como se vivêssemos na "era do empreendedorismo" ou no "início de um capitalismo empreendedor".

Contudo, há uma profusão de conceitos, muitas vezes incoerentes entre si, a respeito do empreendedorismo, o que o caracterizaria como um significativo vazio: uma condição "bastante conveniente para naturalizar processos e fenômenos" (COSTA et al, 2010, p. 2). Percebem, ainda, que recorrentemente a noção de empreendedorismo é utilizada em associação com noções neoliberais: "A partir dessa ótica, para que uma sociedade possa potencializar todos os supostos benefícios provenientes de um mercado livre capitalista, necessita do espírito empreendedor gerador de inovação e de riquezas" (COSTA et al, 2010, p. 2).

De acordo com Costa *et al* (2010), esta associação entre neoliberalismo e empreendedorismo toma parte, sintetizada em uma perspectiva gerencialista, na reconfiguração do papel dos estados capitalistas tornando-se hegemônica durante as crises de 1970 e 1980. Esta perspectiva, que incorpora os valores do setor privado ao setor público e pauta-se no enxugamento do Estado e desregulamentação da economia, foi largamente adotada nos governos de Thatcher, no Reino Unido e Reagan, nos Estados Unidos da América. Suas elaborações estavam presentes nas universidades britânicas, e nos “*think tanks* neoconservadores” (COSTA et al, 2010). Entre estes últimos o *Centre for Policy Studies*, teve um papel crucial na difusão da cultura do empreendedorismo, na fundação do neoconservadorismo e no próprio desenvolvimento do tchaterismo:

[...] deve-se ressaltar a estreita relação entre o thatcherismo e a cultura empreendedora,

considerada central na análise do caso da reforma do Estado no Reino Unido (MORRIS, 1991). O estabelecimento de uma cultura empreendedora está entre os objetivos que constam no documento da fundação do *Centre for Policys Studies* (MORRIS, 1991; PAULA, 2005b) e pode ser entendida como um conceito dinâmico vinculado: (1) a políticas de extensão do modelo de mercado para novas áreas, inclusive a área pública; (2) a um forte incentivo ao individualismo, consubstanciado na propriedade privada e em responsabilidades individuais; e (3) à moralidade do mercado por meio do desenvolvimento de valores religiosos e de manutenção da herança nacional. (COSTA et al, 2010, p.5)

No Brasil, esta perspectiva, que conjuga a cultura empreendedora e os preceitos do neoliberalismo e que ficou conhecida como *New Public Management* (NPM), teve forte inspiração britânica, prevaleceu no processo de redemocratização e teve sua expressão mais acabada no Plano Diretor de Reforma do Aparelho Estado (PDRAE), de 1995 (COSTA et al, 2010). O PRDAE propunha, para além da assimilação da lógica gerencial privada na administração pública, a reconfiguração do papel do Estado, passando a encará-lo como indutor do desenvolvimento: “um Estado dinâmico que promoveria a inovação em economias abertas e subordinaria a política social às necessidades da flexibilização dos mercados e das exigências de competição internacional" (COSTA et al, 2010, p. 5). Entre outras políticas, a NPM é identificada pelos autores na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que aponta para as práticas empreendedoras e a relação Universidade- Mercado.

Costa (2010) indica que a noção de empreendedorismo, e a representação da figura do empreendedor, foram sendo alteradas em diferentes momentos do capitalismo. Em síntese, a autora destaca três momentos: o primeiro, que chama de período clássico do capitalismo, ou período de formação do capitalismo, aproximadamente entre 1780-1880, em que ainda que por diferentes perspectivas a ideia do empreendedor estava ligada a do indivíduo empresário capitalista que seria responsável pelo desenvolvimento econômico; o segundo, do capitalismo monopolista, que seria marcado pelo apogeu das ideias liberais como reguladoras da vida social, e no qual a ideia de empreendedor se conecta ao cenário das grandes empresas, em que o sucesso estaria ligado mais à capacidade de manter os ganhos com as

atividades econômicas do que criar novas atividades, e no qual deslocasse a centralidade do empreendedor individualmente para a grande empresa como motor do capitalismo; e no capitalismo contemporâneo, a noção de empreendedorismo seria ressignificada com o contexto neoliberal (COSTA, 2010).

Para autora, o contexto neoliberal, marcado pelo cenário de desregulamentação econômica, subordinação dos estados a organismos multilaterais, ampliação dos direitos de propriedade internacional, e fundamentado em grande medida na desregulamentação e precarização do trabalho, teria resgatado a figura do indivíduo empreendedor, mas em novos parâmetros (COSTA, 2010).

A primeira modificação, é que o empreendedor deixa de ser um indivíduo específico, o empresário de sucesso (embora este constitua o modelo de empreendedorismo), mas passa a ser criada a noção de que todos devem ser empreendedores. A segunda, que seria um desdobramento da primeira, diz respeito a necessidade de ser criada uma nova ética empresarial do trabalho, novos valores a partir do qual trabalhadores possam se entender, ou entender sua atividade, como uma empresa individual. A racionalidade que orienta a noção de empreendedorismo no capitalismo contemporâneo é a de que no contexto de livre-mercado, uma condição necessária para que as sociedades produzam riqueza é “a existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios” (COSTA, 2010, p. 36).

Subjaz a ideia de que os indivíduos são unidades econômicas autônomas, empresários de si mesmos. Para autora, a noção de empreendedorismo teria então um papel em disciplinar os trabalhadores, em convencê-los a aderir resignadamente a flexibilização das relações de trabalho, a uma maior instabilidade no emprego, enfim a precarização (COSTA, 2010).

Outro aspecto relevante citado pelos autores é o incentivo ao empreendedorismo que ganha força neste contexto. Apontam para programas do Governo Federal, dentre eles o programa Brasil Empreendedor, programa de capacitação de empreendedores vigente entre 1999 e 2002, a ação conjunta entre Governo e SEBRAE, com atividades como o Desafio SEBARE que envolve estudantes na simulação de administração de uma empresa virtual, programas de capacitação para empresas, e o Programa Jovem Empreendedor, que capacita jovens empreendedores entre 16 e 24 anos (COSTA et al 2010; COSTA, 2010).

Também por parte dos empresários, com vistas não apenas a abertura de novos negócios, mas principalmente para a difusão de uma cultura empreendedora nas organizações e para os que nelas trabalham, uma série de iniciativas foi tomada. A CNI, por exemplo, cria o Programa de Ensino Universitário de Empreendedorismo, e funda, em 2008, um conselho próprio sobre a temática educacional, cujo um dos objetivos é fortalecer a educação empreendedora. (COSTA et al, 2010; COSTA, 2010). A criação em 2004 pela FIRJAN do Conselho Empresarial de Jovens Empresários, e pela FIESP do Comitê de Jovens Empreendedores (COSTA et al, 2010; COSTA, 2010).

Costa (2010) destaca também a permeabilidade do empreendedorismo entre entidades da classe trabalhadora no que tange a formação profissional. A autora se refere ao documento elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com a Central Geral dos Trabalhadores CGT e a Força Sindical em 1996, intitulado “Carta do Rio: Educação e Emprego no Brasil no Próximo Milênio”. Sobre a educação profissional, o documento prescreve que esta deveria: “[...] pretender o fomento do trabalho, entendido como a atividade humana produtiva no sentido amplo, como elemento pilar para a construção da cidadania e para o desenvolvimento da capacidade empreendedora” (CUT, CGT & FORÇA SINDICAL, 2010, apud COSTA, 2010).

A autora ainda indica que o ensino de empreendedorismo, embora tenha se iniciado em 1947 na Harvard *Bussines School*, foi apenas em 1970 que as universidades e escolas estado-unidenses passam a dar maior relevância a estes cursos, expandindo-se mais propriamente nos anos de 1980. No Brasil, os cursos de empreendedorismo datariam de 1990, tomando corpo com a expansão dos cursos de graduação em administração, e teria como marco a entrada da temática nas Diretrizes Curriculares Nacionais destes cursos, movimento que estaria em consonância com o cenário de mercantilização da educação (COSTA, 2010).

Neste contexto, a educação, e em seu bojo compreendida a atuação das empresas juniores, passa a se caracterizar pela estreiteza da formação para o mercado e a operar como um mecanismo de reprodução do sistema capitalista. Onde reside a crítica dos autores e seu marco interpretativo, pois consideram que o papel da educação deveria estar ligado à emancipação e libertação humanas (COSTA et al, 2010; COSTA, 2010).

Nota-se que neste segundo grupo de autores, embora haja uma convergência geral em relação à crítica às empresas juniores, há

detalhamentos e divergências no que tange ao fundamento de suas análises, bem como a suas posições teórico-políticas, expressas em suas concepções de Universidade. Em relação a estas últimas é possível perceber posições diferentes entre os autores: produzir conhecimento e extensão voltada a projetos sociais nas comunidades, sem excluir a formação de trabalhadores voltada às demandas de mercado (COSTA; HASHIMOTO, 2012); ser um espaço de reflexão (BICALHO; PAULA, 2012); indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e transformação social (REIS, 2001) e a emancipação humana (COSTA et al, 2010; COSTA, 2010). Neste ponto, considera-se pertinente destacar que nos posicionamos de acordo com estes últimos autores, pensamos que o compromisso da Universidade é com a emancipação humana, por meio da produção e difusão de conhecimentos orientados aos grandes dilemas da classe trabalhadora.

Em relação aos elementos contextuais relacionados às empresas juniores, alguns nos chamaram a atenção: a reestruturação produtiva e as características associadas a ela (COSTA, HASHIMOTO, 2012, REIS, 2001); a perspectiva de que haveria uma maior exigência de qualificação profissional dos trabalhadores relacionada às demandas das mudanças tecnológicas presentes em todos os setores da economia nos últimos 20 anos (COSTA; HASHIMOTO, 2012); a penetração da ideologia da administração, produzindo um efeito ilusório de ampliação das liberdades individuais, enquanto intensifica-se o controle e a dominação (BICALHO; PAULA, 2012); apagamento, ilusório, de fronteiras entre capitalistas e proletários (BICALHO; PAULA, 2012); associação entre empreendedorismo e neoliberalismo, sintetizados numa perspectiva gerencialista presente nos processos de reforma dos Estados (COSTA et al, 2010) e no contexto neoliberal de desregulamentação e precarização do trabalho, e mercantilização da educação (COSTA, 2010); e as políticas educacionais dos anos de 1990, orientadas pelo BM e pela reforma do Estado (REIS, 2001).

Especificamente, Costa (2010) e Costa et al (2010) apontam o movimento da burguesia industrial, tanto da CNI, quanto mais especificamente da FIESP e da FIRJAN, na difusão do empreendedorismo na educação e de maneira geral entre a juventude. No próximo capítulo, investigamos as convergências entre a proposta pedagógica da Brasil Junior e o projeto educativo dos industriais.



## 4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA BRASIL JUNIOR E DO SISTEMA INDÚSTRIA

Neste capítulo apresentaremos nossa análise dos documentos selecionados em nosso *corpus* de autoria da Brasil Junior e do Sistema Indústria (CNI/SESI/SENAI/IEL). A partir da leitura dos documentos apresenta-se o debate dos pontos de convergência do projeto educativo da burguesia industrial e a proposta pedagógica das empresas juniores, consolidadas como um sujeito político coletivo em sua própria confederação a Brasil Junior. A ênfase se dá no lugar da ideologia do empreendedorismo na formação para o trabalho complexo no Brasil frente às transformações do capitalismo contemporâneo.

### 4.1 OS DOCUMENTOS DA BRASIL JUNIOR

De início, nota-se a escassez de documentos que indiquem os posicionamentos e direcionamentos do chamado movimento empresa júnior ao longo do tempo: não há disponíveis, por exemplo, quaisquer documentos que registrem as sínteses e decisões dos Encontros Nacionais de Empresas Juniores (ENEJ), que são realizados desde 1993.

Foram analisados cinco documentos: Conceito Nacional de Empresa Júnior; Estatuto da Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Júnior; Relatório Censo e Identidade 2008, Relatório Censo e Identidade 2012; e, Planejamento Estratégico da Rede – 2013-2105 (BRASIL JUNIOR, 2008; 2012b; 2012c; 2012d; 2014b)<sup>55</sup>. As principais questões que foram levantadas para interrogar e analisar os documentos foram: Quais são as considerações da Brasil Junior sobre as empresas juniores? Quais são suas considerações sobre o papel das empresas juniores? Quais considerações fazem em relação ao processo de expansão das empresas juniores na Universidade brasileira? Quem são os empresários juniores?

O documento Conceito Nacional de Empresa Júnior<sup>56</sup> teve sua primeira versão elaborada no IX ENEJ em 2001 (SOUZA; DOURADO,

---

<sup>55</sup> Tendo em vista a escassez de documentos produzidos pela Brasil Junior decidimos por utilizar documentos que ultrapassaram o recorte temporal de nossa pesquisa, com o cuidado de realizar as análises focando aquilo que apontam como tendências e concepções de fundo destas organizações.

<sup>56</sup> Este documento define os "critérios que deverão ser respeitados e seguidos, a fim de que uma associação civil seja reconhecida como uma empresa junior por

2003; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008). De acordo com o documento, as empresas juniores são associações civis, vinculadas a uma IES, e a um ou mais cursos de graduação e formada apenas por estudantes desses cursos, vinculados a EJ como voluntários (BRASIL JUNIOR, 2012b, p. 1). Neste documento, as finalidades estabelecidas para uma empresa júnior estão relacionadas na formação baseada na vivência empresarial e no empreendedorismo, bem como a prioridade da realização de projetos para micro e pequenas empresas, terceiro setor e pessoas físicas, objetivando o que consideram o "desenvolvimento da sociedade" – embora em nenhum momento deste documento se esclareça o que entendem por essa expressão:

Artigo 3º - A finalidade da empresa júnior deve estar definida em estatuto como:

I – Desenvolver profissionalmente as pessoas que compõem o quadro social por meio da vivência empresarial, realizando projetos e serviços na área de atuação do(s) curso(s) de graduação ao(s) qual(is) a empresa júnior for vinculada;

II – Realizar projetos e/ou serviços preferencialmente para micro e pequenas empresas, e terceiro setor, nacionais, em funcionamento ou em fase de abertura, ou pessoas físicas, visando ao desenvolvimento da sociedade;

III – Fomentar o empreendedorismo de seus associados. (BRASIL JUNIOR, 2012b, p.1)

Esta mesma noção sobre a atuação das EJs visando o desenvolvimento está presente no Estatuto da Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Junior<sup>57</sup> (BRASIL JUNIOR, 2012c). Embora ainda de forma vaga o texto do documento indica que os empresários juniores, agora confederados, consideram que o papel das empresas juniores é o de promover o desenvolvimento do país e relacionam a isso a educação em negócios e o fomento ao empreendedorismo:

---

parte da Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Junior" (BRASIL JUNIOR, 2012a, p.1).

<sup>57</sup>Embora o documento date a fundação da Brasil Junior em agosto de 2003, durante o XI ENEJ, e seu registro cartorial date abril de 2004, os trabalhos de Souza e Dourado (2003), e Queiroz, Sobrinho e Alexandre (2008, p. 137) indicam que o processo para formação da confederação se iniciam no IX em 2001.

Artigo 2º - A Brasil Junior tem como finalidade fomentar, desenvolver e regular as Empresas Juniores brasileiras [...] promovendo e apoiando o desenvolvimento do País nas suas dimensões econômica, social, educacional, cultural e especialmente:

I – promover e divulgar o Conceito Nacional de Empresa Junior como o elo entre as comunidade acadêmicas e a sociedade em geral;

II – promover gratuitamente a educação em negócios por meio das Empresas Juniores, criando assim uma ligação entre a Universidade e o mercado de trabalho, por meio do fomento ao empreendedorismo [...] (BRASIL JUNIOR, 2012c, s.p.).

Nestes dois documentos, que nos parecem centrais na organização das empresas juniores do país, uma vez que definem sua configuração e regulam as empresas juniores e sua confederação. A formulação que os empresários juniores apresentam sobre o papel das empresas juniores está relacionado a promover o desenvolvimento da sociedade e do país, sendo a vivência empresarial, educação em negócios e empreendedorismo o eixo central de seu discurso. As micro e pequenas empresas, e o terceiro setor, também são um elemento em seu discurso associado à noção de desenvolvimento. No entanto, não há nos documentos menção ao que entendem por desenvolvimento, e mesmo empreendedorismo.

No documento Planejamento Estratégico da Rede – 2013-2105 (BRASIL JUNIOR, 2014b), as expressões dos documentos anteriores, "desenvolvimento da sociedade" e "desenvolvimento do país" (BRASIL JUNIOR, 2012b; 2012c) que denotam seu horizonte são substituídas por "transformar o Brasil". Embora o termo seja substituído, nos parece que o sentido se mantém o mesmo, e ganha um pouco mais de detalhamento. De acordo com o documento, o movimento empresa júnior orienta-se na conformação de um "Brasil Empreendedor":

Acreditamos em um país mais competitivo, com empresas melhores, governos melhores e universidades melhores; mais ético; íntegro e comprometido com a verdade; mais meritocrático, onde as pessoas são protagonistas de seu crescimento e mais realizador, onde boas ideias saem do papel. (BRASIL JUNIOR, 2014c, s.p.)

Embora este seja todo detalhamento apresentado no documento, nota-se que o sentido das expressões "desenvolvimento" e "transformação" está intimamente ligado ao de empreendedor. Esta relação é observada também na definição do que chamam de sua missão: "formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de transformar o Brasil"<sup>58</sup> (BRASIL JUNIOR, 2014a, s.p.). A noção de empreendedorismo também está presente nos valores que arrolam para o MEJ: Compromisso com os Resultados; Sinergia (visões compartilhadas e trabalho cooperativo); Postura Empreendedora; Transparência e, Orgulho de ser MEJ (BRASIL JUNIOR, 2014a, s.p.). Depreende-se daí que consideram que o papel das EJs é o de formação de empreendedores comprometidos com o sentido que dão para a transformação do país e com os valores do movimento.

A noção de empreendedorismo, particularmente de empreendedor, é apresentada no documento desde uma perspectiva gerencialista e como uma visão de homem. Ou seja, não está restrita à figura do empresário, mas nos parece à difusão dessa figura, e de uma postura frente ao mundo associada a ela, a qual transposta a todas as dimensões da vida social. De acordo com o texto:

O conceito de "empreendedor" adotado nesta estratégia não é o indivíduo que abre ou possui uma empresa. O conceito utilizado de "empreendedor" é: "indivíduo que, por meio de aprofundada competência em gestão e elevado senso de responsabilidade, é capaz de gerar resultados de grande impacto e abrangência na Sociedade". Esse desenvolvimento se dá por meio de competências gerenciais, técnicas e empreendedoras, além do desenvolvimento de valores, crenças e habilidades pessoais. (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.)

Assim, é possível extrair que a noção de empreendedorismo é associada, pela Brasil Junior, a competências, habilidades, valores e crenças individuais e com um horizonte de transformação/desenvolvimento do país. As competências passam por noções gerenciais e também pelo que chamam de competências

---

<sup>58</sup>Esta é a mesma formulação presente no texto de Feldhaus, Pereira e Neto (2012), que segundo os autores foi elaborada por eles em conjunto com a Brasil Junior por meio da realização de seminários em outubro de 2009.

empreendedoras: "capacidade de assumir riscos calculados, o inconformismo, visão para oportunidade, pensamento inovador, entre outras" (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.). É a partir dessa noção que a Brasil Junior parece definir, em seus termos, o principal papel do MEJ – a formação empreendedora.

Esta formação se daria por duas formas. A primeira, e principal, a vivência empresarial, considerada a vivência na própria empresa júnior, que articularia três eixos: aprendizado por gestão, por projetos e promoção da cultura empreendedora ao universitário. E a segunda, o estímulo à cultura empreendedora na universidade – fomentando o empreendedorismo nos currículos, realizando eventos, etc. (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.). Nota-se que, em seus objetivos, a proposta político/pedagógica do MEJ é expandida, visa atingir não apenas aqueles estudantes vinculados às empresas juniores, objetivando a introdução do empreendedorismo nas organizações curriculares e como uma temática de estudos e eventos.

A centralidade na vivência empresarial denota o caráter pragmático e utilitário que conferem à educação, e parece indicar a ênfase que dão à experiência individual na formação, em detrimento da apropriação crítica do conhecimento. Esta questão fica ainda mais evidente quando definem a vivência empresarial reificando a atividade formativa como processos industriais em que o *input* é o estudante e *output* é o empreendedor:

Nesse meio, a compreensão da Vivência Empresarial é essencial para a determinação de que aspectos estratégicos devem ser tratados como prioridades num processo de concepção da estratégia do movimento. Trata-se de uma metodologia capaz de responder algumas questões, como: “qual principal produto do Movimento Empresa Júnior?”.

Pensando-se numa dinâmica de linha de produção, tem-se como principal output o “empreendedor comprometido e capaz de transformar o Brasil”. É esse o principal valor entregue pelo Movimento Empresa Júnior ao seu cliente, neste caso, definido como a sociedade.

Paralelamente, o principal input do processo é o universitário ingressante em uma Empresa Júnior (EJ). Sob essa ótica, tem-se a vivência empresarial como o principal meio de produção, “ferramenta”

ou até “máquina” para a transformação do universitário no empreendedor. (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.)

Ou seja, o principal “produto” das empresas juniores para a sociedade seria a transformação do estudante universitário em empreendedor. Nesse sentido, o termo vivência empresarial sintetiza o processo pelo qual o estudante passa na empresa júnior, desenvolvendo “competências gerenciais, técnicas e empreendedoras, além do desenvolvimento de valores, crenças e habilidades pessoais” (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p.) para se tornar um sujeito empreendedor. Nota-se a ênfase na prática como meio educativo, na aplicação nos projetos da empresa de competências técnicas, mas principalmente gerenciais e empreendedoras.

Os Relatórios Censo e Identidade nos permitem ter uma dimensão da quantidade de empresas juniores nas universidades brasileiras, algumas indicações do percurso histórico de sua expansão, e de quem são os estudantes vinculados a esses dispositivos. Ainda que não sejam elementos muito precisos, uma vez que são pesquisas produzidas pela própria Brasil Junior (BJ) e com poucas referências ao seu método de condução<sup>59</sup>, tomamos os dados levantados como uma expressão indicativa da dimensão dessas organizações nas universidades, em especial nas públicas. Estas pesquisas, de acordo com a BJ (2008; 2012d), tem o objetivo de indicar a dimensão do movimento empresa júnior e traçar o perfil das EJs e dos estudantes que delas participam (BRASIL JUNIOR, 2008; 2012d).

O primeiro dado relevante, pois este é um dos poucos dados que nos dão uma indicação da difusão das empresas juniores pelas universidades e o único que encontramos que indique a quantidade de EJs divulgado pela Brasil Junior, é a quantidade de respondentes dos questionários. No relatório de 2008, foram 204 EJs e 1610 empresários juniores. No texto ainda é indicado que 117 EJs são federadas à Brasil Junior em 10 federações estaduais, e apresentada uma estimativa de 1000 EJs e 23.300 empresários juniores no país<sup>60</sup> (BRASIL JUNIOR, 2008, p.3).

---

<sup>59</sup>No relatório de 2008 não qualquer referência de como foi conduzida a pesquisa. No de 2012 é relatado à realização de um questionário baseado nas diretrizes estratégicas do MEJ (BRASIL JUNIOR, 2012c, p.3). No entanto, o questionário não é disponibilizado.

<sup>60</sup>Não há indicação de como essa estimativa foi elaborada, ou qualquer dado que suporte a afirmação. Mesmo assim, consideramos que este dado no indica ao

Em 2012, o número de respondentes foi de 365 EJs e mais de 4000 empresários júniores (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.2-3). Destas, aproximadamente 193, são federadas (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.17). No entanto, não há menção a estimativa de quantidade total de EJs no país, nem mesmo a quantidade total de federadas.

Em relação à natureza da instituição, os relatórios apontam uma participação majoritária nas IES públicas. Em 2008, 90,88% das EJs respondentes da pesquisa são vinculadas a IES públicas (54,39% em federais e 36,49% em estaduais) e apenas 9,12% nas privadas (BRASIL JUNIOR, 2008, p.4). Já em 2012, o número de EJs vinculadas a IES públicas é de 87,39% (63,83% em federais e 23, 56% em estaduais), 10,95% nas privadas (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.14). Mesmo havendo um crescimento nas IES privadas em relação ao que fora apontado no relatório de 2008, e que em números absolutos isso signifique uma duplicação da quantidade<sup>61</sup>, a presença nas universidades públicas é vertiginosamente maior.

Em relação a características dos estudantes que participam das empresas juniores, alguns dados nos chamaram atenção: renda própria e familiar; motivação; e perspectivas após a graduação. Além destes, outros dados nos ajudam a nos aproximar de uma visão geral desses estudantes: cerca de 52% afirmaram nas pesquisas ser do sexo masculino e 48% do sexo feminino; a idade se concentra na faixa de 18 a 22 anos; cerca de 75% em 2008 e 70% em 2012 declararam-se brancos<sup>62</sup>; e cerca de 70% estudaram em escolas particulares, antes de ingressarem na universidade<sup>63</sup> (BRASIL JUNIOR, 2008; 2012d).

Não há menção a renda própria no relatório de 2008. Já no relatório de 2012, 50% dos respondentes declararam não ter renda própria, e 24% declararam receber menos de um salário mínimo (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.88). Não há referência a origem da renda, mas pela declaração do valor, supomos que em maioria deve estar

---

menos como a própria Brasil Junior percebe a penetração das EJs nas universidades. Ou ao menos o discurso que fazem de sua extensão, e difusão pelas universidades.

<sup>61</sup>Aproximadamente de 18 EJs em 2008 para 40 em 2012. Observando que este número ao total de respondentes das pesquisas, o que não significa necessariamente a quantidade total.

<sup>62</sup>Embora não seja objeto direto de nossa pesquisa, consideramos que este é um dado relevante uma vez que ambos os relatórios foram confeccionados quando já eram vigentes nas universidades as leis e programas de ações afirmativas.

<sup>63</sup>Idem a nota anterior.

relacionada a recebimento de bolsas referentes a atividades na universidade<sup>64</sup>.

Em relação à renda familiar, em 2008, 92,83% declarou que sua renda familiar era a partir de cinco salários mínimos (SM) e apenas 7,16% abaixo desse valor (BRASIL JUNIOR, 2008, p. 16). Dos que declararam renda acima de cinco salários mínimos: 23,19% declararam entre 05 a 10 SM; 22,96% entre 10 e 15 SM; 17,20% entre 15 e 20 SM; 10,51% entre 20 a 25 SM; 8,22% entre 25 e 30 SM; e, 10,75% acima de 30 SM (BRASIL JUNIOR, 2008, p. 16).

Já em 2012, cerca de 26% declararam renda familiar de até cinco salários mínimos e cerca de 74% acima desse valor (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.88). Entre os que declararam até cinco SM, 19% concentram-se na faixa entre 02 e 05 SM (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.88). E, entre os que declaram receber acima de 05 SM: 34% se consideram na faixa de 05 a 12 SM; 26% de 12 a 25 SM; e, 13% acima de 25 SM (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.88).

Embora saibamos que renda e classe sejam conceitos distintos, e não possamos confundir um com o outro. E que não haja dados que se refiram aos estratos de classe desses estudantes, pensamos que a renda familiar pode nos dar indícios significativos de que uma parte considerável destes estudantes encontra-se em posição distintas da ampla maioria da classe trabalhadora do país.

Em relação à motivação para participar das empresas juniores, em 2008, 86,40% dos participantes declararam ser o desenvolvimento profissional (BRASIL JUNIOR, 2008). Em 2012, esse dado é fracionado entre aqueles que em relação ao motivo atual de estar numa EJ mantiveram a mesma motivação de quando entraram, e os que mudaram de posição. Ainda assim, o crescimento profissional continua sendo o maior motivo: com 76% entre os que mantêm as mesmas motivações e 28% entre os que mudaram. Entre aqueles em que a motivação para permanecer é diferente de quando entraram, que são 64% do total de respondentes, além dos 28% que declararam que sua principal motivação para permanecer seria crescimento pessoal, 16% declararam que esse motivo é "ser agente de transformação do país", a variação em outros motivos não atinge 10% cada (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.57).

No relatório de 2012, há ainda outro dado que nos parece significativo, pois pode indicar alguns efeitos da experiência dos

---

<sup>64</sup>Uma vez que o vínculo com a EJ é de voluntariado, pensamos que essa renda não está relacionada à participação na empresa júnior.

estudantes nas empresas juniores, é o que pretendem fazer no que chamam de pós-MEJ, e parece estar relacionada aos desejos e perspectivas ao terminar a graduação. Dos respondentes, 64% pretendem trabalhar em uma empresa privada e 28% pretendem abrir um negócio. A perspectiva de um emprego público, de seguir carreira acadêmica e mesmo de trabalhar no que chamam de "projetos sociais" é rejeitada por cerca de 80% dos respondentes (BRASIL JUNIOR, 2012d, p.61).

#### 4.2 OS DOCUMENTOS DO SISTEMA INDÚSTRIA

Os empresários industriais organizados na CNI e no seu aparato educativo, SESI/SENAI/IEL (que configura em conjunto o Sistema Indústria), demonstram um alto grau de organicidade na defesa dos seus interesses de classe para os mais distintos aspectos da vida social, o que pode ser percebido pela larga quantidade de documentos disponíveis pela entidade<sup>65</sup>. Por conta disso, ao longo da pesquisa foram selecionados documentos que pudessem auxiliar na análise das relações entre educação e empreendedorismo, educação superior e empresas juniores.

Demos centralidade em nosso *corpus* a cinco documentos: Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior; Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior – Análise da Segunda Versão do Anteprojeto; Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015; Inova Engenharia – Propostas para a Modernização da Educação em Engenharia no Brasil; Educação para a Nova Indústria – Uma ação para o desenvolvimento sustentável (CNI *et al* 2004; CNI *et al* 2005a; CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006; CNI, 2007)<sup>66</sup>. Interrogamos os documentos no sentido de depreender o lugar da ideologia do empreendedorismo em suas diretrizes educacionais, o que demandam da formação para o trabalho complexo na educação superior, que sujeito lhes interessa que se forme nas universidades, e mais especificamente que papel tem as empresas juniores em sua estratégia educativa.

---

<sup>65</sup> Acessando o sítio da CNI é possível verificar a grande quantidade de documentos disponíveis, dos mais variados tipos (estatísticas, informes legislativos, a documentos programáticos).

<sup>66</sup> Todos os documentos foram produzidos sob a gestão de Armando Monteiro Neto na CNI (2002-2010). Monteiro Neto é o atual ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Roussef.

Em linhas gerais, nesse momento os industriais, sob o *télos* da competitividade (RODRIGUES, 1998), reivindicavam um aprofundamento do programa neoliberal de reforma do Estado, com vistas a aperfeiçoar o ambiente econômico e social para valorização de seus capitais e alçar uma melhor posição no bloco de poder dirigido pelo capital financeiro (CNI, 2002; CNI *et al* 2005b; CNI, 2006; CNI, 2010).

Assim ao longo dos anos vão apresentando em seus documentos um conjunto de pautas, entre as quais podemos destacar a redução do Estado (dos gastos, das regulações, e da intervenção econômica), reforma tributária (redução da carga tributária, retirada de impostos do *spread* bancário) e modernização trabalhista (desregulação trabalhista, com incentivo a novas formas de contratação, preponderância do negociado sobre o legislado, diminuição dos encargos), dentre outras que a despeito do discurso, visam o uso do fundo público para favorecer sua lucratividade, e a expropriação ainda maior dos direitos da classe trabalhadora, ou seja, um Estado maior para o capital e menor para o trabalho, quando se trata dos direitos sociais e trabalhistas (CNI, 2002; CNI *et al* 2005b; CNI, 2006; CNI, 2010).

É notável a estratégia de obliteração que usam corriqueiramente, apresentando seus interesses particulares como gerais da sociedade (CNI *et al* 2004; CNI *et al* 2005a; CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006; CNI, 2007). Deslocando o caráter de classe específico de suas diretrizes políticas, procuram capturar os leitores a seu projeto societário e de sociabilidade. É desta forma que vão, ao longo dos documentos, apresentando seu projeto educacional, como pode ser visto nessa passagem:

Toda sociedade é convidada a ousar, promovendo a revolução de valores compatíveis com os desafios e proposições dessa Contribuição da Indústria, que está acima de preconceitos. Superá-los exige um espaço permanente de interação e intercâmbio de idéias criativas. O Sistema CNI, por meio de suas 27 Federações, espera ser esse espaço de construção do futuro do Brasil, cujo pilar é a educação. (CNI *et al* 2004)

Concomitantemente, utilizam de uma estratégia discursiva de concertação social, muito próprio do neoliberalismo de terceira via. Assim, apresentam que como resultado de suas políticas todos, tanto capital quanto trabalho, seriam beneficiados. Moldam, então, sua estratégia discursiva, mesclando um discurso empresarial mais duro,

com o discurso que remete a ideia de um capitalismo mais humanitário. Por exemplo:

**O País que queremos.** O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial: inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos.

O Mapa Estratégico é uma proposta para o País. O Brasil que se deseja em 2015 é um País com maiores níveis de emprego e renda, com desigualdades sociais e regionais reduzidas, melhores condições de vida, com um ambiente institucional que incentive a expansão dos negócios e promova o crescimento econômico. (CNI *et al* 2005b, p. 9, 67)

No bojo das políticas de elevação da competitividade que a educação é encarada em seus documentos. A educação aparece como um elemento de competitividade industrial, associando a escolarização da população à produtividade das empresas (CNI *et al* 2004; CNI *et al* 2005a; CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006; CNI, 2007). Assim, no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015:

Educação e conhecimento são pilares do Mapa. O aumento da competitividade e da capacidade de inovação dependem do equivalente a uma revolução no sistema de educação e da geração e difusão do conhecimento. A chave dessa transformação reside em medidas voltadas para a elevação da qualidade da educação básica e na criação de condições para o desenvolvimento de um sistema de educação continuada flexível e de qualidade. [...]

A educação é uma fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade. A educação e a saúde da população brasileira são pilares do Mapa Estratégico. O posicionamento competitivo da indústria brasileira está, cada vez mais, apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de

informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade. (CNI *et al* 2005b, p. 14, 31)

A partir desse conjunto discursivo e com essa visão de educação que constroem suas diretrizes para a educação superior no período. O documento Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior (CNI *et al* 2004), construído no contexto de discussão do anteprojeto de lei da reforma universitária<sup>67</sup>, associa a educação a inovação e competitividade na inserção do que chamam de “sociedade da informação e do conhecimento”. As chaves que fundamentam seu discurso educativo são exatamente a “sociedade da informação e conhecimento”, “o capital humano” e a “inovação”:

A **informação e o conhecimento** passaram a ser as bases fundamentais para o desenvolvimento. A Indústria vive uma transformação radical no qual os seus principais ativos deixaram de ser máquinas e prédios e passaram a se concentrar em ativos intangíveis como o **capital humano** e a capacidade de executar processos e de **innovar** [...] A Visão de Futuro que a Indústria deseja compartilhar com a sociedade brasileira está sendo consolidada no Mapa Estratégico da Indústria, que se propõe a identificar os pilares fundamentais para o desenvolvimento e os objetivos ligados a cada um deles. O cenário proposto para a construção do Mapa Estratégico leva em consideração que:

O maior valor agregado na produção hoje provém do conhecimento.

A informação constitui insumo básico para a competitividade.

A agilidade e a qualidade são elementos essenciais no contexto competitivo.

---

<sup>67</sup> O documento teria sido produzido como uma resposta da indústria para o convite do então Ministro da Educação do governo Lula, Tarso Genro, para contribuir na reforma da educação superior. O documento expressaria o resultado de pesquisas e consultas realizadas aos empresários industriais e centros geradores de conhecimento, entrevistas com especialistas, *workshops* (CNI *et al* 2004). No entanto, não apresenta registros destas atividades.

A inovação é uma estratégia chave para o desenvolvimento econômico e implica constantes mudanças. (CNI *et al* 2004, p.3, grifos nossos)

Para os industriais estaríamos num novo estágio do desenvolvimento econômico, caracterizado como a “sociedade do conhecimento” ou “era do conhecimento”, no qual as tecnologias dominantes seriam fundadas no conhecimento intensivo, nos processos de produção predominaria a interação homem-homem em detrimento da interação homem-máquina, e o principal fator de crescimento econômico seria a inovação (CNI *et al* 2004)<sup>68</sup>. Nota-se que essas concepções estão em consonância com o que pensa o BM, que é inclusive citado no documento, e que o documento já se refere ao Mapa Estratégico da Indústria, documento publicado somente em 2005, indicando assim o Mapa como um documento orientador da confecção dos demais.

Desta maneira, constroem seu discurso teleológico no qual o horizonte do desenvolvimento, em alguns momentos desenvolvimento sustentável<sup>69</sup>, e da competitividade seria alcançado por meio da

---

<sup>68</sup> A ideologia da sociedade do conhecimento e da informação, ou economia do conhecimento, é defendida por um conjunto extenso de autores e ganha expressão no pós Segunda Guerra Mundial, entre seus formuladores destacam-se Daniel Bell e Manuel Castells. Estas noções possuem um forte caráter anti-marxista e, a grosso modo, defendem que a partir daquele momento histórico a informação e o conhecimento se tornariam as principais forças produtivas, apregoando com isso o fim da sociedade de classes, a predominância do emprego no setor de serviços pautados pelo conhecimento e a tecnologia. Fazendo parte de um ideário de forma articulada as teorias do capital humano e as teses do fim do trabalho. Há um extenso conjunto de críticas a essa ideologia e seus efeitos na educação. Em linhas gerais, essa ideologia oblitera o condicionamento do avanço da ciência e tecnologia a contradição fundamental das sociedades capitalistas entre capital e trabalho, e ao contrário do que estes ideólogos defendem este avanço por sua vez dinamiza e intensifica esta contradição e não a apaga. A noção de sociedade do conhecimento foi incorporada como parte do ideário do BM como uma das teses justificatórias de suas políticas para os países dependentes (MARI, 2006). Mari (2006), ao analisar a ideologia da sociedade do conhecimento e sua articulação pelo BM para as reformas do ensino superior, conclui que esta exprime o movimento de mercantilização do conhecimento: “O conhecimento como expressão máxima da capacidade humana compreender-se a si e construir-se como ser social tende a ser acentuado como relação privada mercantil”(MARI, 2006, p.237).

<sup>69</sup> “A CNI persegue o desenvolvimento sustentável do Brasil. Tem consciência da relevância da educação superior para atingir essa meta e propõe que haja um

inovação e do capital humano (CNI *et al* 2004). E como um fator basilar para sustentar o capital humano e a inovação e por consequência aproximar-se do seu horizonte, está a educação. Com isso balizam a definição de objetivos e desafios para alcançar o *télos*:

Os objetivos para o Brasil se inserir na sociedade da informação e do conhecimento são os seguintes:

- Aumento da escolaridade média da força de trabalho.
- Melhoraria da qualidade da educação em todos os níveis.
- Ampliação do número de matrículas na educação superior, por ser agora mais importante criar e utilizar efetivamente o conhecimento.
- Fortalecimento da capacidade de investigação das universidades e sua interação com empresas e instituições de pesquisa.
- Desenvolvimento de oportunidades de aprendizagem a longo prazo para facilitar o aprendizado e reciclagem contínuos.

Entre os diversos desafios identificados, destacam-se aqueles diretamente ligados aos pilares da Educação e da Inovação, integrados por:

- Qualidade da Educação Básica. Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica.
- Adequação da Educação Superior às Necessidades da Sociedade e do Sistema Produtivo.
- Promoção da Cultura Empreendedora na Educação.
- Consolidação das Práticas de Educação Continuada.
- Fomento da Inclusão Digital.
- Estimulo à Atração e Retenção do Capital Humano.
- Incentivar a atividade de Inovação nas Empresas (CNI *et al* 2004, p.3)

Nesse quadro, junto ao conjunto de suas diretrizes educacionais, está reservado um lugar para o empreendedorismo na educação, sempre balizado pelas noções de capital humano e inovação (CNI *et al* 2004). No documento, os industriais apresentam uma série de medidas que coerentes com o movimento de subsunção da educação a lógica de valorização do capital, como<sup>70</sup>: o reconhecimento da diversificação

---

diálogo produtivo permanente capaz de mobilizar a sociedade e o governo (CNI *et al* 2004, p.10)”.

<sup>70</sup> Destaca-se que o documento é enfático em indicar que os interesses da indústria são interesses da sociedade em geral, e apresentam as conclusões de

institucional, confirmando a dissociação entre universidades de ensino e de pesquisa; o que chamam de autonomia substantiva, ligada ao financiamento; no campo do financiamento, ao mesmo tempo que reivindicam a ampliação do orçamento das IES, clamam também pelo estímulo a auto-sustentabilidade financeira das IES por meio da privatização do conhecimento (serviços de *royalties* e patentes) e parcerias com o setor privado e pela vinculação entre financiamento e produtividade; Implantação de formas de gestão e avaliação de cursos em moldes empresariais, nas chaves de aferição de qualidade, eficiência, eficácia; a flexibilização da formação, cursos com saídas intermediárias, cursos aligeirados e afins; ampliação da oferta da educação a distância (CNI *et al* 2004).

Neste íterim há ainda dois eixos que serão repetidos, quase como “um mantra”, ao longo dos documentos: a interação universidade-empresa, por meio de pesquisa colaborativa (e nesse sentido apontando constantemente para a pesquisa aplicada e para a inovação), criação de incubadoras de empresas, estímulo a estágios nas empresas, estímulo à prática de pesquisa no processo educativo; e com bastante ênfase o redirecionamento da matriz formativa para as engenharias e áreas tecnológicas, ampliando a oferta de vagas na educação superior prioritariamente nestas áreas (CNI *et al* 2004).

Mas, não bastasse esse conjunto de medidas, há uma direção de sua política interessada nos conteúdos programáticos dos cursos. Para os industriais é preciso flexibilizar e adequar os conteúdos as novas necessidades da sociedade do conhecimento, e dentre os novos conteúdos a “cultura empreendedora”:

Desafio · Adequar os conteúdos programáticos da educação superior aos requisitos da sociedade do conhecimento

Propostas · Estabelecimento do equilíbrio entre os conteúdos programáticos e as práticas de aprendizagem, contemplando ciência, tecnologia e gestão com as atividades humanas e resolução de problemas locais e regionais.

---

uma pesquisa que teria sido feita em uma primeira etapa coletando as opiniões dos empresários e outra com uma pesquisa de sondagem da opinião pública: “Os resultados nos levam a concluir que: A percepção da sociedade em relação à Universidade e à Reforma da Educação Superior é pragmática. Segundo a pesquisa, a universidade deve atender às necessidades do setor produtivo e do mercado de trabalho [...]” (CNI *et al*, 2004).

Disseminação de uma cultura empreendedora em todos os níveis educacionais, capaz de levar o futuro profissional à aplicação prática das informações e conhecimentos adquiridos. Criação de mecanismos e ambientes que estimulem a formação de profissionais criativos e preparados para a prática da inovação. (CNI *et al* 2004, p.9)

Além de direcionar o que é dado a pensar na Universidade universidade com as políticas de pesquisa em interação com as empresas, pautadas no eixo da inovação, a CNI aponta para o próprio conteúdo da formação dos cursos, assim podemos perceber que o interesse dos industriais é na submissão mais completa da educação superior ao seu ímpeto por competitividade. Neste sentido, um dos conteúdos de interesse é a “cultura empreendedora”, que não é claramente definida no documento, mas que tem o sentido de levar a “aplicação prática do conhecimento”. Aliás, a ênfase na prática é perceptível nesta passagem: “práticas de aprendizagem”, “práticas de inovação”, “atividades humanas e resolução de problemas” (CNI *et al* 2004, p.9). Ou seja, não são apenas novos conhecimentos, mas a adequação a um sentido pragmático e utilitário para a formação.

Os conteúdos programáticos não são uma dimensão abordada no documento Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior – Análise da segunda versão do anteprojeto<sup>71</sup> (CNI *et al* 2005a). No entanto, permanece evidente a concepção pragmática sobre a educação, que as alterações qualitativas nessa área resultariam em desenvolvimento e por sua vez em qualidade de vida:

---

<sup>71</sup> Outro documento elaborado e publicado no contexto da discussão do anteprojeto de lei da reforma universitária do Governo Federal, neste momento em sua segunda versão que de acordo com o documento teria sido aperfeiçoado e corrigido (CNI *et al* 2005a). Assim a finalidade deste documento seria de contribuir com a redação final do anteprojeto, e por isso é organizado no sentido de demonstrar as convergências e divergências dos industriais com a nova versão – o documento analisa as razões da reforma, segue para uma sessão do que consideram avanços do anteprojeto, outra sobre os novos pontos abordados, pontos a serem aperfeiçoados e o que consideram que sejam omissões do anteprojeto (CNI *et al* 2005a). A elaboração do documento foi realizada por um GT Interinstitucional do Sistema Indústria, composto por: Carlos Alberto Rocha Cavalcante (IEL), Manuel Marcos Formiga (CNI), Alberto Borges de Araújo (SENAI) e Joana D’Arc Machado Cerqueira (SESI) (CNI *et al* 2005a).

Na economia do conhecimento, enfatizada pela CNI no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, o desenvolvimento econômico da nação está diretamente relacionado à capacidade de geração e inovação tecnológica. A capacitação tecnológica é, portanto, fundamental para um crescimento econômico sustentado e uma conseqüente melhoria nos índices de qualidade devida (CNI *et al* 2005a, p.15).

Assim, novamente apresentam suas diretrizes educacionais no sentido geral de alinhar a política educacional com a política industrial, com maior alocação de recursos para o trinômio “pesquisa, desenvolvimento e inovação”<sup>72</sup>, o fortalecimento do papel regulador e indutor do MEC, e a defesa aberta da livre iniciativa na educação, pela menor interferência do Estado nas particulares e pela defesa de abertura do setor educativo ao capital estrangeiro (CNI *et al* 2005a). Como afirma Kenji (2014), este documento marca o início de um processo de mudança nas diretrizes de políticas educacionais para os industriais, defendendo a livre iniciativa na educação superior e ampliando suas atividades nessa área, que culminará no documento “A Indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor” (CNI, 2010) com a diretriz de privatização, em sentido estrito, das universidades públicas estatais.

Ainda assim, neste momento, esta posição ainda não está madura nos documentos e convive com o projeto anterior, de formas privatistas ampliadas com a submissão das universidades aos interesses burgueses mais imediatos na formação de mão de obra e produção de conhecimento no caráter de inovação. E isto pode ser percebido num conjunto de medidas que o documento prescreve como: a vinculação entre avaliação e financiamento sob os critérios de eficácia e pautadas em metas de gestão; Avaliação tomada como “controle de qualidade”; A prioridade para a formação de engenheiros e a defesa da pesquisa colaborativa universidade-indústria (CNI *et al* 2005a).

No mesmo ano, a CNI publicou o documento Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que seria “um instrumento de articulação e coordenação da agenda da indústria” (CNI *et al* 2005b, p. 93). O documento demonstra o elevado grau de organização dos industriais

---

<sup>72</sup> Ressalta-se que quando fala de alocação de recursos a Indústria, em geral, remete-se a alocação de recursos do Estado, ou seja, do fundo público para suas prioridades.

como fração de classe, tendo sendo construído no Fórum Nacional da Indústria, e contado com a participação de associações setoriais da indústria, todas as federações estaduais dos industriais, os conselhos temáticos permanente da CNI, o GT de Reforma Universitária da CNI, empresários<sup>73</sup> e consultores convidados (CNI *et al* 2005b).

O documento foi construído com o modelo *Balanced Score Card* (BSC) que é o que chamam de “modelo de gestão da estratégia”, traduzindo-a em objetivos e construindo relações de causa e efeito entre eles (CNI *et al* 2005b, p.11). Assim é organizado em cinco eixos, cada qual levaria ao próximo: “bases do desenvolvimento”, “processos e atividades”, “mercado”, “resultados para o país” e “visão”<sup>74</sup>. Mas fica claro que o que orienta todo o Mapa é o eixo “mercado” que expressa o interesse da indústria em alcançar uma melhor posição no mercado internacional, como se pode verificar na passagem do documento: “O Mapa reforça e recomenda soluções de mercado. Parte da premissa que o Estado deve garantir instituições sólidas e de qualidade, tornando-se capaz de coordenar ações necessárias à criação de um ambiente econômico competitivo” (CNI *et al* 2005b, p. 13).

Assim, para os industriais, o alcance de uma posição competitiva no mercado condicionaria uma série de resultados para o Brasil, em que as partes interessadas alegadas seriam a sociedade, os trabalhadores, os empresários e o governo, dentre os quais o crescimento econômico com mais emprego e renda para os trabalhadores e os empresários e a elevação da qualidade de vida, que por sua vez resultariam no que seria a visão da indústria – o desenvolvimento sustentável<sup>75</sup> (CNI *et al* 2005b, p. 20, 65-73). Por sua vez para alcançar essa posição seria necessário adotar uma estratégia fundamentada no aumento da produtividade e do acesso à inovação, e para tanto prescrevem um extenso conjunto de

---

<sup>73</sup> Jorge Gerdau Johannpetter, do Grupo Gerdau; Roger Agnelli, da Cia. Vale do Rio Doce; Eugênio Staub, da Gradiente; David Feffer, da Suzano e Maurício Botelho, da Embraer (CNI *et al* 2005b, p.95). Jorge Gerdau e David Feffer fazem parte da direção do “Todos Pela Educação” (TPE), organização de empresários para pautar as políticas educacionais, criado em 2005 e fundado em 2006, que conta com grande influência no MEC (LEHER, 2010; EVANGELISTA, LEHER, 2012).

<sup>74</sup> O diagrama completo do Mapa pode ser visto no Anexo I.

<sup>75</sup> De acordo com o documento, desenvolvimento sustentável seria o resultado da conciliação entre crescimento econômico, da competitividade industrial, e aspectos sociais e ambientais, definido como o “conceito que permitiria a satisfação das necessidades atuais da sociedade sem comprometer a possibilidade de atendimento às gerações futuras” (CNI *et al* 2005b, p.73).

reformas e políticas, dentre as quais: Redução do Estado; Reforma do sistema político; Redução da carga tributária; Investimentos em infraestrutura, marcadamente por meio de parcerias público-privadas; Estímulo à ampliação do mercado de capitais; Reforma Trabalhista (CNI *et al* 2005b).

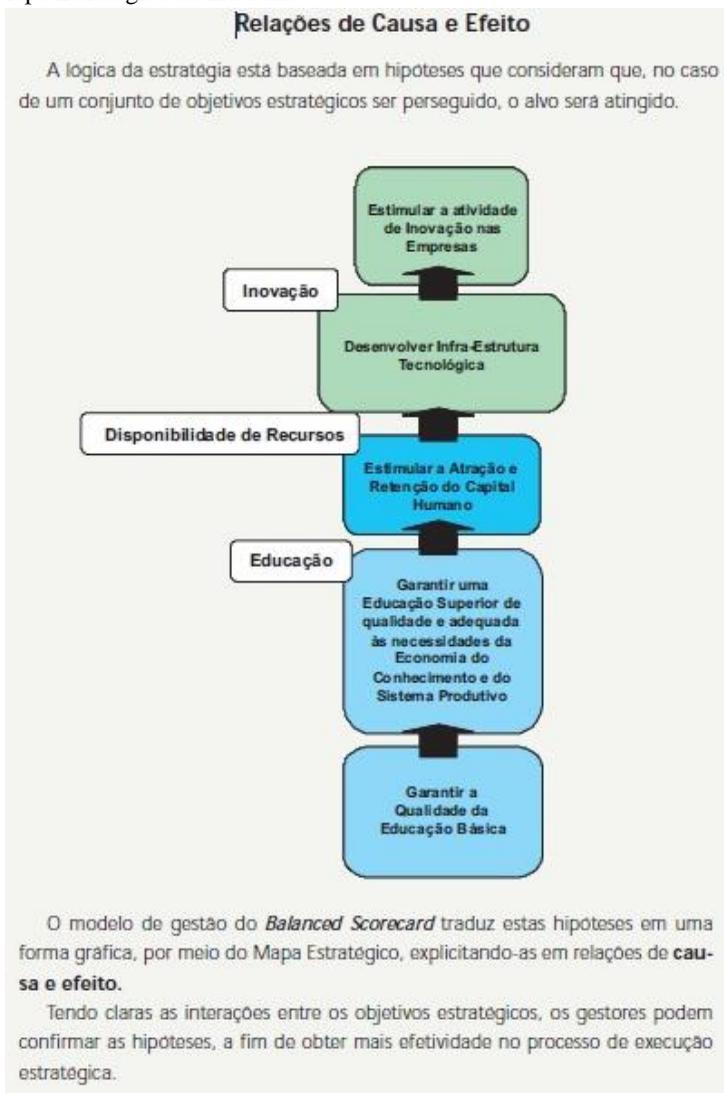
Destaca-se que no âmbito da Reforma Trabalhista, ou como chamam da adequação da legislação trabalhista às “exigências da competitividade”, os industriais são diretos prescrevendo ações de incentivo a novas formas de contratação, diminuição dos encargos e abertura de uma maior possibilidade de livre negociação entre empresários e trabalhadores para “reduzir os custos de contratação” (CNI *et al* 2005b, p.29) e com isso aumentar a produtividade. Outro ponto que chama atenção é a ênfase dada às micro, pequenas e médias empresas nas políticas prescritas para a expansão da base industrial, junto aos arranjos produtivos locais e as cadeias produtivas. De acordo com o documento, em 2002, as micro e pequenas indústrias eram responsáveis pelo emprego de 47% da força de trabalho da indústria, dado que é usado para afirmar que são elas um dos principais meios de geração de empregos. Assim para a CNI: “Incentivar o crescimento das micro, pequenas e médias indústrias é, pela sua importância na economia brasileira, fundamental para promover um crescimento gerador de empregos e com ampla abrangência setorial e territorial” (CNI *et al* 2005b, p. 45).

Como explicitado no capítulo dois, a defesa do papel das micro, pequenas e médias empresas na dinâmica econômica e social é um dos eixos do grupo de autores que defende as empresas juniores e a educação empreendedora (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012; SOUZA; DOURADO, 2003; QUEIROZ; SOBRINHO; ALEXANDRE, 2008). A CNI articula uma defesa semelhante, principalmente no que tange à geração de empregos em uma série de documentos, e prescreve o incentivo às empresas desse porte por meio de mecanismos específicos de financiamento e pelo tratamento diferenciado em questões tributárias e trabalhistas (CNI, 2002; CNI *et al* 2005b; CNI, 2006; CNI, 2010). No Mapa, o incentivo às pequenas e micro empresas entra no bojo das políticas de competitividade da indústria para alçar uma melhor posição no mercado internacional, inclusive prescrevendo o incentivo a exportação pelas pequenas e médias empresas (CNI *et al* 2005b).

É também no âmbito da estratégia competitiva que a indústria encara a educação como uma das bases para o desenvolvimento (CNI *et al* 2005b). Para a CNI, há uma correlação direta entre o que chamam de

melhoria da qualidade na educação básica e o reordenamento do ensino superior e a obtenção de capital humano que por sua vez geraria inovação, como pode ser visto na Figura 1 extraída do documento (este quadro é utilizado no documento para exemplificar o modelo BSC):

Figura 1 - Relação direta entre Educação Básica, Educação Superior e Inovação no Mapa Estratégico da Indústria



Fonte: Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005b, p.16).

Ou seja, para a CNI a educação, junto à saúde, é uma das “bases do desenvolvimento”, cuja finalidade seria disponibilizar capital humano e estimular a inovação nas empresas (CNI *et al* 2005b). Deste modo, traçam seis objetivos estratégicos para a educação e saúde: Garantir a qualidade da educação básica; Garantir uma educação superior de qualidade e adequada às necessidades da economia do conhecimento e do sistema produtivo; Fortalecer a educação profissional e tecnológica; Promover a inclusão digital; Promover a cultura empreendedora e difundir valores de livre iniciativa e ética empresarial; e Garantir o acesso a um sistema de saúde de qualidade (CNI *et al*, 2005b, p.31-35).

Em relação à educação básica, sua política é centrada no que chamam de qualidade, embora nunca apresentem o que a valoriza, e apontam para necessidade de ampliar a oferta de vagas no ensino médio. Citam que a elevação da qualidade resultaria em aumentar o “estoque de capital humano com efeitos diretos na estratégia da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas” (CNI *et al* 2005b, p. 32). Prescrevem também ampliação das modalidades de educação profissional técnica e tecnológica nos níveis médio, de graduação e pós-graduação, garantindo o atendimento da demanda da formação inicial e continuada dos trabalhadores, para contribuir na competitividade e empregabilidade (CNI *et al* 2005b). Para a CNI a educação básica e a profissional/tecnológica deveria produzir um estoque de capital humano, com um determinado conjunto de competências:

As competências dos trabalhadores geradas e mobilizadas nesse contexto tendem a se modificar constantemente. São valorizadas competências que vão além dos conhecimentos científicos e tecnológicos e incluem habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade. (CNI *et al* 2005b, p. 33)

Entendem que a educação superior deveria se adequar ao que chamam de novas necessidades da economia do conhecimento, e sua reforma deveria estar voltada à ampliação da oferta de cursos na área tecnológica, na pesquisa e desenvolvimento, e no aprimoramento das IES privadas (CNI *et al* 2005b). Mas, há também um interesse claro na

modificação dos conteúdos, orientados pelas noções de competências, habilidades, uso prático do conhecimento:

O ensino superior brasileiro precisa atender às necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do País, promovendo a oferta de novos talentos e competências. Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados. (CNI *et al* 2005b, p. 32)

Neste sentido, os industriais vão traçando o perfil dos trabalhadores que desejam formar e estocar nos distintos níveis e modalidades de ensino, um modelo de trabalhador caracterizado pela empregabilidade, pela capacidade prática, que tenha adquirido as novas competências e habilidades, capaz de se comunicar, de resolver problemas, de trabalhar em equipe, de ter iniciativa e criatividade e valores éticos (CNI *et al*, 2005b). Mas há uma gama específica de conteúdos que têm atenção especial da CNI, e que pauta não apenas a formação profissional, mas o que indicam como uma formação cidadã. De acordo com o documento, estes conteúdos devem ser difundidos a todas as gerações – quais sejam a cultura empreendedora e os valores da livre-iniciativa e da ética empresarial:

A divulgação da cultura empreendedora e a valorização da atividade empresarial são essenciais para o crescimento do País. O elo de ligação é a interdependência entre empreendedorismo e inovação. A sua difusão requer processos educativos capazes de formar profissionais para empreender e inovar. Promover a cultura empreendedora na educação significa desenvolver valores para criar a prática de comportamentos individuais na busca de soluções e iniciativas na gestão do próprio negócio, na participação e organização das formas de geração de renda e emprego e na condição de cidadão ativo, como empreendedor social.

Requer uma atitude proativa e inovadora do cidadão para sua sustentação, que deve ser difundida entre crianças, jovens e adultos como

uma possibilidade de aplicação de conhecimentos e de realização pessoal, de utilização da criatividade, habilidade, liderança e visão de futuro. (CNI *et al* 2005b, p. 34-35)

Assim, para a indústria a “cultura empreendedora” está ligada aos comportamentos, atitudes e valores dos indivíduos como profissionais e cidadãos. E demarca uma série de características do sujeito que a indústria pretende formar, um sujeito proativo e inovador, criativo, líder, que aplica os conhecimentos: o sujeito empreendedor, que pode ser o empresário em sentido estrito que gere o seu “próprio negócio”, que participa “das formas de geração de emprego e renda”, ou o “cidadão ativo, como empreendedor social” (CNI *et al* 2005b, p. 34-35). Nota-se que o sentido de empreendedorismo propagado pela CNI apresenta uma visão de homem como a do sujeito empresário para todas as esferas da vida social, e dá a tarefa de difundir essa cultura à educação por meio do: “desenvolvimento de conceitos, tecnologias, metodologias e práticas e com o suporte para a aplicação de princípios de organização, técnicas e normas facilitadoras do sucesso da iniciativa individual e coletiva” (CNI *et al* 2005b, p. 35).

A difusão do empreendedorismo seria, então, essencial para o crescimento do Brasil, uma vez que o sujeito empreendedor seria o sujeito inovador. A inovação é central em sua estratégia, e é entendida como: “a aplicação, pela empresa, de conhecimento existente ou especialmente elaborado para a implantação de novos produtos, processos de produção e de comercialização” (CNI *et al*, 2005b, p. 53) e sua geração estaria condicionada ao “acesso ao conhecimento e a qualidade do capital humano” (CNI *et al* 2005b, p. 42).

Portanto, os industriais tem uma série de diretrizes para este objetivo que consideram fundamental para o aumento da competitividade e da produtividade, tais quais: a ampliação do regime de incentivos para a inovação; fomento de produção interna e aquisição interna de P&D e à exploração de patentes; ampliação dos investimentos do MEC e MDIC em Tecnologia Industrial Básica (TIB), e o fomento a Centros Tecnológicos públicos ou privados e a atualização de sua infraestrutura e recursos humanos (CNI *et al* 2005b, p.52-55).

Também prescrevem uma série de programas de ação específicos, dentre os quais mencionam as empresas juniores, são eles: Ampliação da interação entre empresas e instituições de pesquisa, voltada a atuação em produtos e processos; Programas de transferência de tecnologia de centros de pesquisa e universidades para micro e pequenas empresas;

Programas de facilitação do acesso ao que é produzido em centros de pesquisa e universidades às empresas; Modernizar e expandir a rede de serviços de TIB<sup>76</sup>; Proteção à propriedade intelectual das empresas; Apoio ao desenvolvimento de empresas juniores e incubadoras de empresas; Novo marco legal de apoio a inovação, no que tange aos incentivos fiscais e ao financiamento (CNI *et al* 2005b, p. 85-86).

E neste âmbito da subsunção da produção do conhecimento produzido na Universidade universidade às necessidades da indústria, no afã pela elevação da produtividade, e no reclame de incentivos às empresas inovadoras, ao lado das incubadoras de empresas, que a CNI trata as empresas juniores, prescrevendo: “Apoiar iniciativas voltadas para o desenvolvimento de Empresas Júnior e incubadoras” (CNI *et al* 2005b, p. 86). Embora seja uma passagem rápida, sem detalhamentos sobre o que entendem sobre as EJs, ou mesmo de porque elenca-las no rol de programas de estímulo à inovação, a CNI indica que devem ser apoiadas da mesma forma que as incubadoras de empresas, o que leva a pensar que é exatamente pela linha da apropriação privada do conhecimento que fazem essa escolha.

Já no documento Inova Engenharia – Propostas para a Modernização da Educação em Engenharia no Brasil, as empresas juniores são elencadas dentre um conjunto de iniciativas para reformar as metodologias de ensino em engenharia no Brasil, no sentido de alterar o perfil dos formandos (IEL, SENAI, 2006). O documento produzido pelo Instituto Euvaldo Lodi e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com uma série de colaboradores externos<sup>77</sup>, de universitários a representantes de diversos aparelhos privados de hegemonia dos empresários, prescreve uma ampla reforma da formação em engenharia no país, tanto no que tange a expansão da oferta de cursos quanto ao próprio conteúdo da formação (IEL, SENAI, 2006).

---

<sup>76</sup> Serviços nas áreas de “Metrologia, Normalização, Regulamentação Técnica, Avaliação de Conformidade e Suporte à Pesquisa-Desenvolvimento-Engenharia” (CNI *et al* 2005b, p. 54)

<sup>77</sup> Carlos Henrique de Brito Cruz (Fapesp), Cibele Yahn de Andrade (Unicamp), Donald Uhlig (Consultor), Evando Mirra (ABDI), Fernando Rizzo (PUC-ABC), Geraldo Nunes (Abipti), Gilberto Aquino Benetti (IEL), Íris Campos (jornalista), João Sérgio Cordeiro (Abenge), Joel Weisz (Protec), Luiz Augusto Pontual (CNPq), Luiz Carlos Scavarda do Carmo (Abenge), Marcondes Moreira de Araújo (MCT), Nacim Chieco (SENAI), Nelson Torreão (jornalista), Ruy C.L.Vieira (Consultor), Silvio Meira (CESAR-UFPE), Vanderli Fava de Oliveira (UFJF), Waldimir Pirro e Longo (Consultor) e Webster Spiguel Cassiano (Seed-MEC) (IEL, SENAI, 2006, p. 104).

O documento é atravessado por um sentido de urgência, no qual as mudanças advindas da sociedade do conhecimento centradas na inovação e no desenvolvimento tecnológico teriam aberto uma era de mobilidade, marcadas pela terceirização de etapas produtivas, de pesquisas (ou de etapas de pesquisas), criando novas necessidades e oportunidades para os países “em desenvolvimento” e seria o momento do Brasil aproveitá-las. Nesta nova era, o engenheiro seria um sujeito-chave, principalmente no que tange à produção de inovações e na adaptação de tecnologia importada e, portanto, o Brasil precisaria ampliar o contingente destes profissionais, em conjunto com ampliação do número de tecnólogos e técnicos (IEL, SENAI, 2006).

No entanto, não bastaria multiplicar o número de engenheiros formados, seria preciso também alterar substancialmente o conteúdo de sua formação, pautando-se em novas habilidades e competências requeridas pelo mercado (IEL, SENAI, 2006). As novas características do engenheiro que os industriais afirmam que seriam necessárias estão descritas ao longo do documento<sup>78</sup>, mas podem ser sintetizadas em: o que chamam de *soft-skills*, habilidades de comunicação, de trabalhar em equipes, habilidades gerenciais, liderança, empreendedorismo, domínio de ao menos uma língua estrangeira; capacidade de identificação e solução de problemas em engenharia, em gerenciamento e

---

<sup>78</sup> O documento é organizado de forma bastante singular e parece o ser para persuadir o leitor a aderir às ideias dos industriais. Uma série de elementos está dispersa pelo texto, algumas se repetem a cada sessão. Chama a atenção organização das sessões, iniciando com uma apresentação de Monteiro Neto (presidente da CNI), uma introdução que indica genericamente o que consideram a necessidade de transformação no ensino de engenharia, depois as sessões seguem apresentando um cenário de urgência nesta transformação devido as mudanças econômicas do que seria a sociedade da informação, o reclame pela conversão da matriz educacional, que seria pautada demasiadamente na ciência, e nas ciências humanas, para a tecnologia, aponta processos internacionais como os do países asiáticos que expandiram o ensino de engenharia, e outros processos estado-unidenses e europeus (processo de Bolonha) como exemplos para só então apontarem as modificações que desejam para o ensino de engenharia. Só em seguida apresentam uma pesquisa que teria embasado as propostas de reforma, realizada com 120 representantes de grandes indústrias e 5 acadêmicos que teria indicado que a maior deficiência dos engenheiros formados no Brasil, são as *soft skills*, as habilidades gerenciais e atitude empreendedora. Para por último apresentarem dez casos de interação universidades-empresas, que de acordo com o documento teriam sido bem-sucedidos (IEL, SENAI, 2006).

administração, de aplicação prática dos conhecimentos e técnicas, de pesquisa, da leitura e interpretação de dados e textos técnicos, de operar sistemas complexos, de apropriar-se de novos conhecimentos e manter treinamentos continuados, senso de responsabilidade e ética, e percepção de mercado, dentre outras. E a estes novos sujeitos, com tais características, passam a chamar de engenheiro empreendedor, capaz de perceber os problemas e resolvê-los, e cuja empregabilidade seria maior (IEL, SENAI, 2006).

A ideia da necessidade de um comportamento, ou espírito empreendedor, por parte dos engenheiros é mencionada em diversas passagens do documento. Sendo constantemente associada à capacidade prática, na resolução de problemas, a comportamentos e atitudes (IEL, SENAI, 2006).

Deste modo, a política da Indústria para a formação de engenheiros, além de ampliar a oferta educativa, passa por uma modificação substancial no ensino de engenharia para formar este novo engenheiro, indicando alterações nas concepções formativas bem como no papel dos educadores. Mais especificamente, rejeita tanto uma formação politécnica quanto a especialização e defende o que chama de formação holística, e embora não defina exatamente o que quer dizer por essa expressão a associa à mobilidade, flexibilidade, inovação, e à capacidade de agregar à formação novas competências e habilidades (IEL, SENAI, 2006). O documento assinala ainda uma série de medidas, como a flexibilização dos cursos do ponto de vista da terminalidade (com certificações intermediárias, especializações sucessivas, atualizações) e dos conteúdos (com ensino personalizado, em que o estudante poderia escolher programas), a compatibilização do sistema de certificação e acreditação com outros países, estreitamento entre os laços entre empresas, centros de pesquisa e IES, por meio de pesquisas colaborativas pautadas pela inovação, e a vinculação da formação com a realidade das empresas, criação de polos e parques tecnológicos:

A modernização das engenharias passa pela **atualização de seus professores**, por iniciativas que estreitem seu **contato com as empresas**, e pela abertura de espaços para a **atualização dos profissionais que já se encontram no mercado**. O estímulo à criação de **polos, parques tecnológicos e incubadoras de empresas** é outro mecanismo que contribui para aproximar a academia da realidade do mercado, já

que são iniciativas voltadas a transformar pesquisa em inovação e negócios viáveis. (IEL, SENAI, 2006, p. 15, grifos nossos)

A indicação pela reconfiguração do papel do professor é expressa repetidamente no texto, ora como atualização, ora como adequação à nova era da informação, mas sempre apontando para uma formação mais prática (IEL, SENAI, 2006). Nesta direção, apontam para uma perda da centralidade dos conhecimentos teóricos e críticos, e com isso do papel do professor na socialização dos mesmos podendo ser substituídos, ao menos parcialmente, por meios complementares como formas de EAD, pois a centralidade estaria na aprendizagem, no “aprender a aprender”, como pode ser observado na passagem:

A maior mudança, porém, é na área da aprendizagem. Salvo os conteúdos enumerados acima, a educação em engenharia não se deve focar demasiado em conteúdos mas sim em garantir que o futuro profissional aprenda a aprender sozinho, para evitar a ameaça da obsolescência prematura. Tudo que o aluno pode ler e entender, não deverá ser exposto pelo professor. Deverão ser utilizados meios eletrônicos complementares de informação e educação, manuseados individualmente pelo aluno na busca de conhecimentos (vídeo, CD-rom, multimídia, Internet, etc). (IEL, SENAI, 2006, p. 41)

Ao longo de todo o documento esta característica, o esmaecimento da importância dos conhecimentos teóricos na formação, pode ser observada na medida em que remetem também à prática como fundamento do processo educativo. Assim, indicam o que chamam de programas de aprendizagem *hands-on*, ou “mãos na massa”, aprender fazendo e prescrevem a inserção de conteúdos práticos desde o início dos cursos, programas de estágio nas empresas, e iniciativas semelhantes (IEL, SENAI, 2006)<sup>79</sup>. Junto a essas concepções, do ensino

---

<sup>79</sup> A ideia dos programas de aprendizagem *hands on* não se trata de novidades ou inovações para a burguesia industrial. Mueller (2010) analisa a relação de programas de aprendizagem que tem dentre seus elementos centrais a noção de aprender fazendo desde o início do século XX, e demonstra continuidades entre propostas como os “Quatro Passos” de Charles Allen para indústria naval estadunidense em meio a 1ª Guerra, em 1919, o *Training Within Industry*

de competências, do aprender na prática, do aprender a aprender, indicam que a formação em engenharia deveria pautar-se também no “aprender a empreender”:

A educação em engenharia deve incorporar métodos modernos, que estimulem o aprender a aprender e o aprender a empreender. É essencial despertar o espírito de investigação do estudante, dotando-o de ferramentas que permitam o desenvolvimento da pesquisa sistemática e permanente de novos conhecimentos. Deve-se fomentar também no estudante o exercício da prática de definir problemas projetar soluções e tomar decisões.

Para isso, as novas abordagens sintonizadas com os novos paradigmas de aprendizagem não devem centrar-se mais na transmissão do conhecimento e sim na sua produção, colocando o aluno como elemento ativo e interativo do processo de ensino / aprendizagem. Isso exige novas metodologias e novos meios de educação que privilegiem atividades curriculares que desenvolvam no aluno a criatividade, o senso crítico e uma atitude proativa, que lhe serão essenciais no exercício profissional. (IEL, SENAI, 2006, p. 60-61)

Para concretizar estas concepções que consideram indispensáveis para a formação do engenheiro, propõe um conjunto de medidas práticas, dentre as quais estão as empresas juniores (IEL, SENAI, 2006). Do que se pode depreender que consideram as EJs um instrumento formativo coerente com as suas concepções educacionais baseadas no aprender a aprender, no aprender fazendo, na teoria das competências. A passagem do documento que enumera as ações propostas nesse eixo é ilustrativa:

---

(*TWI*), para indústria bélica durante a 2ª Guerra, na década de 1940, e os Quatro Pilares para a Educação no Século XXI do Relatório Delors da UNESCO de 1996. Mueller (2010) investiga os nexos entre o desenvolvimento histórico do TWI com o Sistema Toyota de Produção (ou o Modelo Japonês) e seus tentáculos na educação da classe trabalhadora. De acordo com o autor, estas tecnologias gerenciais exigem um novo tipo de comprometimento do trabalhador, reatualizando a subordinação formal-intelectual entre capital e trabalho – promovendo uma racionalidade para a intensificação da racionalização da produção para a valorização do valor (MUELLER, 2010).

Desenvolvimento e implementação de novas metodologias educacionais e de novos meios de ensino/aprendizagem que favoreçam atividades mais interativas e que possibilitem a experimentação e o fazer, além do ouvir e do ver, contribuindo para despertar o senso crítico e a criatividade do aluno. Concepção de atividades que demonstrem a aplicação da teoria na solução de problemas reais, desenvolvendo uma cultura investigativa permanente no aluno; Promoção de atividades que explorem abordagens multidisciplinares e sistêmicas de problemas de engenharia. Criação de programas de iniciação científica e tecnológica. **Criação de programas de estímulo e apoio à empresa júnior.** Criação de linhas de fomento contínuas a projetos de graduação voltados à melhoria dos seguintes aspectos do processo de ensino/aprendizagem em engenharia: meios, métodos, gestão, organização curricular e avaliação (IEL, SENAI, 2006, p. 61, grifos nossos)

Para complementar, analisamos o documento Educação para a Nova Indústria – Uma ação para o desenvolvimento sustentável<sup>80</sup>, que apresenta um programa de expansão para as atividades do SESI e SENAI na educação básica e continuada e na educação profissional, além de tecer uma defesa da contribuição compulsória dos empresários industriais para estes órgãos (CNI, 2007). Os elementos centrais do programa são a expansão das modalidades de educação do SESI/SENAI, o investimento em infraestrutura das escolas e laboratórios, a capacitação dos docentes e técnicos e a flexibilização dos cursos e meios de atendimento às demandas educativas da indústria (CNI, 2007, p.19).

A despeito de ser um programa específico do SESI\SENAI e voltado a outras modalidades e níveis de educação que não o do nosso

---

<sup>80</sup> O documento teria sido construído de forma confederativa e a elaboração final ficou a cargo de um conjunto de representantes do SESI/SENAI: Paulo Rech (SENAI/DN) Luiz Antônio Cruz Caruso (SENAI/DN) Márcio Guerra Amorim (SENAI/DN) Fernando de Moraes Correia (SENAI/DN) Gilson José de Oliveira (SENAI/DN) Heloisa Salgueiro dos Santos Pereira (SENAI/DN) Nacim Walter Chieco (Consultor do SENAI/DN) Belmira Aida C. Cunha (SESI) Eliane Cruz de Pinho Martins (SESI) Joana D'Arc Machado Cerqueira (SESI) (CNI, 2007, p. 56).

objeto de pesquisa, optamos por manter esse documento no *corpus* porque nos permite verificar as concepções e métodos educativos dos industriais e, principalmente, o eixo da educação empreendedora<sup>81</sup>. De início podemos destacar a relação que o documento traça entre as mudanças nos processos produtivos e a demanda da indústria por um novo perfil de trabalhador, com escolaridade mais elevada (médio, tecnólogo e superior). Este cenário traria novas demandas para a educação, dentre as quais a educação empreendedora, novos conteúdos e a reformulação de metodologias de ensino (CNI, 2007).

No documento (CNI, 2007), a relação entre educação e crescimento econômico é direta. A educação seria responsável pela formação de capital humano que teria o efeito de aumentar a produtividade do trabalho:

A educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação de trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias.

O posicionamento competitivo da indústria brasileira está apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação e comunicação (TICs), no desenvolvimento de competências profissionais adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade. (CNI, 2007, p.9)

Assim, para formar seu capital humano os industriais traçam o programa de seu aparato educativo pautados na pedagogia das competências visando o aumento da produtividade do trabalho. Então, o papel da educação básica seria o de proporcionar a formação de competências básica, que seriam pré-requisitos para adquirir as demais competências:

---

<sup>81</sup> Neste sentido, a educação empreendedora não seria apenas restrita a educação profissional, mas a formação humana em geral, para educar os modos de ser sob o capitalismo.

O capital humano nas organizações, considerado na sociedade do conhecimento como o principal ativo das empresas, é formado pelo conjunto de habilidades que as pessoas detêm, adquiridas por meio de processos educativos, treinamento ou da experiência. As chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condição para o desenvolvimento das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida. Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria. A indústria competitiva depende de força de trabalho capacitada, o que implica melhorar os índices de escolaridade do trabalhador e garantir aos seus filhos educação de qualidade. (CNI, 2007, p.21)

Já a educação profissional formaria competências mais específicas para fazer frente ao aumento da complexidade do trabalho, as inovações e mudanças na organização da produção (CNI, 2007). No entanto, visaria não apenas a formação para o trabalho, mas à de cidadãos para atuar no trabalho e na vida cotidiana e teria uma característica própria de “emancipação do indivíduo pelo trabalho” (CNI, 2007, p.28). Não indicam o que significaria esta emancipação, mas pelo conjunto do documento podemos entender que se trata de algo semelhante à ideia de empregabilidade, de um sujeito que pode ter uma saída individual por meio da formação para o trabalho.

É nesse interm da formação profissional que teria uma dimensão mais ampla que a formação direta para o trabalho, na qual apresentam o empreendedorismo como uma competência transversal. Ou seja, o empreendedorismo seria uma competência que os trabalhadores deveriam adquirir, e não para uma profissão específica, mas sim como uma competência que seria indicada de forma geral:

Caso sejam modeladas de maneira mais abrangente, as competências transversais se transformam em cursos iniciais da educação profissional, que ampliam os segmentos populacionais atendidos pelo SENAI. Com opção preferencial por cursos a distância, as competências transversais a serem desenvolvidas

são: empreendedorismo, tecnologia digital, legislação trabalhista, gestão da qualidade ambiental e segurança no trabalho. (CNI, 2007, p.34).

Depreende-se daí que o empreendedorismo seria uma competência geral na formação dos trabalhadores, que os industriais desejam formar num novo perfil. E teria um lugar reservado na formação de capital humano adequado para as mudanças produzidas pela sociedade do conhecimento.

#### 4.3 A CONVERGÊNCIA ENTRE O PROJETO EDUCATIVO DA CNI E DA BRASIL JUNIOR

A ideologia do empreendedorismo tem um lugar reservado no projeto educativo dos industriais organizados na CNI. É um dos elementos que balizam o novo perfil de trabalhadores que lhes interessa formar, para ampliar o “estoque de capital humano” disponível e na subordinação da produção de conhecimento à lógica da inovação.

Em síntese, os industriais dão ao empreendedorismo um papel na produção de comportamentos individuais da classe trabalhadora, tanto no que tange ao âmbito direto do trabalho quanto aos demais aspectos da vida social (CNI *et al* 2004; CNI *et al* 2005b; CNI, 2007). O empreendedorismo seria então uma competência transversal na formação profissional (CNI, 2007), e uma cultura a ser disseminada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e a todas as gerações, relacionado à aplicação prática dos conhecimentos, a empregabilidade, proatividade, liderança, criatividade, resolução de problemas, comunicação, e inovação (CNI *et al* 2004; CNI *et al* 2005b). Ou seja, o empreendedorismo parece ter lugar na conformação de um novo trabalhador, disposto a se adequar à nova disciplina do trabalho e à nova sociabilidade burguesa, mais propenso a aceitar novas expropriações de direitos: o trabalhador flexível, ou trabalhador empreendedor (CUNHA, 2007; COAN, 2011).

O empreendedorismo entra em cena nos documentos em conjunto com um pacote pedagógico que visaria adequar o conteúdo da formação às demandas da “sociedade do conhecimento” – a pedagogia das competências, do aprender a aprender, do aprender fazendo. Uma “modernização”, que em última instância tira a centralidade da apropriação crítica do conhecimento, e ataca a figura do professor, colocando peso no pragmatismo, na aplicação prática, na experiência

como processo formativo central – ou seja, uma modernização conservadora.

E, mais especificamente, é enfatizado na proposta de modernização da formação de engenheiros. Inclusive os industriais nomeiam esse novo perfil de engenheiro como engenheiro-empresendedor (IEL, SENAI, 2006). Nossa hipótese é de que esse apelo específico na formação “empresendor” do engenheiro pode ser entendido como mais um artifício para a redução de salários e direitos dessa categoria. Junto à ampliação das vagas e novos cursos, que teriam a função de multiplicar o exército de reserva de engenheiros (KENJI, 2014), a indicação do empreendedorismo na formação pode ter o papel de abrir (ou ampliar) um caminho de terceirização das funções destes trabalhadores, sendo mais um fator de queda da pressão sobre os salários.

É neste contexto que a CNI aponta, como uma ação prática de suas diretrizes políticas, o estímulo às empresas juniores (CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006). Primeiro no Mapa Estratégico como uma iniciativa no âmbito da inovação, junto às incubadoras de empresas (CNI *et al* 2005b). E, em seguida, no documento Inova Engenharia, no conjunto de medidas de modernização dos métodos e conteúdos de ensino, como um instrumento de formação do engenheiro empreendedor (IEL, SENAI, 2006).

As passagens em que os industriais prescrevem o apoio às EJs em seus documentos são breves (CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006). No entanto, podemos encontrar convergências nos fundamentos dos seus projetos educativos. De início, é possível observar que tanto os industriais quanto a Brasil Junior dão as suas políticas e práticas educativas o sentido de persecução do *télos* da competitividade:

Acreditamos em um **país mais competitivo**, com empresas melhores, governos melhores e universidades melhores; mais ético; íntegro e comprometido com a verdade; mais meritocrático, onde as pessoas são protagonistas de seu crescimento e mais realizador, onde boas ideias saem do papel. (BRASIL JUNIOR, 2014b, s.p. grifos nossos)

**O País que queremos.** O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial:

inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos. (CNI *et al*, 2005b, p. 9, grifos no original)

Ambas encaram a educação de forma instrumental, no sentido de aprofundar a dinâmica capitalista, subordinando a vida social ao *télos* da competitividade empresarial. Para a Brasil Junior o meio de alcançar esse horizonte é a formação de empreendedores (BRASIL JUNIOR, 2014b). E o empreendedor, tanto para os empresários juniores quanto para os industriais, é considerado um novo modelo de homem – uma figura que não está restrita ao mundo dos negócios, mas que caracteriza o sujeito em todos os aspectos da vida (CNI *et al* 2005b; BRASIL JUNIOR, 2014, s. p.).

Assim, o empreendedorismo se torna um conteúdo de interesse na educação para a CNI, que deveria ser disseminado em todos os níveis de ensino (CNI *et al* 2004; IEL, SENAI, 2006; CNI *et al* 2005b; CNI, 2007), e é o eixo do processo formativo das empresas juniores (BRASIL JUNIOR, 2012a; 2012b; 2014). A atuação das EJs tem exatamente o sentido de disseminar o empreendedorismo na educação superior, formando os estudantes universitários para que passem a se entenderem como empreendedores (BRASIL JUNIOR, 2014, s. p.).

Por último, destacamos que o processo formativo das EJs se ancora exatamente no conjunto de ideias pedagógicas que perpassam o discurso educativo da CNI. Consideramos a “vivência empresarial”, o principal método pedagógico das EJs (BRASIL JUNIOR, 2012a; 2012b; 2014), um desdobramento da pedagogia das competências e da ideia de aprender fazendo.

Para a Brasil Junior a “vivência empresarial” é entendida como o processo de experimentação do estudante na empresa júnior, nas atividades de gestão, nos projetos, promovendo a cultura empreendedora (BRASIL JUNIOR, 2014). E a partir dela, o estudante poderia adquirir um conjunto de competências de caráter técnico, gerencial e empreendedor (BRASIL JUNIOR, 2014). A ênfase é então na vivência prática no âmbito da empresa, bastante similar à noção de educação *hands on* da CNI (IEL, SENAI, 2006). E nota-se, ainda, que o resultado do processo educativo não é a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade, com reflexão crítica, e sim o desenvolvimento de competências (BRASIL JUNIOR, 2014), noção que atravessa os documentos da CNI (CNI *et al* 2004; IEL, SENAI, 2006; CNI *et al* 2005b; CNI, 2007).

## 5. O EMPREENDEDORISMO NA BERLINDA

Neste capítulo colocamos em questão o discurso do empreendedorismo, seu suposto papel no desenvolvimento e na resolução das desigualdades sociais frente aos dados da realidade. O ideário articulado na ideologia do empreendedorismo passa como vimos nos capítulos anteriores, pela ideia de que bastaria aos indivíduos reconhecerem suas oportunidades e transformá-las em negócios de sucesso para fomentar a economia e com isso diminuir as desigualdades sociais; por um cenário de maior qualificação dos trabalhadores e maior complexidade do trabalho; de que por meio de uma disseminação de uma cultura empreendedora os indivíduos poderiam garantir sua empregabilidade; e pelo ideário de um capitalismo humanitário, no qual a economia se estruturaria pelas micros e pequenas empresas, menos hierárquicas, mais horizontais e que isso por si mesma garantiria a resolução dos conflitos sociais.

As entidades de estímulo ao empreendedorismo que realizam a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor*<sup>82</sup> (GEM) no Brasil registram o crescimento do que entendem por atividade empreendedora no período 2002-2014 (IBQP, 2014). De acordo com o relatório da pesquisa GEM Brasil 2014<sup>83</sup>, o país contaria, naquele ano, com cerca de 45,5 milhões de indivíduos empreendedores<sup>84</sup>, totalizando 34,5% em relação ao total da população entre 18 e 64 anos<sup>85</sup> (IBQP, 2014).

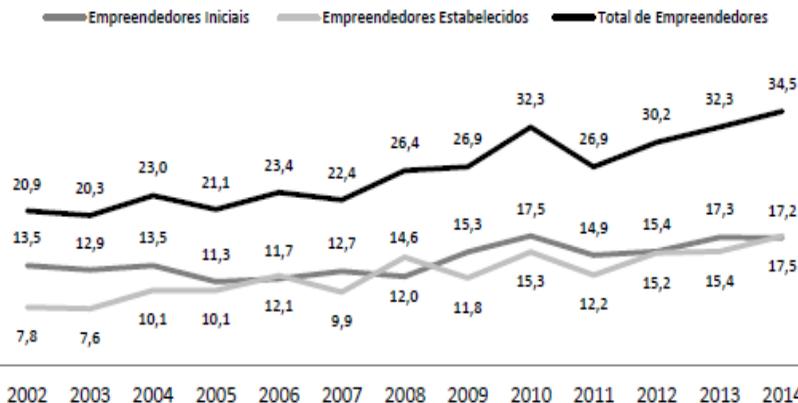
---

<sup>82</sup> A pesquisa GEM é uma iniciativa da *London Business School* e da *Babson College* iniciada em 1999. Desde então monitoram indicadores de empreendedorismo em cerca de 100 países, com o objetivo de compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento dos países. No Brasil é desenvolvida pelo IBQP com o apoio do SEBRAE e do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV (CEEN-FGV). A pesquisa tem foco no indivíduo empreendedor, e considera por empreendedorismo desde a criação de novos negócios, autônomos ou empresas, a expansão de empresas estabelecidas, negócios formais ou informais (IBQP, 2014).

<sup>83</sup> A pesquisa é dividida em dois momentos. O primeiro é de base amostral, em 2014 entrevistou 10.000 indivíduos acerca de suas atividades empreendedoras, sendo 2.000 em cada uma das 5 regiões do país. E o segundo realizara uma série de entrevistas com quem consideram especialistas sobre o cenário para os novos negócios no país (IBQP, 2014).

<sup>84</sup> Considerando os estratos do que chamam de empreendedores iniciais e estabelecidos. O primeiro grupo, de empreendedores iniciais, seria composto por empreendedores nascentes (indivíduos que estariam estruturando um negócio do qual são proprietários, mas que não pagou salários, pró-labores, ou

Figura 2 - Expansão do número de empreendedores no Brasil de acordo com a GEM-2104



Fonte: GEM Brasil 2014 (Elaborado por IBQP (2014, p.9))

De acordo com a Figura 2 podemos visualizar uma expansão da proporção do número de empreendedores em relação à população entre 18 e 64 anos, desde 2002 momento que atingia 20,9%, atingindo um pico de 32,3% em 2010 e de 34,5% em 2014 (IBQP, 2014). Embora não conste no relatório da pesquisa a partir de que dados estimam o número de empreendedores, podemos tomá-lo ao menos como uma peça de propaganda do empreendedorismo no Brasil. Um dado mais fidedigno pode ser avaliado pelo número de empresas a partir do número de estabelecimentos formais por porte, como pode ser observado na figura 3, extraída do estudo Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2014 do SEBRAE e do DIEESE<sup>86</sup>:

outras formas de remuneração ao proprietário por mais de 3 meses), empreendedores novos (proprietário de novo negócio que auferiu remuneração do mesmo por mais de 3 de meses e menos de 42 meses) e os empreendedores estabelecidos (os mesmos critérios, porém acima de 42 meses).

<sup>85</sup> Um total de 130,7 milhões, considerando as projeções do PNAD 2014 (IBQP, 2014).

<sup>86</sup> A metodologia utilizada no estudo para tratamento dos dados do RAIS para se chegar ao número de estabelecimentos classificados pelo porte, o número de pessoas ocupadas, sendo micro e pequenas até 99 pessoas ocupadas na indústria e até 49 pessoas ocupadas em comércio e serviços, e médias e grandes empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas na indústria e 50 ou mais pessoas ocupadas nos setores de comércio e serviços. A metodologia também não contabiliza as seguintes classificações da CNAE: Administração pública, defesa e seguridade social; Atividades de organizações associativas; e Organismos internacionais e

Figura 3 - Número de Estabelecimentos por Porte – 2003-2013\*



Fonte: MTE, RAIS (Elaborado por DIEESE) Extraído de SEBRAE, DIEESE (2015, p. 28)

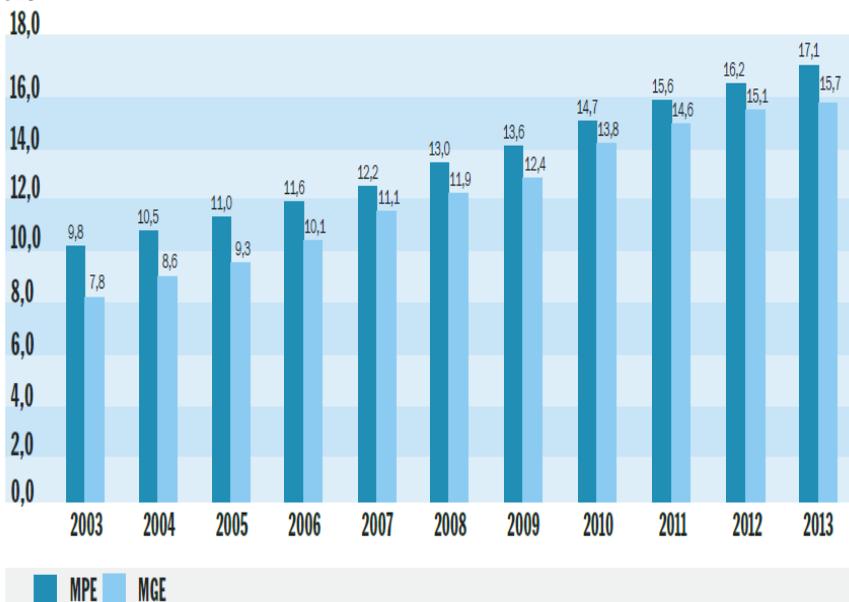
\*Em milhões e no qual MPE significa Micro e Pequena Empresa e MGE, Média e Grande Empresa

Na Figura 3 podemos ver o crescimento do número de empresas de 2003 a 2013, na qual as micro e pequenas empresas eram 5 milhões em 2003 e passam a 6,6 milhões em 2013, um crescimento de cerca de 32% e as médias e grandes empresas que tem um crescimento de cerca de 75% (SEBRAE, DIEESE, 2015). Esse crescimento teria sido acompanhado com o aumento do número de pessoas ocupadas nestes tipos de estabelecimento, com cerca de 77,5% nas micro e pequenas empresas e pouco mais de 100% nas grandes e médias (SEBRAE, DIEESE, 2015). A Figura 4, extraída do mesmo estudo, indica o número de pessoas ocupadas por porte do estabelecimento entre 2003-2013:

---

outras instituições extraterritoriais, e somente estabelecimentos de natureza jurídica ligada ao setor privado comercial (SEBRAE, DIEESE, 2015).

Figura 4 - Número de Pessoas Ocupadas por Porte do Estabelecimento 2003-2013\*



Fonte: MTE, RAIS (Elaborado por DIEESE) Extraído de SEBRAE, DIEESE (2015, p. 30)

\*Em milhões de pessoas e no qual MPE significa Micro e Pequena Empresa e MGE, Média e Grande Empresa

Estes dados poderiam indicar, para os apologistas do empreendedorismo, o crescimento das atividades empreendedoras no país e seus efeitos positivos. No entanto, é preciso dimensioná-los frente à dura realidade das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira, que contrasta com otimismo do discurso articulado pela ideologia do empreendedorismo.

## 5.1 O EMPREENDEDORISMO FRENTE À ESTRUTURA DO TRABALHO NO BRASIL

A estrutura do trabalho no Brasil é marcada por distintas formas de precarização e pela super-exploração da força de trabalho. Estas características, próprias do capitalismo dependente<sup>87</sup>, agudizaram-se nos

<sup>87</sup> Por capitalismo dependente entendemos o caráter subordinado dos países periféricos aos países de capitalismo central, no qual a burguesia interna se

anos de neoliberalismo. A tônica é o da expropriação de direitos trabalhistas e sociais, da intensificação do trabalho, do maior controle sobre o trabalhador.

Por super-exploração entendemos os diferentes mecanismos de violação do valor da força de trabalho, que operam como um mecanismo tendencial para contrarestar a transferência de valor das economias dependentes ao capitalismo central (LUCE, 2012). A super-exploração pode se expressar de distintas formas, que podem ser concretizadas de modo isolado ou combinado: aumento da mais valia relativa, aumentando a intensidade do trabalho, implicando em maior desgaste da força de trabalho; aumento da mais valia absoluta, aumentando o tempo de trabalho excedente; remuneração abaixo do valor da força de trabalho; crescimento do valor histórico-moral para a reprodução da força de trabalho sem correspondência nos salários (MARINI, 2005; LUCE, 2012). Ou seja, em modos de o capital se apropriar do fundo de consumo e do fundo de vida do trabalhador (LUCE, 2013).

Assim, observando às distintas formas pelas quais se concretiza a super-exploração é possível constatar sua vigência e incremento durante a primeira década dos anos 2000, a despeito do que digam os intelectuais orgânicos do governo Lula<sup>88</sup>. Tanto por meio da apropriação do fundo de consumo do trabalhador, quanto de seu fundo de vida.

As formas de super-exploração por meio da apropriação do fundo de vida do trabalhador, ou seja, o desgaste da corporeidade do trabalhador com apropriação dos seus anos futuros de trabalho e vida, tanto por meio do prolongamento das jornadas de trabalho, quanto pela intensificação do processo de trabalho estiveram vigentes durante o período (LUCE, 2012; 2013). Isto pode ser observado na medida em que

---

caracteriza como sócia menor da burguesia internacional, caracterizado por diferentes formas de transferência de valor para o capital internacional marcando a especificidade da dinâmica capitalista nesses países, dentre os quais os latino-americanos (MARINI, 2005).

<sup>88</sup> A partir de 2010, último ano do mandato do presidente Lula, o Governo Federal e seus intelectuais orgânicos passaram a defender a ideia de que haveria no Brasil uma “nova classe média”, um amplo contingente de trabalhadores que teriam ascendido da condição de precariedade graças à políticas do Governo. Operou nesse discurso um mecanismo de velamento da essência do que ocorria na estrutura do trabalho no país, superlativando elementos da aparência, como uma relativa melhora do poder de compra do salário frente aos patamares da década de 1990, e o consumo de certo conjunto de mercadorias, com ênfase nos eletrodomésticos. Para a crítica a esta ideologia ver: Luce (2013);

uma média de 40% dos trabalhadores cumpriram jornadas maiores que 44 horas, entre 2003 e 2010, e nas regiões metropolitanas 25,5% dos trabalhadores tiveram jornadas acima de 49 horas (LUCÉ, 2013). E no aumento da incidência de acidentes e doenças ocasionadas pelo trabalho, que passaram de 393.071 em 2002 para 747.663 em 2008, o que indica o aumento da intensidade na jornada de trabalho (LUCÉ, 2013).

De forma combinada a essas formas de superexploração, pode se encontrar também mecanismos de apropriação do seu fundo de consumo por meio da remuneração do trabalhador abaixo do valor necessário para reprodução de sua força de trabalho, e como um desdobramento desta última, a elevação do elemento histórico moral da força de trabalho sem correspondência na sua remuneração (LUCÉ, 2012; 2013). Pode-se observar, também, a vigência destas duas formas de superexploração dos trabalhadores na primeira década dos anos 2000.

Um indicador importante para tanto é o salário mínimo (SM), uma vez que uma ampla parcela da classe trabalhadora tem seus rendimentos diretamente vinculados a ele<sup>89</sup>, e sua disparidade com o valor da força de trabalho, que pode ser auferida pelo cálculo do salário mínimo necessário (SMN)<sup>90</sup>. Desta forma, podemos perceber que ainda que possa ter havido uma elevação no salário mínimo nominal, ou mesmo na perspectiva hegemônica do salário mínimo real (o poder de compra do salário nominal)<sup>91</sup>, se aprofunda a violação do valor da força de trabalho por meio da remuneração abaixo de seu valor (LUCÉ, 2013).

---

<sup>89</sup> De acordo com o DIEESE (2014), em 2012, 31,1 milhões de trabalhadores, sendo destes 10,8 milhões na ativa recebiam um SM. Ainda, para o DIEESE (2014) o valor do salário mínimo influencia o conjunto da estrutura salarial, tanto no que diz respeito aos empregos formais, informais ou autônomos, estimando que cerca de 45,5 milhões de brasileiros tenham sua renda referenciada no salário mínimo (DIEESE, 2012)

<sup>90</sup> O salário mínimo necessário (SMN) é calculado pelo DIEESE, desde 1970, em série que retroage até 1940, considerando a quantia necessária para cobrir os gastos familiares com alimentação, moradia, previdência, saúde, educação, lazer, transporte, vestuário e higiene.

<sup>91</sup> Entendemos, com Luce (2013), numa perspectiva contra-hegemônica que salário real significa, de fato, a relação entre o salário e o valor da força de trabalho.

Tabela 1 - Relação SM/SMN de 1994 à 2015

Ano*	SM	SMN	Relação SM\SMN em %
2015	R\$ 788,00	R\$ 3.518,51	22,39%
2014	R\$ 724,00	R\$ 2.975,55	24,33%
2013	R\$ 678,00	R\$ 2.765,44	24,51%
2012	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47	24,28%
2011	R\$ 545,00	R\$ 2.329,35	23,39%
2010	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53	22,89%
2009	R\$ 465,00	R\$ 1.995,91	23%
2008	R\$ 415,00	R\$ 2.141,08	19,38%
2007	R\$ 380,00	R\$ 1.803,11	21,07%
2006	R\$ 350,00	R\$ 1.564,52	22,37%
2005	R\$ 300,00	R\$ 1.607,11	18,66%
2004	R\$ 260,00	R\$ 1.468,08	17,71%
2003	R\$ 240,00	R\$ 1.420,61	16,89%
2002	R\$ 200,00	R\$ 1.378,19	14,51%
2001	R\$ 180,00	R\$ 1.101,54	16,34%
2000	R\$ 151,00	R\$ 1.004,26	15,03%
1999	R\$ 136,00	R\$ 940,58	14,45%
1998	R\$ 130,00	R\$ 857,66	15,15%
1997	R\$ 120,00	R\$ 837,16	14,33%
1996	R\$ 112,00	R\$ 778,27	14,39%
1995	R\$ 100,00	R\$ 763,09	13,10%
1994	R\$ 70,00	R\$ 728,90	9,60%

Fonte: DIEESE (2015) (Elaboração do autor) Valores para o mês de dezembro de cada ano

Na tabela 1, pode-se observar que na segunda metade dos anos de 1990, nos anos 2000, e na primeira metade da década de 2010, o salário mínimo não alcança um quarto do SMN. Ainda que essa relação tenha praticamente dobrado de 1994 a 2015, não foi capaz e recuperar os patamares do período imediatamente anterior ao do golpe civil-militar de 1964, de acordo com Kenji (2014):

Tendo isso em vista, ao analisar o que ocorreu com a renda do trabalho ao longo do Governo do Partido dos Trabalhadores, Costa (2013) identifica certas condições restritas de melhora das condições de vida, porém sem nenhum tipo de ruptura com o padrão de reprodução do capital no Brasil. De acordo com o autor, o poder de compra do salário mínimo sofreu um longo período de compressão durante a ditadura civil-militar

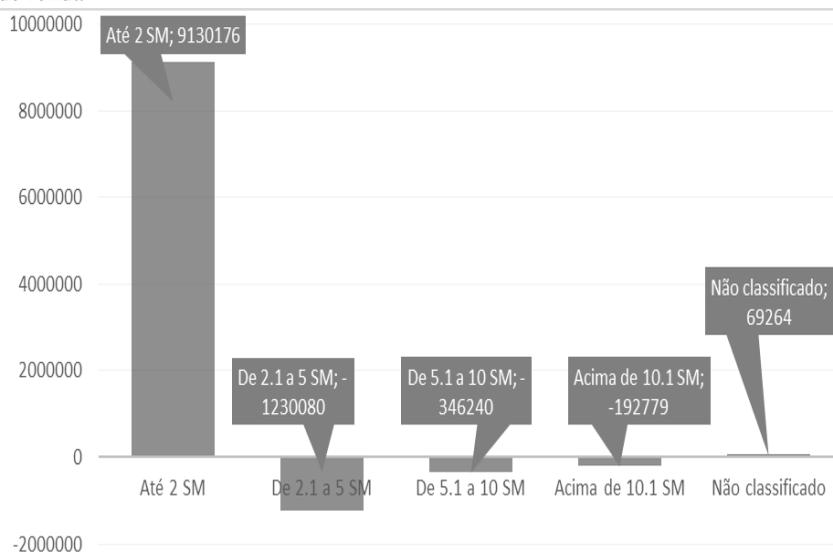
iniciada com o golpe de 1964. Após esse período, na década de 1980, seu poder de compra foi ainda mais degradado devido às altas taxas de inflação que corroeram o poder de compra das famílias trabalhadoras. A tendência estrutural de altas taxas inflacionárias só foi reduzida a partir do Plano Real, em 1994, no Governo FHC. Contudo, longe de significar melhoras salariais, ocorreu a fixação do salário mínimo em patamares extremamente baixos (KENJI, 2014, p. 112).

Deste modo, podemos perceber que a elevação do salário mínimo durante o período FHC e Lula, e neste último a despeito da política de valorização acordado com as centrais sindicais aliadas e aprovada no Congresso<sup>92</sup>, não teve efeito em garantir a uma grande parcela da classe trabalhadora condições para a reprodução de sua força de trabalho. Esta constatação ganha ainda mais solidez verificando-se os empregos criados no país durante o governo Lula, no qual as taxas de desocupação e de trabalho informal foram reduzidas. Ao analisar o tipo de emprego criado no governo Lula, a partir do saldo de empregos (subtraindo os desligados dos admitidos) extraído dos dados do CAGED, Kenji (2014) identifica que ampla maioria foi de postos cuja remuneração se restringe em até dois salários mínimos.

---

<sup>92</sup> Em 2007 o Governo acordou uma política de elevação do salário mínimo parte das centrais sindicais, seguindo os seguintes critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão – a cada ano – até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010 (DIEESE, 2012, p. 2). O acordo foi executado pelo governo por meio de medidas provisórias até 2011, ano em que o Congresso aprovou o projeto de lei proposto pelo governo que fixava os critérios acordados até 2015 (DIEESE, 2014).

Figura 5 - Saldo de empregos formais no Brasil (jan. 2003-dez. 2010) por faixa de renda



Fonte: CAGED (Elaboração: Kenji (2014, p.171))

Na figura 5 evidencia-se que os empregos criados no período concentram-se na faixa de remuneração de até dois salários mínimos. Ou seja, ainda que se tenha diminuído o desemprego e elevado a formalização do trabalho, se fez em postos de trabalho que remuneram o trabalhador por menos de 50% do valor de sua força de trabalho, considerando o SMN para dezembro de 2010 (R\$2.227,53). O que só consolida a afirmação da vigência e aprofundamento da superexploração pela remuneração do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho.

Como um desdobramento desta última, ainda é possível verificar a vigência de mais uma forma de superexploração: o aumento do elemento histórico moral do valor da força de trabalho sem que haja aumento correspondente na remuneração. O elemento histórico moral do valor da força de trabalho pode ser entendido como uma série de valores de uso que em determinado momento histórico podem ser considerados bens suntuários, em outro, seja por conta do avanço tecnológico implicar no barateamento da produção, seja por que passem a ser demandados pela sociabilidade capitalista, passam a compor os bens-salário, os bens necessários para o consumo do trabalhador – como, por

exemplo, uma série de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, atualmente (LUCE, 2013).

No entanto, pode-se verificar muitas vezes que a única forma dos trabalhadores acessarem tais bens é por meio do endividamento, ou pela extensão da jornada de trabalho (com mais horas extras, venda de férias, assumindo mais um emprego), violando assim seu fundo de vida, aumentando o desgaste da sua força de trabalho, ou seu fundo de consumo futuro, ambos para compensar a violação presente no fundo de consumo (LUCE, 2013). Deste modo, expressando uma contradição, como afirma Luce (2013):

Se esses produtos, sob a própria lógica do capital, tivessem se tornado bens de consumo necessário, atuariam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, permitindo que os trabalhadores os consumissem ao mesmo tempo em que o dispêndio de capital para a contratação da força de trabalho se visse reduzido mediante a ampliação da mais-valia relativa e não mediante superexploração. Mas se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar dobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho. Assim, configura-se, na verdade, uma quarta forma de superexploração, o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e o pagamento desta. (LUCE, 2013, p. 184-185):

Assim, o autor verifica que a despeito da elevação do consumo de eletrodomésticos por uma significativa parcela da classe trabalhadora, no período 2002-2010, a ampla maioria o faz por meio do endividamento, e, a partir dos dados da CNDL, conclui que 64% das famílias inadimplentes no país recebe entre R\$600 e R\$2.200, ou seja abaixo do SMN (LUCE, 2013). Ou seja, para que possa atender as necessidades do elemento histórico moral do valor de sua força de trabalho, grande parte das famílias trabalhadoras precisa deixar de atender suas necessidades básicas.

Até aqui objetivamos demonstrar que a vigência destas formas combinadas de superexploração no Brasil agudizaram-se nos anos de neoliberalismo, e mesmo do neoliberalismo de terceira via. E não poderia ser diferente, uma vez que com os processos de reestruturação produtiva, na era da acumulação flexível, a precarização do trabalho ganha um caráter central no capitalismo (ANTUNES, 2013; ANTUNES, DRUCK, 2014).

O cenário mundial apresenta então o que Antunes (2013) chama de uma nova morfologia do trabalho, submetendo variados modos de ser do trabalho informal e formal a geração de mais valor, onde quer que ele possa ser realizado. E ao mesmo tempo em que cria novas formas de geração e apropriação de trabalho excedente, expulsa, ao menos do trabalho formal um significativo contingente de trabalhadores.

Destas novas formas que se expressam no mundo do trabalho podemos destacar, a explosão do uso do trabalho imigrante, que enfrentam condições de trabalhos bastante degradadas, e com jornadas mais longas e menores salários; o surgimento de um infoproletariado, um conjunto de trabalhadores que assumem postos em novos setores criados em alguma medida pelo avanço tecnológico, que majoritariamente concentram-se em setores como o de teleoperações, *telemarketing*, que articula a tecnologia atual de informações e comunicações com condições de trabalho muito precarizadas; uma “epidemia” de terceirizações, que tem implicado na redução dos salários, expropriação de direitos trabalhistas, e na fragmentação dos trabalhadores como classe; a subsunção dos distintos modos de ser do trabalho informal ao capital, que vem se constituindo como um mecanismo de intensificação do trabalho e se consolidado em um elemento de ampliação e realização do mais-valor; e também a criação de pseudo-cooperativas, e do empreendedorismo, que tem ocultado formas de assalariamento e flexibilização da jornada e dos salários (ANTUNES, 2013; ANTUNES, DRUCK, 2014).

As formas combinadas de superexploração e precarização do trabalho marcam os contornos de uma dura realidade para a classe trabalhadora brasileira. Os dados demonstram, a despeito do discurso da sociedade do conhecimento, que a ampla maioria dos postos de trabalho no Brasil requerem trabalhos simples, ou de baixo grau de complexidade. De acordo com Kenji (2014), a partir da análise dos dados da RAIS quanto à escolaridade dos trabalhadores empregados por setor:

Percebe-se que, excetuando a administração pública, em todos os outros setores de atividade laboral predominam amplamente os graus de instrução menores que o ensino superior completo. Na indústria de transformação, por exemplo, são 21.269.444 trabalhadores com ensino médio completo e 3.683.000 com ensino superior completo. (KENJI, 2014, p. 122).

Em sua análise sobre o discurso educacional da CNI, verifica que aparente incoerência do discurso da sociedade do conhecimento e do capital humano e a demanda por uma simplificação da formação da classe trabalhadora pode ser compreendido devido exatamente a essa tendência do capital interno demandar, da classe trabalhadora, trabalhos com menor complexidade (KENJI, 2014). Portanto, o autor indica que:

[...] o tipo de educação requerido pelos industriais para os seus trabalhadores é aquele que a base material do mundo do trabalho demanda. Se a base material indica que a indústria brasileira vem combinando nas últimas décadas modos formais e informais de expropriação dos trabalhadores que intensificam brutalmente os modos de expressão do trabalho e renovam, inclusive, os modos como se realiza a violação de suas condições de reprodução da vida sob o capital, então, temos que conceber que não é estranho que, sob o ideário do “capital humano”, a indústria demande uma educação escolar que representa uma dimensão ultra pragmática: ler, escrever, calcular. (KENJI, 2014, p. 128).

Ou seja, ainda que do ponto de vista absoluto frente a realidade do trabalho formal em passado não tão distante, como nos de 1980, no início dos anos de 1990, em que o grau de escolaridade requerido da ampla maioria dos trabalhadores não atingia sequer o ensino médio completo, do ponto de vista relativo podemos observar uma tendência à desqualificação do trabalho. Mesmo com aumento da escolaridade formal, a realidade da estrutura do trabalho e as demandas da burguesia interna para a formação dos trabalhadores, indicam que não é requerida de ampla maioria da classe trabalhadora uma maior apropriação crítica dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Isto pode ser verificado em uma das principais políticas de formalização do trabalho no Brasil, nos marcos do ideário

empreendedor, no fim da década de 2000 – o Micro Empreendedor Individual (MEI). A lei do MEI, Lei Complementar nº128/2008, cria esta nova figura jurídica possibilitando a formalização de uma ampla gama de trabalhadores (BRASIL, 2008). De acordo com os dados do SEBRAE, extraídos da Receita Federal, desde julho de 2009, quando foi possível a formalização, a agosto de 2013 foram registrados mais de 3 milhões de MEIs (SEBRAE, 2013). Em janeiro de 2016, esse número chegou a 5.767.299, de acordo com o portal do empreendedor com dados extraídos da RAIS (MTE, 2016). Nas tabelas 2 e 3 podemos visualizar, para janeiro de 2016, a quantidade total por seção CNAE e as atividades por subseção CNAE, com mais de 100.000 (cem mil) cadastrados:

Tabela 2 - Quantidade de MEIs Registrados por Seção CNAE 2.0 em janeiro de 2016

<b>Código</b>	<b>Área</b>	<b>Quantidade</b>
01..03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	4.753
05..09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	26
10...033	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	654.441
35..35	ELETRICIDADE E GÁS	0
36 .. 39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	14.644
41 .. 43	CONSTRUÇÃO	551.031
45 .. 47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	2.077.636
49 .. 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	248.013
55 .. 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	641.153
58 .. 63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	65.991
64 .. 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	10
68 .. 68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	4
69 .. 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	217.771
77 .. 82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	273.191
84 .. 84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	1
85 .. 85	EDUCAÇÃO	142.345
86 .. 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	16.621
90 .. 93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	68.865
94 .. 96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	771.461
97 .. 97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	19.342

99 .. 99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0
<b>TOTAL</b>		5.767.299

Fonte: RAIS (MTE, 2016) (Elaboração do autor)

Tabela 3 - Atividades (Subseção CNAE 2.0) com cem mil ou mais MEIs registrados em janeiro de 2016

<b>CÓDIGO CNAE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO/ATIVIDADE (subseção CNAE 2.0)</b>
4321500	118.994	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
4399103	235.775	OBRAS DE ALVENARIA
4712100	146.494	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
4723700	103.193	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
4772500	109.390	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4781400	587.507	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
5611202	131.057	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS
5611203	168.601	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES
5612100	106.379	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO
5620104	121.557	SERVIÇOS DE CATERING, BUFÊ E OUTROS SERVIÇOS DE COMIDA PREPARADA
9602501	438.158	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE
9602502	129.236	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA
<b>TOTAL</b>	<b>2.396.341</b>	

Fonte: RAIS (MTE, 2016) (Elaboração do autor)

Na tabela 2 podemos observar que o maior setor com registro de MEIs em 2016 é o de Comércio; Reparação de automotores e motocicletas (2.077.636). E na tabela 3 que mais de 2 milhões de MEIs estão concentrados nas atividades de instalações elétricas, obras de alvenaria, comércio varejista de mercadorias em geral, com

predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, comércio varejista de bebidas, comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, serviços ambulantes de alimentação, serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada, cabeleireiros, manicure e pedicure e atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza.

Todas as atividades relacionadas ao trabalho simples ou com baixa complexidade e em geral de condições precárias. A perversidade que reside aí é o tratamento dado ao trabalhador precarizado, outrora informal, como empresário, afinal na nova condição seria um microempreendedor individual.

De todo modo, esta situação não exclui a precarização também do trabalho complexo no país. Como vimos, ainda que tenham maior remuneração, em alguns casos ultrapassando o SMN, em grande medida podem estar submetidos a extensas jornadas, muitas vezes com horas extras não remuneradas, camufladas sob a noção de fidelidade à empresa e ao bordão do “vestir a camisa”, ou mesmo a uma maior intensidade do trabalho.

Outro dado que depõe contra o discurso do empreendedorismo é o do emprego nas micro e pequenas empresas formais. A despeito de concentrarem quase metade dos empregos, cerca de 46% (23.153.868) enquanto as médias e grandes concentram 53,32% (26.417.642) para dezembro de 2014 de acordo com a RAIS (MTE, 2014). A média salarial nas micro e pequenas empresas não alcança três salários mínimos, tendo em vista que o SMN para dezembro de 2014 era de R\$2.975,55, podemos perceber o baixo patamar dos salários nestes estabelecimentos. Na tabela 4 podemos verificar a média salarial dos trabalhadores formais em 2014 por seção CNAE e porte do estabelecimento:



Tabela 4 - Média salarial dos trabalhadores formais por seção CNAE e Porte do estabelecimento em 2014

CNAE 2.0 Seção/Porte do estabelecimento de acordo com o n° de trabalhadores empregados	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	Total
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	R\$ 1.081,62	R\$ 1.243,27	R\$ 1.347,52	R\$ 1.441,89	R\$ 1.490,84	R\$ 1.573,21	R\$ 1.650,11	R\$ 1.817,65	R\$ 1.851,08	R\$ 1.386,02
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	R\$ 1.661,20	R\$ 1.696,99	R\$ 2.114,65	R\$ 2.318,37	R\$ 2.934,08	R\$ 5.519,08	R\$ 7.122,89	R\$ 7.160,87	R\$ 7.937,32	R\$ 5.480,58
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	R\$ 1.211,58	R\$ 1.340,63	R\$ 1.485,03	R\$ 1.628,58	R\$ 1.904,66	R\$ 2.296,33	R\$ 2.598,31	R\$ 2.725,09	R\$ 2.923,75	R\$ 2.213,11
ELETRICIDADE E GÁS	R\$ 4.674,62	R\$ 5.005,24	R\$ 5.297,05	R\$ 5.971,57	R\$ 6.539,49	R\$ 6.732,30	R\$ 6.969,37	R\$ 5.716,41	R\$ 6.895,53	R\$ 6.418,25
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	R\$ 1.667,48	R\$ 1.818,71	R\$ 2.027,37	R\$ 2.258,28	R\$ 2.765,35	R\$ 2.493,85	R\$ 2.471,18	R\$ 2.696,54	R\$ 2.809,18	R\$ 2.575,49
CONSTRUÇÃO	R\$ 1.334,52	R\$ 1.429,47	R\$ 1.543,00	R\$ 1.683,63	R\$ 1.817,48	R\$ 1.972,99	R\$ 2.167,44	R\$ 2.404,98	R\$ 2.454,28	R\$ 1.907,50
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	R\$ 1.119,81	R\$ 1.280,17	R\$ 1.436,86	R\$ 1.594,12	R\$ 1.776,59	R\$ 1.794,40	R\$ 1.899,66	R\$ 2.418,66	R\$ 3.734,64	R\$ 1.520,67
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	R\$ 1.449,98	R\$ 1.592,62	R\$ 1.702,49	R\$ 1.836,03	R\$ 1.999,53	R\$ 2.148,84	R\$ 2.305,01	R\$ 2.187,78	R\$ 3.066,74	R\$ 2.122,64
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	R\$ 986,50	R\$ 1.042,30	R\$ 1.116,36	R\$ 1.209,98	R\$ 1.265,71	R\$ 1.414,53	R\$ 1.639,43	R\$ 1.457,94	R\$ 1.298,61	R\$ 1.168,51
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R\$ 1.648,45	R\$ 1.910,74	R\$ 2.254,35	R\$ 2.697,70	R\$ 3.476,18	R\$ 4.127,35	R\$ 4.258,49	R\$ 4.435,70	R\$ 4.234,55	R\$ 3.465,70
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	R\$ 2.560,85	R\$ 4.309,50	R\$ 4.762,18	R\$ 5.021,86	R\$ 4.931,13	R\$ 5.284,16	R\$ 5.760,84	R\$ 5.113,65	R\$ 7.333,71	R\$ 5.224,15
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	R\$ 1.377,48	R\$ 1.555,94	R\$ 1.731,39	R\$ 2.035,14	R\$ 2.247,26	R\$ 2.186,85	R\$ 2.416,76	R\$ 1.486,05	R\$ -	R\$ 1.800,45
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	R\$ 1.406,10	R\$ 1.683,50	R\$ 2.047,30	R\$ 2.530,09	R\$ 3.217,59	R\$ 3.977,19	R\$ 4.712,07	R\$ 4.014,51	R\$ 3.380,98	R\$ 2.744,00
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 1.337,76	R\$ 1.501,52	R\$ 1.550,77	R\$ 1.636,39	R\$ 1.592,13	R\$ 1.690,47	R\$ 1.671,78	R\$ 1.689,90	R\$ 1.352,91	R\$ 1.508,37
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 2.140,71	R\$ 2.263,05	R\$ 2.652,28	R\$ 3.069,24	R\$ 3.240,27	R\$ 2.621,66	R\$ 2.491,37	R\$ 2.649,68	R\$ 3.509,48	R\$ 3.258,26
EDUCAÇÃO	R\$ 1.090,13	R\$ 1.131,49	R\$ 1.211,24	R\$ 1.443,86	R\$ 1.905,01	R\$ 2.797,35	R\$ 3.694,40	R\$ 4.153,80	R\$ 5.870,25	R\$ 2.976,34
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	R\$ 1.072,11	R\$ 1.294,30	R\$ 1.445,31	R\$ 1.648,15	R\$ 1.760,15	R\$ 1.903,28	R\$ 1.943,79	R\$ 2.200,27	R\$ 3.050,45	R\$ 2.126,80
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	R\$ 1.053,35	R\$ 1.117,27	R\$ 1.203,16	R\$ 1.355,38	R\$ 1.657,38	R\$ 2.207,05	R\$ 3.079,12	R\$ 3.163,28	R\$ 4.323,86	R\$ 1.640,83
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	R\$ 1.185,47	R\$ 1.381,00	R\$ 1.529,11	R\$ 1.698,65	R\$ 1.849,22	R\$ 2.109,99	R\$ 2.280,12	R\$ 1.871,97	R\$ 1.972,60	R\$ 1.696,57
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	R\$ 962,38	R\$ 1.079,94	R\$ 1.122,96	R\$ 1.251,90	R\$ 1.611,47	R\$ 918,97	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.023,80
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	R\$ 2.655,11	R\$ 3.456,57	R\$ 3.917,52	R\$ 4.234,81	R\$ 2.560,44	R\$ 1.911,53	R\$ 1.727,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.972,73
Total	R\$ 1.194,37	R\$ 1.402,35	R\$ 1.584,60	R\$ 1.771,75	R\$ 1.983,66	R\$ 2.260,59	R\$ 2.488,76	R\$ 2.635,58	R\$ 3.217,76	R\$ 2.252,20

Fonte: RAIS\MTE (2014) (Elaboração de Tomás Siervi Barcellos para o autor)



Se observarmos a média salarial por porte de empresa, verificamos que o movimento é crescente quanto maior o porte, no entanto chegando ao patamar do SMN para o período, apenas nas empresas que empregam 1000 ou mais trabalhadores. Este dado indica o alto nível de exploração e precarização do trabalho nas micro e pequenas empresas. Todavia, esta constatação está longe de excluir as grandes empresas dessa situação, uma vez que como discutido acima estas combinam também formas de extração de mais-valor do trabalho formal e informal que não se registra na tabela, e podem ainda apresentar indicadores de superexploração e precarização por meio do aumento da extensão das jornadas e da intensidade do trabalho.

Verificando os dados por seção CNAE, vemos que a ampla maioria tampouco alcança o patamar do SMN, com exceção de alguns setores com maior volume de capital, e intensidade tecnológica como as indústrias extrativas, eletricidade e gás, informação e comunicação. Isto poderia aprazer os afeitos da ideologia do empreendedorismo, indicando que nas empresas com maior índice de tecnologia, maior inovação não haveria precarização do trabalho. A estes lembramos novamente que este dado refere-se apenas ao salário médio, e que nessas empresas podem se expressar também outras formas de precarização e superexploração do trabalho.

partir desta análise podemos verificar que a elevação dos índices de empreendedorismo, o crescimento no número de estabelecimentos, o advento do MEI, ocultam a dura realidade da ampla maioria da classe trabalhadora brasileira, que longe de viver apenas um momento conjuntural, tem na precarização e a superexploração de sua força de trabalho características estruturais do capitalismo dependente. Assim, tentamos demonstrar que não há saída para a classe trabalhadora brasileira por meio do empreendedorismo. Aliás, é preciso afirmar, não há saída para classe trabalhadora no capitalismo, quanto mais como pudemos analisar, na dependência.



## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: APROXIMAÇÕES PARA APREENSÃO DO SIGNIFICADO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS EMPRESAS JUNIORES NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

Pudemos, no decorrer desta pesquisa, identificar um conjunto de convergências entre o projeto educativo da CNI e a proposta pedagógica das empresas juniores, organizadas na Brasil Junior. Estas convergências fundamentam-se na profusão da ideologia do empreendedorismo, e no deslocamento da centralidade da socialização do conhecimento produzido historicamente pela humanidade no processo educativo para o primado da experiência, das atividades práticas, do desenvolvimento de competências.

Embora, a CNI mencione diretamente as empresas juniores apenas em duas breves passagens em seus documentos (CNI *et al* 2005b; IEL, SENAI, 2006), é no cerne de seus discursos pedagógicos que é possível verificar suas convergências. Do ponto de vista da formação para o trabalho complexo, o conteúdo central de seus projetos coadunam-se na formação de um novo perfil de trabalhador, o trabalhador-empendedor/o trabalhador flexível (COAN, 2011; CUNHA, 2007). Ou seja, a conformação ideológica da classe trabalhadora nas marcações técnicas e ético-políticas de acordo com as transformações contemporâneas do capitalismo, que recria constantemente a dinâmica de expropriações secundárias.

De maneira geral, suas propostas educativas instrumentalizam a educação a servir à lógica de valorização do capital. O que está colocado por ambas, por meio do tólos da competitividade (CNI *et al* 2005b; Brasil Junior, 2014), é a perspectiva de ampliação de um mercado do conhecimento e principalmente a subordinação do conhecimento ao mercado, tanto no âmbito da pesquisa quanto no da formação para o trabalho.

De modo geral, estamos de acordo com os autores que analisam e verificam correlações entre a criação e a expansão das empresas juniores e o processo de reestruturação produtiva e do mercado de trabalho, com os processos de privatizações e desregulamentações, a hegemonia do neoliberalismo e a Reforma de Estado, o processo de mercantilização da educação, que marcaram o cenário nacional nos anos de 1990 e 2000 (COSTA, 2010; COSTA *et al*, 2010; REIS, 2001). Entendemos que estes processos criaram as condições de possibilidade para que as empresas juniores pudessem se organizar no país.

Embora não seja possível traçar, a partir dos dados analisados em nossa pesquisa, uma relação de determinação direta entre as diretrizes políticas educacionais da burguesia industrial e a criação e expansão das empresas juniores nas Universidades Públicas, suas convergências nos permitem extrair algumas aproximações que contribuam para compreensão do significado histórico destas. Em primeiro lugar, a relação de identidade entre seus projetos nos indicam a apropriação pelos estudantes que participam destas organizações de uma perspectiva educativa burguesa, relacionada à nova pedagogia da hegemonia.

Outra aproximação que é possível traçar é de a que as empresas juniores contribuem com o processo de mercantilização da Universidade Pública em sentido amplo, processo no qual a CNI expressou grande interesse no decorrer dos anos 2000. Por um lado, como uma forma ampliada de privatização, estimulando a apropriação privada do conhecimento por meio da venda de consultorias. Mas, talvez, principalmente, no sentido de mercantilizar a formação pautando-a na ordem de sociabilidade do capital, dissolvendo seu sentido universitário na medida em que instrumentaliza a formação a qualificação para as demandas mais imediatas do mercado de trabalho pautando-a no mero desenvolvimento de competências.

Uma segunda aproximação diz respeito ao papel ideológico da disseminação do empreendedorismo na educação, e especialmente, na Universidade Pública. Ora, se como pudemos indicar não há saída para classe trabalhadora pela via do empreendedorismo, pelo contrário este escamoteia e muita vezes implica diretamente em formas de precarização e super-exploração dos trabalhadores, sua disseminação, mais do que isso sua apologia, na Universidade cumpre um papel ideológico na formação para o trabalho complexo. De início pela própria aceitação da ideologia do empreendedorismo, sem confrontá-la com os dados da realidade que indicam as condições exasperantes de vida da classe trabalhadora.

Prestam-se a “capturar” os estudantes fazendo uso da ideologia do empreendedorismo, por oferecer supostas contribuições para a “empregabilidade” afastando-os subjetivamente das grandes questões da classe trabalhadora – ou, melhor, colocando-as ética e politicamente em termos aceitáveis para o capital. Assim, outra hipótese é que possivelmente as empresas juniores possam ter cumprido, ou melhor, estar cumprindo, um papel na “captura” de certo contingente de estudantes, afastando-os do movimento estudantil, e das fileiras de resistência a Reforma Universitária. O que torna ainda mais grave tomar as EJs, como faz Oliveira (2005), como uma nova forma de movimento

estudantil. Pensamos, que se por um lado o contexto de mercantilização pode ter influenciado o processo de expansão destas organizações, na medida em que fomenta certo *éthos* empresarial nas universidades, por outro as empresas juniores podem ter contribuído para consolidação da Reforma, ainda que indiretamente, na medida em que disseminam a ideologia empreendedora.

E esse aspecto toma uma dimensão ainda mais nevrálgica na medida em que a burguesia industrial tenha reorientado sua posição sobre a educação superior pública, apontando para sua privatização em sentido estrito (KENJI, 2014). E considerando o contingenciamento no orçamento do MEC, agudizado em 2015, o qual quase a totalidade foi direcionada as universidades federais que ultrapassou os R\$9 bilhões – enquanto o governo continuou financiando amplamente programas como o FIES e o PROUNI, ou seja, utilizando o fundo público prioritariamente para sustentar as universidades privadas (GREVE DOCENTE UFSC 2015, informativo 04).

O momento de sua chegada ao Brasil, por meio da Câmara de Comércio Brasil-França, no fim dos anos de 1980 é coincidente com o avanço da política neoliberal no país, e seu processo de desenvolvimento se dá exatamente no contexto das Reformas do Estado e da reforma universitária. Neste ponto pode-se lançar algumas questões para pesquisas futuras: Afinal, quais eram os interesses específicos da burguesia francesa e brasileira, organizada nesta câmara de comércio em trazer o modelo de empresas juniores ao país? E mais especificamente o que os motivou a realizar esta empreitada especificamente no fim dos anos de 1980?

Outras questões que nos parecem relevantes indicar, dizem respeito a que outras frações de classe estão relacionadas, ou convergem, com as empresas juniores em seu processo histórico. Há outras frações do capital que indicam estímulo a essas organizações, ou que convergem em seus projetos? E da classe trabalhadora? Quais são suas posições quanto às empresas juniores e a disseminação da ideologia do empreendedorismo na educação? Este problema é colocado discursivamente por esses sujeitos? E mais especificamente, como se concretizam as relações entre as frações do capital e as empresas juniores?<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> Há indícios de empresas e instituições específicas que apoiam a Brasil Junior. Em seu sítio há uma página destinada aos parceiros, em que está listado um conjunto de empresas subdividas em mantenedores, patrocinadores e institucionais. Entre os primeiros estão: AMBEV, ITAÚ, CAIXA Seguradora,

Apontamos, também, a ausência de documentos e dados aparenta ser uma característica dessa organização, um limite que encontramos em nossa pesquisa – por exemplo, a ausência de dados precisos sobre a expansão, não é nem mesmo disponibilizada a quantidade total de empresas juniores confederadas, não há material disponível sobre os Encontros Nacionais de Empresas Juniores, e muito pouco material sobre a própria fundação da Brasil Junior. A simulação empresarial parece de fato estar intrínseca aos empresários juniores, mesmo seu autoproclamado princípio de transparência<sup>94</sup> parece ser utilizado de acordo com a verdadeira ética empresarial – a conveniência.

Há ainda dois importantes momentos da história recente destas organizações que valem ser apontadas para pesquisas futuras. A resistência à criação das empresas juniores no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, e a tramitação do PL 8084/2014 de autoria do Senador Agripino Maia (DEM/RN) que disciplina a criação de empresas juniores, que já foi aprovada na Câmara e no Senado e agora segue para a sanção presidencial.

Por fim, é preciso indicar que a despeito dos diversos aspectos que necessitam ser aprofundados para uma compressão mais totalizante do significado da criação e expansão das empresas juniores na Universidade Pública Brasileira, a partir de suas convergências com o projeto educacional da CNI pode-se elaborar ao menos uma interpretação em sentido mais geral: que as empresas juniores são aparelhos de disseminação da ideologia do empreendedorismo, que tem parte na formação de intelectuais orgânicos ao capital e sinalizam a

---

Votorantim e Organizações Globo (BRASIL JUNIOR, 2016). Entre os segundos: RL & Associados; Danone; Universum; Falconi Consultoria; GSK; LÓREÀL; SEJA TRAINEE; APEX BRASIL (BRASIL JUNIOR, 2016); E entre os terceiros: Aliança Empreendedora; Artemisia; CONAJE; Fundação Estudar; Endeavor Brasil; AIESEC; Bain&Company; McKinsey&Company; JC3 – *Junior Consulting Confederation of Canada*; Mandalah; JET – *Junior Enterprises of Tunisia*; JADE – *European Confederation of Junior Enterprises*; MBA Empresarial; EloGroup; Grupo Folha (BRASIL JUNIOR, 2016). Há indicações de algumas delas sustentem financeiramente a Brasil Junior (BRASIL JUNIOR, 2015). O montante de capital transferido à Brasil Junior não é significativo do ponto de vista das grandes empresas, mas parece um aspecto relevante a ser estudado

<sup>94</sup> Na página inicial do sítio da Brasil Junior é possível encontrar a afirmação: “somos transparentes em todas as nossas ações, acertadas ou erradas. Temos plena consciência de que um futuro melhor se faz com ética e compromisso com a verdade” (BRASIL JUNIOR, 2016b)

adesão de parte do segmento estudantil aos marcos da pedagogia da hegemonia. Nesse sentido, é eminentemente oposta ao papel social crítico e reflexivo da Universidade e a uma perspectiva de construção, luta e resistência pelo sentido público da Universidade, por uma educação unitária, por uma educação socialista.



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo L. C. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-28.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-24.
- BICALHO, Renata de Almeida; PAULA, Ana Paula Paes de. Empresa Júnior e a Reprodução da Ideologia da Administração. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.894-910, dez. 2012.
- BRASIL. Lei Nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências
- BRASIL. Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
- BRASIL JUNIOR (Brasil). **Relatório Nacional Censo e Identidade 2008**. São Paulo: Brasil Junior, 2008. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.
- BRASIL JUNIOR (Brasil). **DNA JR**. Brasília: Brasil Junior, 2012a. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.
- BRASIL JUNIOR (Brasil). **Conceito Nacional de Empresa Júnior**. Brasília: Brasil Junior, 2012b. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.
- BRASIL JUNIOR (Brasil). **Estatuto da Confederação Brasileira de Empresas Juniores**. Brasília: Brasil Junior, 2012c. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Relatório Censo e Identidade 2012:** Identificando a Realidade do Movimento Empresa Junior. Brasília: Brasil Junior, 2012d. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Missão, Visão e Valores.** Brasil Junior, [2014]. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/brasiljunior/2> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Relatório do Planejamento Estratégico da Rede 2013-2015.** Brasília: Brasil Junior, 2014. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Relatório Financeiro: Primeiro trimestre de 2015.** Brasília: Brasil Junior, 2015. Disponível em: <http://brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Relatório de Legado 2014.** Brasília: Brasil Junior, 2015. Disponível em: <http://brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 9 mar. 2016.

BRASIL JUNIOR (Brasil). **Parceiros.** Brasil Junior, [2016]. Disponível em: <http://brasiljunior.org.br/arquivos> Acesso em: 12 jan. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento.* Brasília, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI (Brasil). *Contribuição da indústria para a reforma da educação superior.* Brasília: CNI/SESI/SENAI/IEL, 2004

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI (Brasil). *Contribuição da indústria para a reforma da educação superior: análise da segunda versão do anteprojeto.* Brasília: CNI/SESI/SENAI/IEL, 2005a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Mapa estratégico da indústria (2007-2015).* Brasília: CNI, 2005b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Crescimento. A visão da indústria –* Brasília: 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI (Brasil). *Educação para a nova indústria.* Brasília: CNI, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI (Brasil). A indústria e o Brasil, uma agenda para crescer mais e melhor. Brasília: CNI, 2010.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo** : implicações epistemológicas, políticas e práticas. Florianópolis, 2011. 540 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011

COSTA, Alessandra de Sá Mello; LIMA, Daniella Munhoz da Costa; BARROS, Denise Franca; Martins, Paulo Emilio Matos Martins. Alinhando Discursos: As Práticas Empreendedoras das Empresas Júniores à Luz da New Public Management. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** . Rio de Janeiro: Anpad, 2010. p. 1 - 17.

COSTA, Eduardo Moura da; HASHIMOTO, Francisco. Formação de Trabalhadores e Modelo de Gestão das Empresas Estratégicas: uma empresa júnior como objeto de análise. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília. **Anais...** . Marília: Unesp, 2012. p. 1 - 12.

CUNHA, Fátima Suely Ribeiro. **Desemprego e precarização do trabalho na prática do empreendedorismo** : histórias de vida de empreendedores. Florianópolis, 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota técnica: Número 118 - Dezembro de 2012. Disponível em: < [www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=notas&comboBuscaDirigida=](http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=notas&comboBuscaDirigida=) >. Acesso em: 3 fev 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Nota técnica*: Número 136 - A política de valorização do salário mínimo: persistir para melhorar – Maio de 2014. Disponível em: < [www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=notas&comboBuscaDirigida=](http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=notas&comboBuscaDirigida=) >. Acesso em: 3 fev. 2016.,

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Cesta Básica Nacional Salário mínimo nominal e necessário. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 3 fev 2016.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negocios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FELDHHAUS, Diego Calegari; PEREIRA, Maurício Fernandes; MORAIS NETO, Siqueira de. Gestão Estratégica em Redes: Desenvolvimento e Aplicação de um Modelo na Brasil Júnior. **Revista de Gestão e Projetos - Gep**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.136-155, dez. 2012.

FERREIRA, Emanuel Renato Andrade; FREITAS, Ana Augusta Ferreira de. Propensão Empreendedora entre Alunos Participantes de Empresas Juniores. **REGEPE: Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.3-32, out. 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSVJ/editora UFRJ, 2010.

**GREVE DOCENTE NA UFSC 2015: Informativo 04**. Florianópolis, abr. 2015

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio Sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (IBQP). *Global Entrepreneurship Monitor (GEM) Brasil 2014 – Empreendedorismo no Brasil*. Curitiba, 2014.

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL ; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI; *Inova Engenharia: Proposta para a modernização da educação em engenharia no Brasil*. Brasília: SENAI/IEL, 2006. 105 p.

JUNIOR, Ronaldo B.; SOUZA, Marcos Aguiar de; ALVES, Atila Indalecio Marques. Representação social da responsabilidade social corporativa: a ótica de colaboradores de empresas juniores de

gestão. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [s.l.], v. 1, n. 1, s.p., set. 2013. Disponível em: <[www.eumed.net/rev/cccss/25/representacao-social.html](http://www.eumed.net/rev/cccss/25/representacao-social.html)>. Acesso em: 12 set. 2014.

LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. PASSARINHO, Paulo et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010. p. 369-412.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. São Paulo: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 32, pp. 119-141, Junho, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Rio de Janeiro: Revista Trabalho, Educação e Saúde. Vol. 11, n. 1, pp. 169-190, 2013.

MARASSI, Rodrigo Barraco; VOGT, Mara; BIAVATTI, Vania Tanira. A Experiência em Empresa Júnior na Formação Acadêmica e as Possibilidades Empreendedoras na Carreira Profissional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. **Anais...** . [s.l.]: ANEGEPE, 2014. s.p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292 p.

MARQUES, Rafaela de Almeida Campos. **Empresa Júnior: espaço para construção de competências**. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais 2014. MTE, Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portal do Empreendedor. Relatórios Estatísticos do MEI. Janeiro, 2016. Disponível em: <  
<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/estatistica/relatorios-estatisticos-do-mei>> Acesso em: 22 jan. 2016.

MUELLER, Rafael Rodrigo. **Racionalidade para a racionalização: a gestão da produção e da força de trabalho enquanto tecnologia capitalista**. 2010. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NEVES, Lúcia Maria W. (org.) O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. 268 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 204 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

**NOTÍCIAS DA UFSC**. Assembleia rejeita criação de empresas juniores no CFH. Florianópolis, nov. 2013. Disponível em: <  
<http://noticias.ufsc.br/2013/11/assembleia-rejeita-criacao-de-empresas-juniores-no-cfh/>>. Acesso em: 15 mar 2016.

OLIVEIRA, Edson Marques; Empresa Júnior no Brasil: caracterização atual e perspectivas. Disponível em:  
[www.portaldosecretariado.com.br/downloads/empresaJunior/EjrBrasil.doc](http://www.portaldosecretariado.com.br/downloads/empresaJunior/EjrBrasil.doc) Acesso em: 17 set. 2014.

PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho. In: FRANCO, Maria Laura; ZIBAS, Dagmar (Org.). **Final do século: desafios da educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1990. p. 95-122.

PINTO, Renata de Almeida Bicalho; PAULA, Ana Paula Paes de. Do Assédio Moral à Violência Interpessoal: Relatos sobre uma empresa júnior. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.340-355, nov. 2013.

QUEIRÓZ, José Reginaldo de; OLIVERIA SOBRINHO, Luiz Vieira de; ALEXANDRE, Mauro Lemuel de Oliveira. Dinâmica Empreendedora no Processo de Formação Acadêmica: o papel de empresas juniores. **Interface**, Natal, v. 5, n. 2, p.132-147, dez. 2008.

REIS, Dalton Luiz de Menezes. **As empresas juniores da Universidade Federal de Santa Catarina e as mudanças da política educacional nos anos 90 na Universidade Pública: Uma articulação de projetos coincidentes**. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998. 153 p.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.120-136, abr. 2007a.

RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz et al. Relação entre Valores Pessoais e Comprometimento Organizacional: o caso das empresas juniores de Santa Maria. **Revista Gestão.org**, Recife, v. 8, n. 2, p.245-264, ago. 2010.

SAVIANI, Demerval. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: ORSO, Paulino José (Org). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 9-26

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Perfil do microempreendedor individual 2013. Brasília: 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014. São Paulo, 2015.

SEKI, Allan Kenji. **O capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?** 2014. 169 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: Desafios do presente.** São Paulo: Cortez, 2009. 341 p.

SILVA, Ludovico. **A Mais-Valia Ideológica.** Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios En Blanco: Série Indagaciones**, Buenos Aires, v. 23, n. 1, p.119-156, jun. 2013.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; DOURADO, Thiago Pereira. Empresa Júnior: Uma análise da situação atual das juniores das Universidades brasileiras. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UNB, 2003. p. 521 - 528.

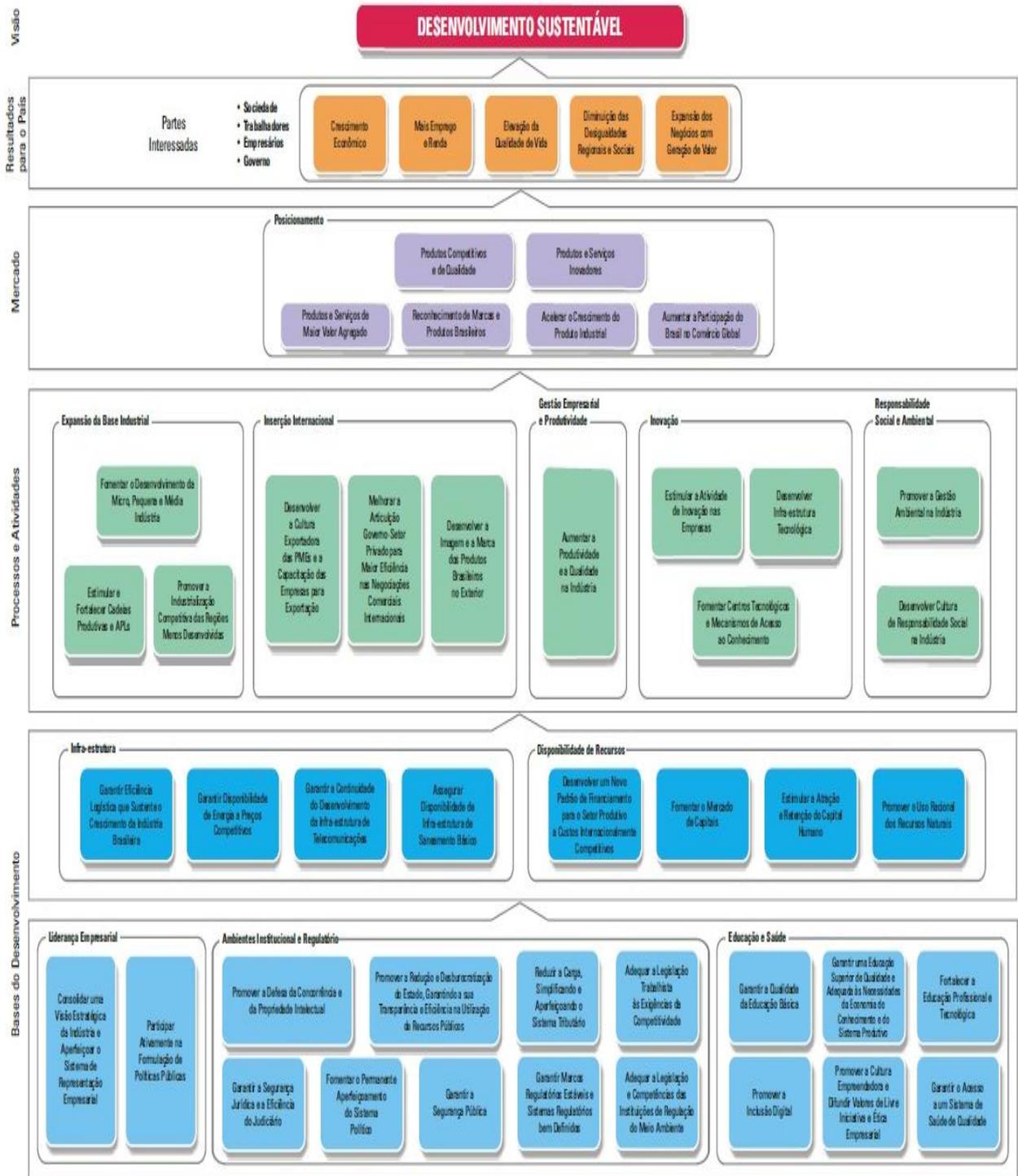
TRÓPIA, Patrícia Vieira. O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 49, n. 3, p. 1-12, 2009.

ZACARELLI, Laura Menegon. **Narrativas de aprendizagem em uma comunidade de prática.** 2011. 147 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação de Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

ZILLOTTO, Denise Macedo; BERTI, Ariete Regina. A Aprendizagem do Aluno Inserido em Empresa Júnior. **Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p.210-217, nov. 2012.

ANEXO

ANEXO A - DIAGRAMA DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015



Fonte: Mapa Estratégico da Indústria 2007 – 2015 (CNI, 2005b)